

RELATÓRIO TRIMESTRAL FINALÍSTICO E FINANCEIRO 9

Região 5

Felixlândia, Três Marias, São Gonçalo do
Abaeté, Abaeté, Biquinhas, Morada Nova
de Minas, Paineiras e Martinho Campos

julho a setembro/2025

Relatório Trimestral Finalístico e Financeiro 9

Região 5 – julho a setembro/2025

Instituto Guaicuy

Diretoria

Diretoria Executiva:

José de Castro Procópio

Diretoria Institucional:

Marcus Vinicius Polignano

Gerências

Gerência

Organizacional:

Marcus Vinícius
Ferreira Evaristo

Gerência de Portfólio:

Júlia de Carvalho
Nascimento

Gerência de Projetos:

Jonas Veloso Santos

Assessorias

**Assessoria Projetos
de Mitigação**

Paula de Sousa
Constante

**Assessoria de
Projetos Internos**
Higor Gomes Pereira

**Assessoria de
Projetos
Socioeconômicos**
Júlia Guimarães
Barbosa

**Assessoria de
Relacionamento
Institucional**

Paula Márcia Oliveira

**Assessoria de
Tecnologia,
Monitoramento e
Avaliação**
Thiago de Azevedo
Morais

Instituto Guaicuy, 2025

Endereço: Rua Brasópolis, 109 – Floresta, Belo Horizonte/MG
CEP: 30150-170
Telefone: (31) 3024-9460
CNPJ: 04.518.749/0001-86
Inscrição Municipal: 0.186.109/001-0

Publicação: outubro/2025

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATI	Assessoria Técnica Independente
CAMF	Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico
EG	Entidade Gestora
EPA	Engenharia de Proteção Ambiental
ERSHRE	Estudo de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico
FGV	Fundação Getulio Vargas
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IJs	Instituições de Justiça
IR	Instância Regional
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
Nucard	Núcleo de Acompanhamento de Reparações por Desastres
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
PNAB	Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens
PRSABP	Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba
PTR	Programa de Transferência de Renda
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES	6
2.1 ATUALIZAÇÕES EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO RELATÓRIO TRIMESTRAL	6
2.2 AFERIÇÃO DOS INDICADORES	7
2.3 METODOLOGIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES	13
2.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA	14
2.4.1 Disponibilização das evidências das atividades realizadas	14
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRIMESTRE	16
4. ATUAÇÃO TERRITORIAL	20
4.1 ATIVIDADES EXECUTADAS NO TRIMESTRE	20
4.2 PRINCIPAIS PAUTAS DAS ATIVIDADES TERRITORIAIS	23
5. ACOMPANHAMENTO DOS EIXOS DO PLANO DE TRABALHO	25
5.1. ANEXO 1.1	26
5.2. ANEXO 1.3	34
5.3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO	37
5.4. RECONHECIMENTO	45
5.5. ANEXO 1.2	47
5.6. REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	51
5.7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	55
5.7.1 Revisão do Orçamento do Plano de Trabalho	66
5.7.2 Venda de Equipamentos	68
5.7.3 Auditoria Externa	70
6. MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS DO PLANO DE TRABALHO	73
6.1 RESULTADOS CONSOLIDADOS	73
6.2 RESULTADOS ALCANÇADOS POR EIXO DO PLANO DE TRABALHO	78
6.2.1 ANEXO 1.1	80
AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO	84
6.2.2 ANEXO 1.3	86
AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO	90
6.2.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO	95
AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO	101
6.2.4 RECONHECIMENTO DAS PESSOAS ATINGIDAS	105
AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO	108
6.2.5 ANEXO 1.2	110
AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO	114
6.2.6 REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	116
AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO	120
6.2.7 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	122
AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DO INDICADOR DO EIXO	126
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	128

1. INTRODUÇÃO

Este relatório refere-se à prestação de contas finalística e financeira das atividades de Assessoria Técnica Independente – ATI realizadas pelo Instituto Guaicuy, no período de julho a setembro de 2025, às populações atingidas da Região 5 (municípios de Felixlândia, Três Marias, São Gonçalo do Abaeté, Abaeté, Biquinhas, Morada Nova de Minas, Paineiras e Martinho Campos).

A referida entrega cumpre o estabelecido na Cláusula Sétima (Da prestação de contas e informações) do [Termo de Compromisso](#) para ATI no Acordo Judicial para reparação integral dos danos coletivos relativos ao rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IV A /Córrego do Feijão, assinado no dia 17 de julho de 2023, firmado entre as Instituições de Justiça (IJs), Assessorias Técnicas Independentes e a Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF/LATACI).

Este relatório tem como base o Plano de Trabalho entregue pelo Instituto Guaicuy às IJs e à CAMF/LATACI em setembro de 2023 e revisado a partir do atendimento a todas as recomendações e condicionantes solicitadas pela CAMF no último trimestre de 2023. Ressalta-se que o [Plano](#) foi formalmente aprovado pelas IJs a partir do parecer dado pelo LATACI em dezembro de 2023.

A prestação de contas apresenta dados referentes ao monitoramento das atividades com pessoas atingidas; ao monitoramento das atividades do Plano de Trabalho e suas entregas; e ao monitoramento da execução financeira por rubrica. Neste relatório serão incluídos os indicadores pactuados no Plano de Trabalho que, de acordo com o estabelecido no referido documento, devem ser apresentados semestralmente.

Este relatório foi organizado para possibilitar o entendimento do modelo de acompanhamento e monitoramento das atividades construído pelo Guaicuy. Haverá uma contextualização institucional do trimestre, que inclui impactos políticos de decisões judiciais e das ações de outros atores que compõem o Acordo. Depois, será apresentado o contexto do território e a descrição da execução das atividades por eixo/objetivo específico. A prestação de contas financeira será apresentada no eixo de Estrutura Organizacional. Por fim, haverá uma conclusão destacando as principais questões do terceiro trimestre de 2025.

Por fim, é importante destacar que este relatório marca o encerramento da execução finalística do Plano de Trabalho entregue em setembro de 2023 e, por isso, apresentará um capítulo especial dedicado aos resultados finais alcançados pela ATI ao longo dos 27 meses de execução finalística, demonstrando os números gerais do projeto e os resultados conquistados em cada eixo.

2. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

O presente capítulo tem o objetivo de descrever as atualizações em relação ao monitoramento e ao acompanhamento das atividades e como será a prestação de contas finalística do terceiro trimestre de 2025. Ressalta-se, mais uma vez, que as metodologias de monitoramento e acompanhamento apresentadas nos relatórios anteriores não serão descritas novamente a cada trimestre, por se tratarem de processos recorrentes. Todavia, sempre que houver qualquer mudança e/ou atualização, elas serão apresentadas e descritas, sempre referenciando os relatórios anteriores.

Este capítulo será apresentado em quatro seções: a primeira evidencia brevemente as atualizações em relação ao último Relatório Trimestral; a segunda apresenta os produtos pactuados; a terceira descreve os processos e os instrumentos utilizados para o acompanhamento, o registro e a geração de evidências das atividades; e a quarta informa como será a apresentação das evidências das atividades finalísticas no presente relatório.

2.1 ATUALIZAÇÕES EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO RELATÓRIO TRIMESTRAL

Em relação ao monitoramento e o acompanhamento das atividades, como este relatório marca o encerramento da execução finalística do Plano de Trabalho entregue em setembro de 2023, se faz necessário contextualizar questões relativas ao cronograma das mesmas.

Algumas ações estavam previstas para serem finalizadas em dezembro de 2024, mas permaneceram em execução nos três primeiros trimestres de 2025, como a atividade ID 4, do objetivo específico Anexo 1.1, e a atividade ID 20, do objetivo Reparação Socioambiental. No relatório anterior foram apresentadas as justificativas, que, em síntese, se referem ao atraso na execução do Anexo 1.1 e a demanda das pessoas atingidas, no caso da Reparação Socioambiental. Considera-se que, nas situações mencionadas, a não realização da revisão do Plano de Trabalho – prevista pela CAMF para março de 2025 – impossibilitou a adequação das atividades às necessidades atuais identificadas pelas pessoas atingidas e pela ATI.

Algumas atividades planejadas para serem concluídas em junho de 2025, como

as atividades ID 2 e 7, permaneceram em execução; e a atividade ID 6 não foi iniciada. No caso dos IDs 2 e 6 a justificativa é o já mencionado contexto de atrasos na execução do objetivo específico Anexo 1.1 – alheio à atuação da ATI; já no caso do ID 7 a justificativa para a continuidade foi a demanda das pessoas atingidas e comissões – conforme será demonstrado no texto relativo ao Anexo 1.3.

2.2 AFERIÇÃO DOS INDICADORES

De acordo com o Plano de Trabalho aprovado, a avaliação – no âmbito do projeto da ATI Paraopeba no Instituto Guaicuy – pretende validar o modelo lógico do projeto, ou seja, avaliar se a metodologia e se os processos de atuação propostos ocasionaram as mudanças pretendidas. Para isso, o Guaicuy definiu que a avaliação será realizada por aferição pontual e específica de indicadores pactuados, que serão mensurados de maneira intermediária, por meio da correlação entre as evidências e os produtos, e o resultado final será mensurado no último ano do projeto.

Ficou definido, no Plano de Trabalho, que a mensuração do resultado final dos indicadores aconteceria após a entrega dos últimos produtos finalísticos previstos para o primeiro semestre de 2025 – entregues no Relatório Trimestral anterior, referente ao período de abril a junho de 2025. Portanto, está no escopo do presente relatório a aferição do resultado final dos indicadores.

As fontes de comprovação para mensuração dos indicadores estão relacionadas às evidências e ao conteúdo dos produtos entregues. Ao longo do trimestre, o Instituto Guaicuy se dedicou à análise dessas informações e à coleta das fontes de comprovação, com o objetivo de aferir os resultados finais relacionados a cada eixo. Alguns desses resultados dependem de atividades externas, como o caso dos eixos Anexo 1.1 e Anexo 1.3 e, por isso, ressalta-se que, desde a elaboração do Plano de Trabalho, foi proposto um mapeamento de riscos para antecipar os fatores que representavam possibilidades de interferência externa nos resultados almejados. Portanto, sempre que houver necessidade, será realizada a contextualização dos fatores que representaram limites à atuação da ATI na direção do indicador durante o desenvolvimento do projeto.

Os resultados da mensuração final dos indicadores de cada eixo serão apresentados no capítulo [6. Mensuração dos Resultados Finais do Plano de Trabalho.](#) Ressalta-se que todos os documentos empregados como fonte de comprovação da mensuração dos indicadores estarão disponibilizados por link, na descrição de cada eixo. O quadro a seguir apresenta os indicadores pactuados, bem como suas formas de medição e comprovação:

Quadro 1 – Indicadores

OBJETIVO ESPECÍFICO	METAS PARA O CONTROLE SOCIAL DO ACORDO	NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO DO INDICADOR	FONTE DE COMPROVAÇÃO
Anexo 1.1	Buscar paridade das regiões 4 e 5 em relação ao Anexo 1.1.	Apoio comunitário na elaboração de projetos	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy no apoio à elaboração de projetos comunitários, tanto locais quanto regionais, para subsidiar o pleito de execução destes projetos junto à entidade gestora do Anexo 1.1.	(Número de Instâncias Locais com pelo menos um projeto comunitário propostos e enviados com apoio da ATI / número de Instâncias Locais atendidas pelo Guaicuy) x 100	- Documento com o projeto comunitário concebidos e enviados à entidade gestora (produtos da atividade com ID 5) - Documento que descreve a organização da Instância Local (produtos das atividades com ID 10 e 11)
		Apoio comunitário na definição de regras para o crédito e microcrédito	Procura avaliar se a implementação do programa de crédito e microcrédito, as formas de comprovação e as etapas de concessão estão adequadas à realidade das pessoas atingidas	(Número de critérios acatados pela entidade gestora / número de sugestões realizadas pelas pessoas atingidas, em todas as etapas) X 100	- Relatório com as demandas realizadas pelas pessoas atingidas para acessar, ampliar e facilitar o acesso ao programa - Documento que formaliza as regras de crédito e microcrédito pela entidade gestora
Anexo 1.3	Buscar a consolidação de conselhos de pessoas atingidas junto ao poder público municipal em todos os municípios atingidos nas regiões 4 e 5.	Apoio na constituição de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy no estabelecimento, junto com as pessoas atingidas e poder público municipal, de conselhos municipais para incidência das pessoas atingidas, no acompanhamento, monitoramento e deliberação do Anexo 1.3	(Número de conselhos formados/número de municípios atendidos pelo Guaicuy) x 100	- Documento de formação dos conselhos (produtos da atividade com ID 7) - Lista de municípios atingidos contemplados no Acordo Judicial (Plano de Trabalho)

OBJETIVO ESPECÍFICO	METAS PARA O CONTROLE SOCIAL DO ACORDO	NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO DO INDICADOR	FONTE DE COMPROVAÇÃO
Anexo 1.3	Buscar a consolidação de conselhos de pessoas atingidas junto ao poder público municipal em todos os municípios atingidos nas regiões 4 e 5.	Acompanhamento de PCTs em todas as etapas	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy no acompanhamento em todas as etapas estabelecidas pelos Compromitentes junto à Povos e Comunidades Tradicionais.	(Número de relatórios ou documentos construídos com as comunidades determinados pelos Compromitentes a cada etapa dos projetos / número de comunidades de PCTs x número etapas definidas pelos Compromitentes) x 100	- Entregas de relatórios e documentos construídos com as comunidades determinados pelos Compromitentes a cada etapa dos projetos (produtos da atividade com ID 8) - Número de comunidades de Povos e Comunidades Tradicionais reconhecidas pelos Compromitentes (produtos das atividades com ID 8 e 9) - Documento dos Compromitentes que formaliza as etapas e as demandas (produtos das atividades com ID 8 e 9)
	Buscar consolidar a Instância Regional	Abrangência das Instâncias Regionais	Procura mensurar o trabalho da ATI no estabelecimento de Instâncias Regionais para o fortalecimento das comunidades quanto às pautas regionalizadas	(Número de Instâncias Regionais estabelecidas/número de regionais atendidas) x 100	- Documento que indique o estabelecimento da Instância Regional quanto representativa para a região (produto das atividades com ID 10 e 11)
Organização Social	Buscar o fortalecimento das Instâncias Locais (comissões de pessoas atingidas e Povos e Comunidades Tradicionais)	Apoio estratégico às Instâncias Locais	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy no estabelecimento e na autonomia das Instâncias Locais em relação à ATI	(Número de planos estratégicos formulados pelas Instâncias Locais/número de Instâncias Locais atendidas pelo Guaicuy) x 100	- Planos estratégicos das Instâncias Locais (produto das atividades com ID 10 e 11) - Documento que descreve a organização da Instância Local (produto das atividades com ID 10 e 11)

OBJETIVO ESPECÍFICO	METAS PARA O CONTROLE SOCIAL DO ACORDO	NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO DO INDICADOR	FONTE DE COMPROVAÇÃO
Reconhecimento das pessoas atingidas	Buscar o reconhecimento de todas as comunidades/coletividades que se autoidentificam como atingidas, principalmente PCTs, e sua inclusão nas medidas de reparação do Acordo Judicial	Apoio à novas comunidades/coletividades	Procura mensurar o trabalho da AT no apoio à autoidentificação de comunidades/coletividades atingidas, por meio do apoio técnico e institucional para o reconhecimento enquanto atingidas no processo de reparação	(Documentos enviados às IJs pela ATI com o pleito de inclusão / Comunidades ou coletividades que se autoidentificam como atingidas e não estão contempladas em alguma medida de reparação do Acordo Judicial) x 100	- Documento enviado às IJs pela ATI por comunidade autoidentificada (produto da atividade com ID 17) - Ata/registro que demonstra a autoidentificação das comunidades/coletividades que não estão contempladas em alguma medida de reparação do Acordo Judicial (produto da atividade com ID 17)
Anexo 1.2	Buscar que as pessoas atingidas tenham respostas concretas da FGV sobre as poligonais de R4 e R5, bem como sobre deferimento ou indeferimento de acesso ao PTR	Busca por respostas sobre o PTR	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy quanto às formalizações realizadas às instituições competentes e a busca por respostas a serem devolvidas às pessoas atingidas	(Número de comunidades que solicitam respostas à FGV ou IJs / número de comunidades atingidas que reportam ao Guaicuy problemas de acesso ao PTR) x 100	- Documentos enviados acerca do PTR com pedidos de informações e demandas das comunidades pessoas atingidas (produto da atividade com ID 19) - Registro de comunidades que reportam problemas de acesso ao PTR ao Guaicuy

OBJETIVO ESPECÍFICO	METAS PARA O CONTROLE SOCIAL DO ACORDO	NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO DO INDICADOR	FONTE DE COMPROVAÇÃO
Reparação Socioambiental	Buscar fortalecer a participação e controle social das pessoas atingidas das regiões 4 e 5, no Plano de Reparação Socioambiental com o objetivo de favorecer a inclusão de reivindicações, possibilitando a obtenção de respostas concretas, e a inclusão da Região 5 no Plano.	Apoio no controle social da reparação socioambiental	Procura mensurar o trabalho do Guaicuy na formação de lideranças sobre a Reparação Socioambiental com o objetivo de favorecer a inclusão de reivindicações, possibilitando a obtenção de respostas concretas, e a busca pela inclusão da Região 5 no Plano.	(Número de formações em comissões realizadas / Número de demandas por formação por comissão) x 100	- Certificações de representantes de comissão (produto da atividade com ID 20) - Consolidado de solicitações de formações sobre a reparação socioambiental por comissão (Análise das reuniões de comissão – evidências)
Estrutura organizacional	Busca mensurar a relação do orçamento executado com o orçamento planejado.	Desempenho finalístico-financeiro do projeto	Procura demonstrar a execução financeira de acordo com o que foi planejado buscando a economicidade e a transparência em relação aos gastos	(Valor total executado no período/valor global orçado) x 100	Relatório Financeiro (produto da atividade com ID 24)

Fonte: Instituto Guaicuy (2023).

2.3 METODOLOGIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

Assim como mencionado nos relatórios anteriores, o Plano de Trabalho estabelece como serão realizadas a prestação de contas, o monitoramento e a avaliação pelo Instituto Guaicuy, e que esses terão como principal objeto as atividades de cunho finalístico. Ficou definido, então, que o monitoramento será feito a partir do: i) acompanhamento das atividades com pessoas atingidas; ii) acompanhamento das atividades do Plano de Trabalho e suas entregas; iii) acompanhamento dos gastos com a execução das atividades e dos eixos de atuação. Já a avaliação será realizada a partir da: iv) aferição intermediária dos indicadores, por meio da correlação entre as evidências e os produtos, e o resultado final será mensurado no último ano do projeto.

A seguir serão apresentadas as metodologias utilizadas para realizar o acompanhamento dos itens citados:

I. Acompanhamento das atividades com pessoas atingidas:

O acompanhamento do fluxo de registro das atividades realizadas com as pessoas atingidas apresentado nos relatórios anteriores segue sendo a principal forma de monitoramento das atividades com pessoas atingidas e das suas respectivas evidências. A Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação realiza o acompanhamento cotidiano de cada atividade desde seu planejamento até seu registro e arquivamento de relatório e evidências nos sistemas internos do Instituto Guaicuy. As evidências das atividades com pessoas atingidas realizadas no trimestre serão disponibilizadas conforme será descrito no capítulo a seguir.

II. Acompanhamento das atividades do Plano de Trabalho e das suas entregas (produtos):

Assim como reportado nos relatórios anteriores, os Escritórios – unidades organizacionais responsáveis pela execução das atividades finalísticas do projeto – remetem à Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação mensalmente o andamento de cada atividade do Plano, assim como os documentos e os possíveis produtos elaborados no período referentes às atividades em execução. Neste trimestre, conforme definido no Plano de Trabalho, não serão entregues produtos.

III. Acompanhamento dos gastos com a execução das atividades e dos eixos de atuação:

O orçamento apresentado no Plano de Trabalho foi elaborado com base nas atividades a serem desenvolvidas nas comunidades atingidas. A Coordenação de Recursos Humanos e Financeiros realiza o acompanhamento dos dispêndios, vinculando-os às rubricas e às atividades previstas no Plano. Esse acompanhamento é fundamental para a gestão organizacional, pois permite planejar a aplicação de recursos para o melhor atendimento às pessoas atingidas, bem como monitorar e avaliar a execução do projeto. Ademais, todos os processos de compras, contratações e pagamentos são pautados por normativas internas e documentados com o objetivo de garantir a segurança financeira e jurídica dos recursos, além de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades realizadas pela equipe do Instituto.

A prestação de contas finalística será realizada pela descrição das atividades realizadas por eixo (objetivo específico) e pela disponibilização dos documentos produzidos relacionados às atividades, assim como pela apresentação das evidências das atividades com pessoas atingidas realizadas no segundo trimestre de 2025, relacionando-as às atividades do Plano de Trabalho.

Seguindo esse roteiro, nos capítulos seguintes será apresentada uma tabela por eixo com indicação das atividades do Plano de Trabalho, suas datas previstas de início e finalização e a situação de sua execução no trimestre. Haverá também uma descrição das atividades de cada eixo, com informações sobre avanços, possíveis atrasos e desafios no cumprimento do Plano de Trabalho.

2.4.1 Disponibilização das evidências das atividades realizadas

A prestação de contas finalística será realizada pela descrição das atividades realizadas por eixo (objetivo específico) e pela disponibilização dos documentos produzidos relacionados às atividades. Dessa forma, nos capítulos seguintes será apresentada uma tabela por eixo com indicação das atividades do Plano de Trabalho, suas datas previstas de início e finalização atualizadas e a situação de sua execução no trimestre. Haverá também uma descrição das atividades de cada eixo, com informações

sobre avanços, possíveis atrasos e desafios no cumprimento do Plano de Trabalho. Além disso, neste trimestre, conforme dito anteriormente, serão apresentados os produtos de cada eixo.

Em relação às evidências das atividades com pessoas atingidas, informa-se que estas são disponibilizadas para a CAMF, auditoria externa e Instituições de Justiça, sempre de forma anonimizada para proteger os dados sensíveis das pessoas atingidas.

Em relação às atividades que não envolvem pessoas atingidas, as evidências serão compostas pelos pareceres técnicos, relatórios, ofícios e/ou notas técnicas elaboradas pela equipe do Instituto Guaicuy que subsidiaram as atividades, disponibilizadas por meio de links no texto de descrição das atividades de cada eixo.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRIMESTRE

Conforme relatado no relatório anterior, o segundo trimestre de 2025 foi marcado mais uma vez pelo cenário de incertezas e insegurança jurídica a que são constantemente submetidas as Assessorias Técnicas Independentes que atuam no caso Paraopeba. O terceiro trimestre, infelizmente, não foi diferente. As circunstâncias obrigaram o Instituto Guaicuy a medidas extremas, como, no mês de setembro, colocar grande parte de sua equipe em aviso prévio face ao não recebimento dos novos recursos para execução do Anexo 1.1, recursos que vinham sendo dialogados com as Instituições de Justiça desde o final de 2024.

No mês de julho, ATIs e IJs voltaram à mesa de negociação do Aditivo ao Termo de Compromisso de 2023, após as ATIs Guaicuy e Nacab já terem apresentado à CAMF seus novos Planos de Trabalho referentes ao Anexo 1.1 e ao que foi chamado de Plano da Participação Informada, conforme determinado pelas IJs. A construção dos mencionados planos foi extremamente desafiadora e impôs ao Guaicuy riscos institucionais relacionados à necessidade de rateio de RH e estrutura entre nada menos que seis Planos de Trabalho, a saber: Plano do Processo, do Anexo 1.1 e da Participação Informada, para as regiões 4 e 5. O rateio de forma complexa foi o único caminho encontrado para viabilizar o atendimento às pessoas atingidas a partir do orçamento subdimensionado imposto pelas Instituições de Justiça às regiões 4 e 5. O controle do novo arranjo demanda que as IJs, notadamente o Nucard, se coloquem de forma mais cooperativa na construção de controles razoáveis que não inviabilizem a operacionalização dos Planos e que, ao mesmo tempo, atendam às exigências da auditoria externa.

Este cenário foi colocado de maneira expressa para as Instituições de Justiça na reunião de 16 de julho, que culminou na assinatura do Termo Aditivo. Cumpre destacar que em diversos momentos as IJs incentivaram e demandaram o rateio de estruturas entre os Planos de Trabalho mas, quando chamadas a contribuir na viabilização desta solução, imputaram total responsabilidade à ATI, caso uma das fontes de custeio venha a ser suspensa por qualquer motivo. Desta forma, o Guaicuy assumiu a responsabilidade, ainda que a entenda completamente desproporcional, mas colocou para as Instituições de Justiça a necessidade de se reabrir o diálogo para revisão de

Plano de Trabalho e metas, caso o evento de suspensão de alguma das fontes de custeio consideradas no rateio venha a ser suspensa.

Em relação ao texto do Termo Aditivo, as ATIs levaram diversos questionamentos à minuta apresentada pelas IJs, inclusive no que tange à sobreposição de papéis de CAMF e E&Y, e problematização de algumas das metas impostas. Mas, infelizmente, as IJs se mostraram pouco flexíveis na negociação do texto, mantendo o caráter de “contrato de adesão” do mesmo. Cumpre observar que, apesar das inúmeras ressalvas e as constantes inseguranças, o Instituto Guaicuy assinou o Termo Aditivo por entender que seria a única possibilidade de continuar a prestação de serviços às pessoas atingidas das Regiões 4 e 5 e que a suspensão das atividades teria como principal prejudicado justamente a população atingida, com a perda do acúmulo adquirido nos últimos 5 anos de atividade da ATI.

Em relação à quinta parcela do Termo de Compromisso de 2023, que deveria ter sido liberada em junho, a liberação ocorreu somente em 15 de julho, após diversas tratativas do Guaicuy com as IJs, demonstrando que o atraso levava a instituição ao estado de insolvência. Parte das IJs entendia que a liberação estava condicionada ao aceite do orçamento e dos termos do Aditivo apresentado, e que o Guaicuy, independentemente da expectativa que foi criada de aporte de novos recursos para o Anexo 1.1, já deveria ter desmobilizado grande parte de sua equipe, mesmo que tal medida significasse desperdício de recursos e significativo atraso na retomada de atividades caso a instituição aderisse ao termo Aditivo.

Fazendo gestão de caixa diariamente e se empenhando nas articulações visando a liberação do recurso devido, o Instituto Guaicuy conseguiu evitar, nos meses de junho e julho, a grande desmobilização, buscando a melhor gestão do recurso.

Conforme determinado pelas IJs, a quinta parcela foi convertida no orçamento do Plano de Trabalho da Participação Informada que reduz significativamente a capacidade da ATI de atuar nos demais anexos do Acordo Judicial, ao transformar o recurso financeiro destinado a custear a ATI até dezembro de 2025 em orçamento de 22 meses, a contar de agosto de 2025. E mesmo assim, a execução do Plano de Trabalho apresentado depende da liberação imediata dos recursos do novo Plano de Trabalho do Anexo 1.1.

Após a assinatura do Termo Aditivo pelo Guaicuy, as IJs o submeteram à homologação do Juízo responsável, indicando que Guaicuy (R4 e R5) e Nacab (R3) haviam aceito os termos, mas que Aedas, instituição responsável pelo assessoramento das regiões 1 e 2, não havia aceito as condições apresentadas pelas IJs, de forma que seria necessário processo de seleção de nova ATI para essas regiões. Diante de tais informações, o Juízo solicitou mais informações sobre os critérios de definição do orçamento de cada região e, ao recebê-las, entendeu que o estudo que subsidiou a definição dos orçamentos apresentava alguns pontos questionáveis e que, no máximo, refletia um orçamento aplicável ao mês de abril, e não a julho ou agosto como pretendia se impor.

Mas, considerando a necessidade de não interromper os trabalhos das ATIs e da Entidade Gestora relacionados ao Anexo 1.1, optou por não problematizar os orçamentos das regiões 3, 4 e 5, uma vez que as ATIs responsáveis apresentaram soluções de viabilidade nos seus planos de trabalho. Mas, para as regiões 1 e 2 entendeu que seria necessário ajustar os critérios do estudo, o que implicou em majoração do orçamento proposto, resultando na necessidade de ampliação do orçamento global de R\$ 62 milhões inicialmente determinado. Ocorre que as IJs não admitem a majoração do teto definido nos estudos da CAMF de março de 2025, e deram início a uma sequência de recursos judiciais, questionando o que entendem ser ingerência indevida do Juízo na gestão dos recursos do Acordo Judicial.

Face ao impasse instaurado entre Juízo e Instituições de Justiça, os novos recursos destinados às atividades do Anexo 1.1 não foram liberados e o Aditivo do Termo de Compromisso não foi homologado por conta da controvérsia acerca do orçamento global da bacia. E a não liberação do recurso previsto no mês de agosto levou novamente o Instituto Guaicuy a fazer a gestão diária do caixa para evitar estado de insolvência e tentar mais uma vez não implementar a desmobilização prevista nos Planos de Trabalho de 2023, por entender que tal medida é extremamente prejudicial ao andamento dos trabalhos com as pessoas atingidas. Mas, infelizmente, desta vez foi necessário colocar grande parte da equipe da ATI de aviso prévio no mês de setembro, incluindo todos os gestores e a diretoria do projeto.

Todavia, como o pedido de medida antecipatória de suspensão da decisão de primeira instância e homologação imediata dos Termos de Compromisso de Nacab e

Guaicuy feito pelas IJs ao TJMG não foi deferido, o Juízo determinou o cumprimento de suas decisões anteriores, viabilizando a continuidade dos trabalhos das ATIs nas 5 regiões, com liberação parcial dos recursos dos novos planos de trabalho. Até o encerramento do mês de setembro, as Instituições de Justiça ainda não haviam acionado as ATIs para, nos termos da decisão judicial em vigor, retomar as tratativas de regulação do novo período de trabalho que se coloca.

Neste contexto, apesar de tantas indefinições e o estado permanente de insegurança, mesmo com a equipe de aviso prévio, o Instituto Guaicuy, dentro do possível continuou a realizar atividades relacionadas à governança do Anexo 1.1, avanços nos projetos do Anexo 1.3 aos PCTs, acompanhamento de reuniões do Anexo 1.3 com prefeituras da Região 5, acompanhamento do PTR, acompanhamento de tentativa de despejo ilegal dos pescadores da comunidade de Paraíso, em Felixlândia, dentre outros. Adicionalmente, foi dado início à execução do Plano de Trabalho do Processo Judicial, com a entrega de produtos e do Plano de Trabalho do Processo revisado ao Nucard.

Considerando que, mesmo diante de indefinições por parte das Instituições de Justiça, como já aconteceu em outros momentos, as ATIs trabalharam sem Plano de Trabalho nem Termo de Compromisso atualizados, faz-se necessário tanto a continuidade do atendimento às pessoas atingidas, quanto a busca de segurança institucional. Neste contexto, sempre em nome da transparência e responsabilidade na gestão, nos primeiros dias de outubro, o Guaicuy formalizou para as Instituições de Justiça e para o Juízo as providências tomadas à partir do recebimento dos recursos liberados pelo Juízo (como transferência de contas e medidas visando a reversão do aviso prévio da equipe) e a preocupação com a transição entre Planos de Trabalho, além da necessidade de recomposição do orçamento do Plano de Trabalho da Participação Informada que acabou sendo consumido em grande parte por atividades dos Anexos 1.1 nos meses de agosto e setembro. A pleiteada recomposição e as sugestões apresentadas pelo Guaicuy para a transição são medidas primordiais para a execução dos novos Planos de Trabalho com o mínimo de segurança institucional no que se refere à transição dos modelos de prestação de contas.

4. ATUAÇÃO TERRITORIAL

4.1 ATIVIDADES EXECUTADAS NO TRIMESTRE

No terceiro trimestre de 2025, na Região 5, foram realizadas um total de **422** atividades, envolvendo **1.868** participações de pessoas atingidas identificadas¹, sendo **98** atividades coletivas (reuniões de comissão, reuniões comunitárias, dentre outras), e **324** atendimentos individuais e/ou familiares. Em relação às comunidades, entre julho e setembro foram realizadas atividades que contaram com a participação de pessoas atingidas de **76** comunidades da Região 5. Além disso, neste trimestre, participaram das atividades um total de **906** indivíduos atingidos.

Tabela 1 – Total geral de atividades, participações, comunidades e indivíduos atendidos no trimestre - Região 5

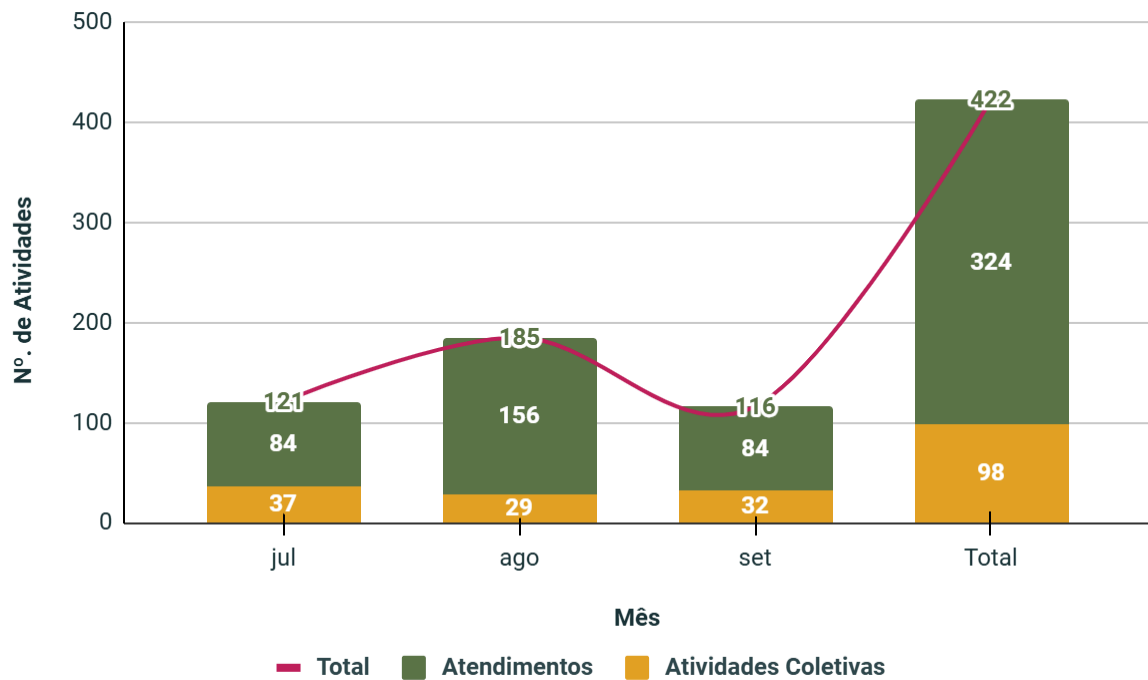
Total no trimestre	N
Total de atividades	422
Atividades coletivas	98
Individuais e familiares	324
Total de Participação	1.868
Atividades coletivas	1.305
Individuais e familiares	563
Total de Indivíduos atendidos	906
Atividades coletivas	727
Atendimentos individuais e familiares	331
Total de comunidades atendidas	76
Atividades coletivas	71
Atendimentos individuais e familiares	63

Fonte: Elaboração própria (2025)

O gráfico a seguir mostra o total de atividades realizadas no mês.

¹ São contabilizadas apenas as pessoas que se identificaram nas atividades e que, assim, podem ser associadas às regiões atendidas pelo projeto. A participação total é, portanto, maior do que o número indicado.

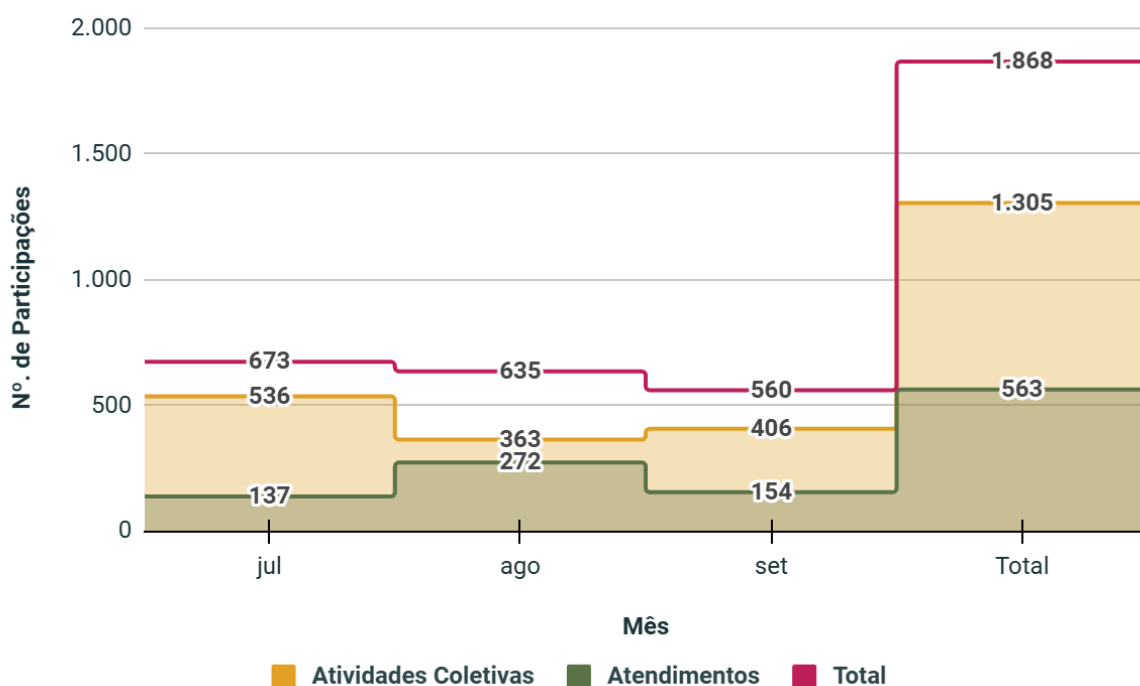
Gráfico 1 – Total de atividades realizadas no trimestre



Fonte: Elaboração própria (2025)

Ao longo do trimestre ocorreram atividades coletivas que mobilizaram o território. Este contexto se evidencia no número de participações nesse tipo de atividade, que neste trimestre contou com **1.305** participações. Já o total de participações de pessoas atingidas nas atividades de escala individual e familiar (atendimentos) no trimestre foi **563**. No gráfico abaixo é possível observar o total de participações de pessoas atingidas nas atividades coletivas e nos atendimentos por mês.

Gráfico 2 – Total de participações no trimestre



Fonte: Elaboração própria (2025)

AMPLA MOBILIZAÇÃO

Além das atividades em si, ao longo do trimestre também foram realizados diversos contatos para mobilizar as pessoas atingidas para as atividades promovidas ou apoiadas pelo Instituto Guaicuy. Destaca-se que estes dados **não** estão contabilizados nos números de atividades e atendimentos realizados no trimestre e apresentados acima. Dessa forma, neste trimestre, **409** pessoas atingidas foram alcançadas pelas mobilizações realizadas pelas equipes.

A análise dos dados referente às atividades com pessoas atingidas e também aos contatos realizados vem sendo aprimorada com o objetivo de qualificar o entendimento da atuação territorial e dos cenários de cada trimestre, além de demonstrar a complexidade e amplitude do trabalho executado pelo Instituto Guaicuy. O monitoramento desses dados também vem contribuindo para perceber os caminhos que estão sendo percorridos para alcançar os objetivos definidos no Plano de Trabalho e permitindo verificar o que tem se distanciado do planejado. Por fim, os dados evidenciam o esforço do Instituto Guaicuy em atuar de maneira a atender os objetivos

prioritários apontados no Termo de Compromisso e o de dar respostas para as pessoas atingidas quanto às pautas urgentes do processo de reparação.

4.2 PRINCIPAIS PAUTAS DAS ATIVIDADES TERRITORIAIS

No decorrer do trimestre, dentre as principais atividades e pautas, destacam-se as atividades relacionadas ao Anexo 1.1 e a Organização social, que mobilizaram e contaram com a participação de um número expressivo de participantes. Entre elas, merece destaque as atividades relacionadas ao Apoio técnico na governança do Anexo 1.1, cujas pautas foram sobre os Projetos Comunitários, atividades formativas da EG e atividades dos Conselhos Regionais (Tabela 2).

Abaixo, na tabela 3, é possível observar com mais detalhes o número de atividades coletivas e participações nas respectivas atividades do plano de trabalho. Nas atividades do Anexo 1.1, foram realizadas **65** atividades coletivas, totalizando **1.024** participações, dentre as atividades que se destacam, o ID3 - “Apoio técnico na governança do Anexo 1.1” e os ID2 - “Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1”. No objetivo da “Organização Social e Comunicação”, a maioria das atividades concentrou-se no ID10 - “Organização das comissões”, e no ID 14 - “Mobilização Social”, do total de atividades coletivas no objetivo somam-se **65** com **758** participações.

Tabela 2 – Total de Atividades Coletivas e Atendimentos, por Objetivo Específico.

Objetivos específicos	Atividades Coletivas		Atendimentos		Total	
	Nº Atividades	Nº Participações	Nº Atendimentos	Nº Participações	Nº Atividades	Nº Participações
Anexo 1.1	65	1.024	144	274	209	1.298
Anexo 1.3	2	23	6	8	8	31
Organização Social e Comunicação	65	758	180	347	245	1.105
Anexo 1.2	5	48	76	87	81	135
Reparação Socioambiental	5	35	9	11	14	46

Fonte: Elaboração própria (2025)

Tabela 3 – Total de Atividades Coletivas e Participações, por Atividades do Plano de Trabalho

ID	Atividades do plano de trabalho	Nº Atividades	Nº Participações
2	Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1.	22	360
3	Apoio técnico na governança do Anexo 1.1.	40	622
4	Formação sobre o Anexo 1.1.	4	129
5	Proposição de projetos Anexo 1.1	6	108
7	Espaços participativos para o Anexo 1.3.	1	15
8	Apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3	1	8
10	Organização das comissões	44	527
11	Organização dos PCTs	8	50
12	Apoio na participação em eventos externos	6	84
13	Comunicação	1	3
14	Mobilização social	21	250
18	Apoio técnico individual e/ou familiar no Anexo 1.2	1	22
19	Apoio técnico às comunidades e comissões no Anexo 1.2	4	26
20	Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental	5	35

Fonte: Elaboração própria (2025)

5. ACOMPANHAMENTO DOS EIXOS DO PLANO DE TRABALHO

Conforme informado no capítulo 2, sobre a metodologia de monitoramento e acompanhamento das atividades, a prestação de contas neste relatório apresentará uma breve descrição do que foi realizado em cada eixo do Plano de Trabalho no terceiro trimestre de 2025. O presente capítulo pretende atender a esse objetivo.

Para tanto, a seguir serão apresentados os sete eixos, ou objetivos específicos, a saber: Anexo 1.1, Anexo 1.3, Organização Social e Comunicação, Reconhecimento das Pessoas Atingidas, Anexo 1.2, Reparação Socioambiental e Estrutura Organizacional. Portanto, estão organizados hierarquicamente, conforme determinação da CAMF/LATACI.

Cada eixo apresentará as atividades elencadas no Plano de Trabalho com seus respectivos IDs e cronograma de execução previsto, assim como a informação sobre a execução da atividade nos meses de julho, agosto e setembro de 2025. Os textos apresentarão uma breve discussão do que foi realizado em cada eixo, bem como possíveis dificuldades enfrentadas e justificativas, quando for o caso.

5.1. ANEXO 1.1

O objetivo do eixo Anexo 1.1, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é construir com as pessoas e as comunidades atingidas o protagonismo para a gestão democrática e o controle social na formulação, decisão, monitoramento, fiscalização e avaliação das ações reparatórias do Anexo 1.1 do Acordo Judicial. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de julho a setembro de 2025:

Quadro 2 – Execução das atividades do eixo Anexo 1.1

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
1	Elaboração do Plano de Trabalho do Anexo 1.1	Promover espaços participativos com as pessoas atingidas para debater a proposta definitiva da Entidade Gestora e para construir e validar a proposta de governança do Anexo 1.1	13/09/2023	12/12/2023	CONCLUÍDA
2	Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1	Promover espaços participativos com as pessoas atingidas com o objetivo de viabilizar a participação direta e informada das pessoas atingidas em todas as etapas que envolvem a implementação da governança do Anexo 1.1, de obrigação da Entidade Gestora	01/07/2023	30/06/2025	SIM
3	Apoio técnico na governança do Anexo 1.1	Realizar acompanhamento técnico das pessoas atingidas nos espaços de governança do Anexo 1.1, desde a fase de planejamento até a etapa de fiscalização. Apoiar a elaboração de documentos e a realização do diálogo com atores externos, sempre que necessário	01/07/2023	30/11/2025	SIM
4	Formação sobre o Anexo 1.1	Realizar ciclos de formação para estimular a participação das pessoas atingidas na definição dos usos dos recursos do Anexo 1.1, respeitando suas particularidades e seus modos de vida e de organização comunitária	01/07/2023	31/12/2024	SIM

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
5	Proposição de projetos Anexo 1.1	Auxiliar as pessoas atingidas na proposição de projetos comunitários, em nível local, regional e inter-regional	01/03/ 2024	30/11/ 2025	SIM
6	Crédito e microcrédito Anexo 1.1	Auxiliar as pessoas atingidas na concepção das regras do crédito e microcrédito do Anexo 1.1	01/04/ 2024	30/06/ 2025	NÃO

Fonte: Elaboração própria (2025)

Em relação à **atividade 2 – espaços participativos para a governança do Anexo 1.1**, ao longo do terceiro trimestre de 2025 foram realizadas diversas atividades com pessoas atingidas na Região 5, além de outras que abarcam também a Região 4. As atividades desenvolvidas foram articulações com pessoas atingidas, reuniões de comissão, reuniões comunitárias, atividades de apoio à atuação da Entidade Gestora do Anexo 1.1 e reuniões microrregionais, que são encontros que reúnem mais de uma comissão, com o objetivo de colaborar e fortalecer a governança do Anexo 1.1 que está sendo construída nos territórios.

As articulações com pessoas atingidas, em síntese, tiveram o objetivo de resgatar o processo de reparação e Anexo 1.1, a organização das comissões comunitárias e dos conselhos, com o intuito de orientar sobre esse processo. Ocorreram reuniões com pessoas da comunidade de Patos do Abaeté para tratarem dos projetos comunitários, além de uma articulação para auxiliar a inclusão de uma comunidade na lista preliminar das comunidades elegíveis ao Anexo 1.1 (a saber, Ribeirão do Boi, em Três Marias). Durante os encontros, algumas pessoas demonstraram preocupação em participar dos conselhos antes da publicação da listagem das comunidades elegíveis pela Entidade Gestora, pois caso a participação seja ampliada e suas comunidades não sejam incluídas, haverá grande frustração.

As reuniões de comissão realizadas no período tiveram as seguintes pautas: i) diálogo sobre potencialidades para os projetos do Anexo 1.1; ii) estrutura de governança do Anexo 1.1; iii) escolha dos conselheiros locais titulares e suplentes; iv) apresentação do cronograma de atividades da Entidade Gestora; e v) elaboração dos regimentos internos para o Conselho Regional, a partir dos regimentos das comissões. Nesses encontros, os presentes teceram ponderações importantes para o entendimento do processo de estruturação da Governança do Anexo 1.1, além de dúvidas sobre as funções dos conselhos e atuações dos conselheiros. Os PCTs Ribeirinhos do São Francisco reuniram-se para discutir a composição do Conselho Regional e do Setor a partir dos representantes de sua Comissão, e o Protocolo de Consulta de sua comunidade.

Foram realizadas também algumas reuniões microrregionais com o objetivo de dar continuidade à construção dos espaços de governança do Anexo 1.1 e indicações de representantes para compor o Conselho Regional.

As ações do período de julho a setembro, em relação à **atividade 3 – Apoio Técnico na Governança do Anexo 1.1** foram relacionadas à elaboração do [“Guia de Trabalho sobre Crédito e Microcrédito”](#) e ao apoio à atuação da Entidade Gestora no território. O Guia sobre Crédito e Microcrédito tem como objetivo servir de material de estudos e reflexões para as pessoas atingidas. Especificamente, ele tem como foco o processo de criação das linhas de crédito e microcrédito para empréstimos. O material foi elaborado como parte do processo formativo sobre crédito e microcrédito das pessoas atingidas das regiões 4 e 5, assessoradas pelo Instituto Guaicuy.

Em relação ao apoio às ações da Entidade Gestora, a ATI apoiou a realização de atividades formativas com os conselheiros da Região 5, no dia 23 de agosto, e voltada aos setores, no dia 26 de agosto. Com o objetivo de preparar os conselheiros para suas atribuições no âmbito do Anexo 1.1, a Entidade Gestora realizou inicialmente uma retrospectiva de andamentos envolvendo o anexo no último ano, e posteriormente, realizou a apresentação das etapas de trabalho prevista para o Plano Piloto do Anexo 1.1 nos primeiros 2 anos de execução, que são: (1) Criação e estruturação dos conselhos e setores e demais instâncias, (2) Diagnóstico de Danos, (3) Inauguração dos conselhos e setores e priorização de danos, (4) Definição dos projetos, das linhas de crédito e microcrédito e dos critérios de contratação das executoras, (5) Contratação das executoras, (6) Execução dos projetos, linhas de crédito e microcrédito, monitoramento e transparência e (7) Plano de Reparação e Desenvolvimento para todo o Anexo. Foram esclarecidos os objetivos e tarefas dentro de cada etapa. Os representantes presentes levantaram dúvidas sobre pontos ainda pendentes de definição das IJs, como a remuneração/ajuda de custo aos conselheiros, distribuição de recursos para projetos e comunidades elegíveis – destacando-se a insatisfação com a morosidade nas decisões. Ainda foram discutidos detalhes sobre a elaboração de projetos pelas pessoas atingidas, bem como o papel e limites da Entidade Gestora frente a esta construção. As atividades foram importantes para iniciar uma atuação mais estreita entre a EG e as comunidades, através dos conselheiros, e o diálogo reforçou a garantia da autonomia das pessoas atingidas durante o andamento dos projetos.

Em relação à **formação sobre o Anexo 1.1 – atividade 4**, no dia 22 de julho foi realizado o 23º Dois Dedos de Prosa, com o intuito de debater pontos importantes sobre a execução do Anexo 1.1, a saber: i) Ata de Entendimentos assinada no dia 28 de maio entre Instituições de Justiça e Entidade Gestora, que formalizou os entendimentos para o cumprimento da Proposta Definitiva; ii) proposta de calendário da EG e os próximos passos para a estruturação da governança. A 23ª prosa reuniu representantes das comissões e PCTs das regiões 4 e 5 e contou com pontos de apoio na comunidade Balneário Reino dos Lagos e nas sedes da ATI de Pompéu e Felixlândia.

No dia 10 de setembro foi realizado o 24º Dois Dedos de Prosa especificamente para a Região 5, que teve como pauta a discussão sobre o regimento do Conselho Regional, abordando critérios de composição, segurança dos conselheiros, quórum, tipos de reuniões e a participação de não membros. Foi encaminhado a organização de reunião para discussão e deliberação dos critérios, com participação dos conselheiros. Para isso, será usado como base o regimento da Instância Regional da Região 5, de modo a fazer as modificações necessárias à realidade e às demandas específicas da governança no Anexo 1.1. Além disso, dialogou-se sobre a desmobilização da equipe da ATI, em virtude do encerramento do Plano de Trabalho, em janeiro de 2026.

Em relação à **atividade ID 5 – Proposição de projetos Anexo 1.1**, como foi abordado nos relatórios trimestrais anteriores, já estão em curso reuniões com as comissões e comunidades para discussão sobre potencialidades comunitárias e proposição de projetos que poderão vir a ser indicados no Anexo 1.1. No presente trimestre ocorreram algumas reuniões em diferentes comunidades, e representaram um momento significativo de escuta ativa, mobilização social e construção coletiva.

As primeiras reuniões, ocorridas em julho, contaram com a apresentação dos dados obtidos com a aplicação do “Questionário de Potencialidades de Geração de Renda”, que os moradores responderam, e o levantamento de temas de projetos possíveis de serem desenvolvidos nas comunidades. Em alguns encontros ocorreu uma grande participação, em outros verificou-se menor quantidade de participantes, principalmente nas comunidades enfraquecidas a respeito da participação no processo de reparação. Em algumas delas, como no caso da reunião com a comunidade São Geraldo do Salto, em Felixlândia, foi possível votar as áreas prioritárias para começarem a construir projetos e avançarem nas discussões.

Em algumas reuniões, como em Praia Nova, também em Felixlândia, o encaminhamento foi que os residentes da comunidade dialoguem sobre a possibilidade de realizar outra reunião comunitária para que consigam debater, de forma coletiva, se a comunidade irá construir propostas de projetos ou se vão participar do Anexo 1.1 através do apoio e parceria com outras comunidades. Nessa localidade, a maioria dos proprietários são sitiantes, dificultando a mobilização e participação presencial.

Na comunidade Morro da Povoação, foi possível avançar o debate do Anexo 1.1 para iniciar brevemente a pauta sobre os conselhos locais e regionais.. A Comissão de Pessoas Atingidas de Morada Nova de Minas - Sede e Entorno também demonstrou sua organização social, pelo interesse em realizar a regularização de sua associação comunitária. Foi observado que ainda há uma concentração de participação em certos representantes, mas houve manifestação de pessoas interessadas em compor a Comissão e com disponibilidade de participar das reuniões e atividades.

Essas reuniões, em geral, contribuíram no aspecto de organização social das comunidades, pois validaram e reforçaram o papel das comissões. As atividades voltadas para o levantamento de ideias para projetos comunitários (que representam um passo importante de mobilização das comunidades pelas Comissões de Pessoas Atingidas) permitiram que, tanto os moradores das comunidades quanto os conselheiros locais e regionais, reforçassem as atividades em potencial de cada território e levantassem as prioridades de projetos que podem abranger mais comunidades.

Dando continuidade às ações de fomentar a economia local, fortalecer a agricultura familiar e promover a geração de renda, foram realizadas mais edições das feiras livres em algumas comunidades da Região 5. A Feira Comunitária de Forquilha do Cabral, de Três Marias, realizou, no dia 12 de julho, mais uma edição. A atividade contou com uma grande variedade de alimentos preparados localmente, trabalhos de artesanato produzido por moradores das comunidades e convivência comunitária. No dia 26 de julho, a feira completou um ano de existência, sendo possível observar que a iniciativa evoluiu de uma organização básica para uma estrutura mais robusta, com um número crescente de feirantes, um grupo organizado e um fundo coletivo para melhorias. Nesta edição, a ATI realizou a [cobertura do evento](#). Durante o trimestre, ocorreram mais duas edições da Feira de Forquilha do Cabral.

A Comissão de Lagoa e Tronco – composta pelas comunidades de Lagoa do Meio e Tronco – realizou também em 12 de julho mais uma feira na comunidade, com a participação ativa dos feirantes das regiões vizinhas. Durante a atividade, foram aprovadas importantes decisões, como o regimento da feira e um teste de mudança de horário para a tarde, com votação unânime. Além disso, foram definidas as datas da feira até dezembro, e as equipes de organização foram nomeadas para garantir o bom funcionamento. Para a próxima edição, camisas personalizadas serão distribuídas aos feirantes. A feira segue com o objetivo de promover a economia local e estreitar os laços entre as comunidades, tendo sido realizada mais uma edição no dia 6 de setembro.

Nesse mesmo dia 6 de setembro, a comunidade de La Poveda, em Felixlândia, realizou a primeira edição da Feira Comunitária do Baixo Paraopeba. A iniciativa foi organizada pela Comissão Baixo Paraopeba, com apoio da ATI. A organização da feira envolveu etapas de mobilização, reuniões comunitárias e produção de materiais de divulgação, contando com o acompanhamento técnico da ATI, a qual, no dia do evento, apoiou a estruturação do espaço e registrou fotos, vídeos e relatos para avaliação futura. Além da circulação de produtos, a atividade também se conectou ao processo de reparação dos danos. O formato do evento dialoga diretamente com as pautas de fortalecimento econômico previstas no Anexo 1.1, que trata da implementação de projetos de geração de emprego e renda nos territórios atingidos. Diante da boa receptividade da primeira edição, a Comissão do Baixo Paraopeba já confirmou a próxima feira, prevista para o dia 11 de outubro, das 9h às 17h, fortalecendo o calendário comunitário e ampliando as oportunidades de integração social e econômica na região.

Em relação à **atividades 6, Crédito e Microcrédito**, levando em consideração a finalização da construção da Proposta Definitiva para o Anexo 1.1 e no início das atividades da Entidade Gestora somente no dia 5 de junho de 2025, ainda não foi possível iniciar o trabalho com as comissões de pessoas atingidas sobre o acesso ao crédito e microcrédito. De acordo com o cronograma elaborado pela EG, as definições sobre crédito e microcrédito serão realizadas na Etapa 4 de seu planejamento, após a inauguração dos conselhos e setores e priorização dos danos. Contudo, até o final do trimestre julho a setembro de 2025, os setores e os demais conselhos ainda não foram estruturados, tampouco inaugurados; portanto, esta mudança de cronograma impossibilitou o início da execução da Atividade ID 6 do Plano de Trabalho da ATI. Apesar disso, o tema do crédito e

microcrédito vem sendo debatido com as pessoas atingidas, em diferentes atividades e momentos. A exemplo disso, tem-se a elaboração do Guia de Trabalho, já apresentado neste relatório quando tratou-se da Atividade ID 3 – Apoio técnico na governança do Anexo 1.1.

5.2. ANEXO 1.3

O objetivo do eixo Anexo 1.3, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é promover a participação informada e o controle social nos Anexos 1.3 e 1.4, garantindo a consulta prévia, livre e informada em respeito aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). A seguir, apresenta-se um quadro contendo as atividades previstas e a execução destas no período de julho a setembro de 2025:

Quadro 3 – Execução das atividades do eixo Anexo 1.3

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
7	Espaços participativos para o Anexo 1.3	Promover espaços participativos visando à criação de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais que permitam a atuação autônoma das pessoas atingidas no acompanhamento dos projetos do Anexo 1.3 e no controle social do processo de reparação, junto às entidades competentes	01/01/2024	30/06/2025	SIM
8	Apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3	Assessorar tecnicamente os PCTs na produção técnica de documentos, no encaminhamento de demandas e na elaboração de protocolos, buscando favorecer a participação informada e manifestação das comunidades em todas as etapas na execução dos projetos do Anexo 1.3	01/07/2023	30/11/2025	SIM
9	Acompanhamento de PCTs em reuniões externas sobre o Anexo 1.3	Acompanhar os PCTs, quando requisitado, nas etapas de detalhamento e execução dos projetos do Anexo 1.3, assegurando o envio de manifestações aos Compromitentes, quando solicitado	01/07/2023	30/06/2025	NÃO

Fonte: Elaboração própria (2025)

Os **Espaços participativos para o Anexo 1.3 – Atividade 7** – seguem sendo monitorados, principalmente, no suporte de informações de andamentos dos projetos que são mais próximos às comunidades atingidas, já que muitos destes projetos estão atrasados de acordo com as informações disponibilizadas pelo sistema de acompanhamento da Fundação Getúlio Vargas. Dessa forma, o envio das atualizações do Anexo 1.3 estão sendo realizadas sob demanda das comissões de pessoas atingidas, tendo em vista a dificuldade do acesso à informação de interesse, já que em muitas das vezes a informação é sobre as obras convertidas em execução municipal. Apesar do cronograma da atividade ID 7 no Plano de Trabalho prever o seu encerramento em junho de 2025, a atividade permaneceu em execução devido à demanda das pessoas e comissões.

Nos dias 19 de julho e 2 de agosto foram realizadas reuniões com a comissão da Zona Rural de Abaeté sobre a situação da obra da LMG-762, que se encontrava paralisada em função do não cumprimento de obrigações trabalhistas da empresa terceirizada pela prefeitura.

No dia 07 de agosto, a comissão CAPPA se reuniu e, entre outras pautas, recebeu dois representantes da prefeitura de Paineiras – convidados pela própria comissão – para trazer atualizações a partir dos encaminhamentos da reunião ocorrida no mês de maio. Foram esclarecidas dúvidas e apresentadas informações sobre o Anexo 1.3. Os convidados socializaram que as obras de saneamento básico em Paineiras estão adiantadas e vão começar após as águas das últimas chuvas baixarem. Também foram pautadas as fossas sépticas individualizadas para as comunidades. A comissão esclareceu dúvidas sobre a verba para o asfalto, distribuição das cestas básicas e pediram estreitamento dos diálogos com a prefeitura, além de espaços em Paineiras para realização das reuniões.

Já em 24 de setembro ocorreram articulações com pessoas atingidas do Pontal do Abaeté (Três Marias) para esclarecimento de dúvidas e atualizações sobre a reparação, sobretudo acerca do Anexo 1.3.

Em relação à atividade **ID 8 – Apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3**, a pedido do Comitê Pró-Brumadinho, o Instituto Guaicuy realizou uma reunião com os representantes da [Aldeia Kaxixó](#) para apresentar a proposta do Termo de Compromisso a ser assinados pela comunidades para o início das obras dos poços artesianos, o projeto escolhido pela

comunidade durante o processo de consulta. **Esta reunião faz parte da “Etapa 8 – em caso de parecer favorável, compromitentes autorizam o início da execução da iniciativa”², das Etapas da Consulta para Povos e Comunidades Tradicionais definidas pelos compromitentes³.** Na ocasião, foram discutidas as cláusulas do documento, esclarecendo a necessidade de assinatura pela associação, a atuação da comunidade para facilitar a execução da obra e a duração do termo, que é de três anos e nove meses. Os participantes destacaram a urgência do acesso à água, a importância de criar uma rotina de acompanhamento da obra e o histórico das etapas já concluídas, incluindo análise de documentos, avaliações dos compromitentes e validações governamentais. Foi produzida uma ata que, junto à lista de presença, foi encaminhada do Comitê Pró-Brumadinho, na qual o povo Kaxixó indicou um representante, conforme solicitado pelo Termo de Compromisso. A ATI mantém diálogo constante com as partes para o acompanhamento da execução da obra.

Em relação à **atividade ID 9 – acompanhamento de PCTs em reuniões externas sobre o Anexo 1.3**, nos meses de julho, agosto e setembro de 2025 não ocorreram atividades externas diretamente com pessoas atingidas de PCTs sobre o Anexo 1.3. Considerando que essa atividade está sujeita à demanda e que, neste trimestre, os representantes dos PCTs não realizaram nenhuma solicitação de acompanhamento em reuniões externas sobre o Anexo 1.3, também não ocorreram atividades a serem detalhadas. Todavia, apesar do cronograma da atividade ID 9 no Plano de Trabalho prever o seu encerramento em junho de 2025, a atividade não foi considerada finalizada no trimestre, pois a equipe do Guaicuy se manteve à disposição para atender às possíveis demandas dos PCTs.

² As 8 etapas da consulta para Povos e Comunidades Tradicionais definidas pelos compromitentes estão disponíveis no [site do Comitê Pró Brumadinho](#).

³ As atividades que ocorreram em fevereiro de 2025, referentes ao acompanhamento da devolutiva da proposta inicial de projeto para perfuração dos poços no território da Aldeia Kaxixó, apresentada e evidenciada no Relatório Trimestral 07, configuram a “Etapa 6 - Devolutiva do conteúdo dos projetos às comunidades, para ajustes e validação”, das Etapas da Consulta para Povos e Comunidades Tradicionais definidas pelos compromitentes. Dessa forma, conclui-se que o Instituto Guaicuy realizou o acompanhamento da Etapa 6, conforme demandado.

5.3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO

O objetivo do eixo Organização Social e Comunicação, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é promover a participação informada de forma a mobilizar pessoas e comunidades atingidas para a estruturação da organização social que incida sobre o processo de reparação, considerando as especificidades étnico-raciais, de gênero, geracionais, culturais e sociais presentes no território. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de julho a setembro de 2025:

Quadro 4 – Execução das atividades do eixo Organização Social e Comunicação

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
10	Organização das comissões	Promover reuniões, presenciais ou virtuais, com as comissões de pessoas atingidas, em escala local e regional, direcionadas ao seu desenvolvimento organizacional, à avaliação da ATI, ao planejamento coletivo e à discussão das condições materiais necessárias às instâncias participativas, buscando o desenvolvimento de autonomia, construção de protagonismo e de formas de controle social, bem como apoiar a atuação de representantes nos espaços de bacia direcionados à tomada de decisão sobre assuntos relativos à reparação integral dos danos.	01/07/2023	30/11/2025	SIM
11	Organização dos PCTs	Construir espaços participativos para Povos e Comunidades Tradicionais aprofundarem o entendimento sobre seus direitos específicos, de maneira a fortalecer a autonomia no Sistema de Participação.	01/07/2023	30/11/2025	SIM
12	Apoio na participação em eventos externos	Apoiar a participação das pessoas atingidas em eventos externos promovidos por atores envolvidos no processo de reparação, visando à formação cidadã, à representatividade das pessoas atingidas das Regiões 4 e 5 e ao envolvimento delas nos processos de tomada de decisão relativos aos seus direitos específicos.	01/07/2023	30/11/2025	SIM

13	Comunicação	Garantir a produção e a distribuição de materiais de comunicação — formativos, informativos e mobilizadores — sobre temas e ações relativos ao processo de reparação para as populações atingidas das Regiões 4 e 5, em diversos formatos e suportes, com linguagem acessível e informações seguras. Divulgar o trabalho da assessoria técnica do Projeto Paraopeba de forma responsável e eficiente para as partes interessadas.	01/07/2023	30/12/2025	SIM
14	Mobilização social	Promover atividades e encontros regulares com pessoas atingidas para fortalecimento de vínculos, escuta ativa e diálogo direto, a fim de informá-las e envolvê-las no processo de reparação.	01/07/2023	30/09/2025	SIM
15	Operacionalização regional	Realizar gestão e manutenção dos escritórios, aquisição e gestão de materiais e equipamentos, organizar e produzir eventos institucionais, planejar e operacionalizar a logística para a realização de atividades.	01/07/2023	31/11/2025	SIM
16	Suporte logístico	Conduzir veículos transportando equipes, pessoas atingidas e equipamentos, contribuir com a organização das atividades de campo, apoiar as equipes na execução das atividades.	01/07/2023	31/09/2025	SIM

Fonte: Elaboração própria (2025)

Em relação à **atividade 10 – organização das comissões**, entre julho e setembro, a organização das comissões da Região 5 teve avanços significativos e foi marcada por um conjunto de ações voltadas tanto para o fortalecimento interno das comissões quanto para a consolidação da Instância Regional 5, como espaço de representação legítima. No início de julho, a Comitativa da Instância Regional esteve em Belo Horizonte para dialogar diretamente com os compromitentes do Acordo, marcando um momento de grande visibilidade e reconhecimento político da atuação da instância.

No território, foram realizadas diversas rodadas de diálogos comunitários voltados ao levantamento de projetos do Anexo 1.1, que também serviram como oportunidades de escuta ativa e fortalecimento organizativo das comissões locais. Em paralelo, ocorreram reuniões específicas para discutir a organização interna das comissões, abordando pontos como construção ou revisão de regimentos internos, entrada de novos membros e definição de papéis de representação, de modo a ampliar a autonomia das comissões na condução de suas pautas.

Outro destaque foi o início do processo de construção dos Conselhos Locais e, posteriormente, do Conselho Regional de Governança do Anexo 1.1, um movimento que reforçou o papel estratégico das comissões na estrutura de governança do processo de reparação. Além disso, as feiras comunitárias realizadas pelas comissões – como a Feira da Comissão Formosa em Forquilha do Cabral, a Feira de Lagoa do Meio pela Comissão Lagoa e Tronco, e a Feira da La Poveda pela Comissão Baixo Paraopeba – também funcionaram como importantes momentos de organização e mobilização, fortalecendo a identidade coletiva e ampliando o alcance das comissões na comunidade.

Por fim, diversas reuniões de comissões ocorreram para tratar de pautas específicas do Anexo 1.2, como nas comunidades de Panorama e Paraíso, e sobre temas ligados à reparação socioambiental, em especial nas comissões de Ribeirão do Bagre e Paraíso dos Cisnes. Todas essas atividades, articuladas de forma contínua, demonstram o esforço da equipe em garantir o fortalecimento organizativo e político das comissões e da Instância Regional 5.

As comissões e instâncias regionais não são estáticas e desafios são enfrentados de tempos em tempos, com conflitos, entradas e saídas de membros.

Atualmente, o momento é de consolidação da representatividade, com foco na formação política e técnica dos membros e na construção de mecanismos de governança por meio dos conselhos locais e regionais, no âmbito da Governança Popular do Anexo 1.1. Entre as principais dificuldades estão a rotatividade de membros nas comissões, que exige retomada constante de processos formativos, além de tensões internas e diferentes formas de organização comunitária que demandam mediação. Soma-se a isso a sobrecarga da equipe frente às múltiplas demandas dos anexos e a necessidade de conciliar agendas com a disponibilidade das pessoas atingidas.

Sobre a **atividade 11 – organização dos PCTs**, entre os meses de julho e setembro, as ações desenvolvidas na Região 5 se concentraram principalmente no fortalecimento da organização dos PCTs, especialmente no que se refere ao Anexo 1.1. Um dos marcos importantes foi a realização de atividade de formação, com a Entidade Gestora do Anexo 1.1, voltada para os Ribeirinhos do São Francisco, pois o grupo compõe, enquanto povos tradicionais, um dos setores locais do sistema de governança. Esse espaço possibilitou que os Ribeirinhos apresentassem suas dúvidas em relação à atuação da Entidade Gestora e como os projetos comunitários e as linhas de crédito e microcrédito vão ser trabalhados no território.

Outro ponto de destaque foram os diálogos em torno, primeiramente, da validação, e, posteriormente, em relação ao lançamento dos protocolos de consulta, um instrumento de orientação feito pela própria comunidade, que traz em seu conteúdo informações sobre como ela se organiza, como é sua história, cultura e costume, tanto dos Ciganos quanto dos Ribeirinhos do São Francisco. Em relação ao primeiro ponto, foram promovidos espaços de diálogo voltados à validação do formato e da diagramação dos protocolos, de modo a garantir que o material estivesse adequado às necessidades e expectativas das comunidades. Já em relação ao segundo ponto, nesse processo, foi possível discutir estratégias para identificar e envolver os atores que devem ser alcançados com essas informações, ampliando a legitimidade e a efetividade do protocolo, garantindo que eles cheguem aos diferentes públicos envolvidos, pensando as principais ações e formatos para isso. Posteriormente, dentro dessa perspectiva, ocorreu também a atividade de lançamento do protocolo de consulta dos Ciganos, momento que marcou a organização e luta que culminou na elaboração do protocolo. A atividade de lançamento também oportunizou espaços de falas da comunidade e das

pessoas envolvidas na construção do documento e o quanto ele é importante para o reconhecimento e fortalecimento dos Ciganos, enquanto um povo e uma comunidade tradicional

Um dos principais desafios foi a conciliação de agendas, em especial as relacionadas ao Anexo 1.1, o que exigiu esforço para que as ações pudessem acontecer sem prejudicar o andamento das demais atividades, pois ambas são cruciais e de extrema importância aos PCTs. Outro desafio relevante foi a necessidade de adequação à dinâmica própria e específica dos PCTs. Cada comunidade possui ritmos, tempos e modos de organização que precisam ser respeitados para garantir que o processo seja legítimo e efetivo. Isso exigiu uma escuta atenta, flexibilidade nas metodologias e disposição para ajustar os cronogramas de acordo com as demandas locais, reconhecendo que o fortalecimento dos PCTs passa, necessariamente, pelo respeito à sua forma de organização interna.

Em relação à **atividade 12 – apoio na participação em eventos externos**, no mês de julho ocorreram dois eventos. No dia 1º de julho, foi realizada a [Comitiva das Instâncias Regionais às IJs](#), no Ministério Público Estadual, em Belo Horizonte, com quatro representantes da IR5. Na ocasião, as pessoas levaram para debate as seguintes questões: a) O que é o Núcleo de Acompanhamento de Reparações por Desastres (Nucard)?; b) Há possibilidade de participação das pessoas atingidas na governança do Anexo 2.2, que trata da universalização do saneamento básico nos municípios atingidos?; c) Como será a definição das comunidades elegíveis aos projetos e crédito do Anexo 1.1?; d) Como foi a definição das metas de participação que impactam no orçamento das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs)?; e) Solicitação, das pessoas atingidas, de revisão das metas para números que correspondam melhor à realidade dos territórios. Já no dia 11 de julho, a ATI acompanhou as pessoas atingidas em um [Ato organizado pelo MAB](#), em Belo Horizonte, em manifestação às Instituições de Justiça (IJs), que pautou a defesa da continuação da ATI, o novo auxílio emergencial e a garantia da reparação integral. Durante o ato, as pessoas atingidas se reuniram com representantes do TJMG, do MPMG e com o juiz Dr. Murilo Silvio de Abreu.

No mês de agosto, a ATI operou a logística de transporte para duas pessoas atingidas da Região 5, de suas respectivas comunidades até o ponto de encontro do

ônibus do MAB, que as levou para o II Encontro Nacional do MAM, em Fortaleza (CE), ocorrido entre os dias 24 e 28 do mesmo mês.

No dia 22 de setembro ocorreu, em Belo Horizonte, a audiência pública relacionada ao caso de [despejo na comunidade de Paraíso](#), em Felixlândia, com o acompanhamento de 19 pessoas atingidas. Já no dia 25 de setembro, ocorreu em Belo Horizonte outro [Ato organizado pelo MAB](#), conforme destacado no objetivo Anexo 1.2, com a pauta sobre o fim do PTR, em que participaram 22 pessoas atingidas da Região 5, com apoio técnico e logístico da ATI.

O fomento à participação das pessoas atingidas em eventos externos tem adquirido relevância crescente, ainda que a demanda não se configure de maneira contínua. A presença e a atuação dessas pessoas, assim como de suas representações, em iniciativas promovidas tanto por distintos agentes do processo de reparação quanto por elas próprias, contribuem para a ampliação dos espaços de participação, aprimorando a participação informada e o fortalecimento do controle social. As dificuldades observadas na execução da atividade estão relacionadas à mobilização e à mobilidade das pessoas atingidas. Quando se trata de eventos realizados fora das regiões de origem, os desafios logísticos e organizacionais tornam-se mais complexos. Além disso, vinculado ao processo de mobilização, evidencia-se a questão da representatividade nos espaços externos, o que exige um diálogo amplo e criterioso entre a assessoria técnica e as pessoas atingidas para a definição das participações presenciais nas atividades.

Em relação à **atividade 13 – comunicação**, ocorreu intensa produção de conteúdos e ações de comunicação para a Região 5 entre julho e setembro. Foram realizadas coberturas comunitárias, publicações em site e redes sociais, vídeos no YouTube e materiais impressos, destacando tanto a luta das comunidades quanto temas de organização e monitoramento da reparação. Alguns destaques:

- Produção de matérias no site trazendo informações jurídicas e institucionais, como prazos do PTR (Anexo 1.2), lista preliminar de comunidades elegíveis no Anexo 1.1, cronograma de atividades e comunicados oficiais às comunidades.
- Atuação em redes sociais, com postagens sobre o Jornal Mídia Jovem R5, bastidores de documentário sobre turismo e impactos do rompimento,

denúncias sobre despejos em Paraíso e a luta de pescadores e comerciantes locais.

- Eventos comunitários: destaque para a Primeira Feira Comunitária do Baixo Paraopeba em Felixlândia, fortalecendo a organização comunitária.
- Audiovisual (YouTube): coberturas da Mídia Jovem de encontros de comissões e formações, além de vídeo sobre a eleição de conselheiros do Anexo 1.1.
- Materiais impressos: elaboração do Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada dos Ciganos Calon de Beira Rio e do Protocolo de Consulta dos Ribeirinhos do São Francisco, instrumentos importantes de garantia de direitos.

Além disso, o despejo da Comunidade Paraíso em Felixlândia foi um dos fatos mais graves, gerando insegurança, instabilidade social e necessidade urgente de mobilização jurídica e política. Esse tipo de violação compromete a confiança no processo de reparação.

No seguinte [documento](#), é possível acessar todas as produções da Comunicação da ATI Paraopeba referentes ao período do relatório, referente à Região 5.

Em relação à **atividade 14 – mobilização social**, entre julho e setembro, as atividades na Região 5 se concentraram no fortalecimento das comissões locais e da Instância Regional 5, com ampla articulação junto a lideranças comunitárias. O período contou com a ida da Comitiva da Instância Regional a Belo Horizonte, rodadas de diálogos comunitários para levantamento de projetos do Anexo 1.1, encontros sobre organização interna das comissões e início da construção dos conselhos locais e regional. A mobilização combinou estratégias presenciais, como visitas porta a porta, com o uso de ferramentas digitais, como *WhatsApp* e reuniões híbridas, garantindo ampla participação das pessoas atingidas. Destacam-se também as feiras comunitárias das comissões Formosa, Lagoa e Tronco e Baixo Paraopeba. Todas as ações reforçaram a presença territorial, fortalecendo a participação ativa das comunidades.

As principais dificuldades enfrentadas no período estiveram relacionadas a questões logísticas, especialmente nos fins de semana, quando muitas atividades concentraram suas agendas. A redução no número de profissionais disponíveis também

representou um desafio, diante da multiplicidade de demandas que envolviam diferentes anexos do processo de reparação, exigindo da equipe regional maior esforço de articulação e priorização das ações.

No que se refere às atividades **ID 15 – Operacionalização regional** e **ID 16 – Suporte logístico**, destacou-se o apoio e suporte logístico da ATI para viabilizar a participação das pessoas atingidas nas atividades já mencionadas anteriormente. No dia 11 de julho, foi viabilizada a participação de 30 pessoas da Região 5, além de 11 da Região 4, para a participação do ato organizado pelo MAB em Belo Horizonte em defesa da continuação da ATI. Foram disponibilizados transporte e alimentação das pessoas atingidas em Belo Horizonte e utilizada a van da frota própria do Instituto Guaicuy. No dia 25 de setembro, também foi viabilizada a participação de pessoas atingidas em outro ato do MAB em Belo Horizonte, que reivindicou a continuidade do PTR. Na oportunidade, a ATI disponibilizou a logística necessária para a participação de 23 pessoas atingidas da Região 5 e 25 pessoas da Região 4, fornecendo transporte e alimentação.

5.4. RECONHECIMENTO

O objetivo do eixo Reconhecimento das Pessoas Atingidas, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é viabilizar o reconhecimento e autorreconhecimento das pessoas, coletivos e comunidades atingidas, em especial PCTs, visando garantir o direito ao processo de reparação. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução da atividade no período de julho a setembro de 2025:

Quadro 5 – Execução da atividade do eixo Reconhecimento das Pessoas Atingidas

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
17	Mapeamento de comunidades não reconhecidas	Identificar e caracterizar comunidades atingidas não reconhecidas, em especial as autoidentificadas como PCTs, e viabilizar o atendimento, pela ATI, de pessoas atingidas ainda não assessoradas, assegurando a inclusão nas atividades participativas implementadas e o respeito a seus modos de vida. Construir processos de reconhecimento dessas pessoas, grupos e comunidades atingidas por parte dos atores da reparação (IJs, estado de Minas Gerais, Vale S.A., FGV, Aecom, Grupo EPA, etc.)	01/07/2023	31/12/2024	CONCLUÍDA

Fonte: Elaboração Própria (2025).

Considera-se que a **atividade 17 – mapeamento de Comunidades não reconhecidas** – está concluída. Nos últimos trimestres não foram reconhecidas novas comunidades e também não houve solicitação para mapeamento de comunidades não reconhecidas por parte das pessoas atingidas. É possível afirmar, por meio dessa atividade, que a integralidade das comunidades atingidas dentro dos atuais critérios de atendimento no âmbito do Acordo Judicial de Reparação foram identificadas e caracterizadas, recebendo atendimento da ATI.

É possível, porém, que com o início do trabalho da Entidade Gestora do Anexo I.1 a partir de junho de 2025, comunidades rurais que não se encaixavam nos critérios de acesso de outras medidas de reparação demandem acompanhamento e sinalizem danos coletivos.

5.5. ANEXO 1.2

O objetivo do eixo Anexo 1.2, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é acompanhar o processo de implementação do Programa de Transferência de Renda, viabilizando informações e apoio residual à população atingida. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de julho a setembro de 2025:

Quadro 6 – Execução das atividades do eixo Anexo 1.2

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
18	Apoio técnico individual e/ou familiar no Anexo 1.2	Auxiliar as pessoas atingidas na identificação, no reconhecimento dos meios de obtenção e na organização das documentações necessárias para acesso ao PTR.	01/07/2023	30/09/2025	SIM
19	Apoio técnico às comunidades e comissões no Anexo 1.2	Auxiliar as pessoas atingidas no encaminhamento de demandas, denúncias e reclamações relacionadas ao Anexo 1.2 à FGV e aos Compromitentes e, quando solicitado, intermediar reuniões com os atores envolvidos no processo de reparação.	01/07/2023	30/09/2025	SIM

Fonte: Elaboração própria (2025)

As duas atividades do eixo do Anexo 1.2 têm como objetivo viabilizar informações e apoiar as pessoas atingidas em relação ao Programa de Transferência de Renda (PTR) e ambas foram executadas no terceiro trimestre de 2025.

Em 19 de setembro foi anunciado pela entidade gestora do PTR, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que o programa será encerrado em outubro de 2025. A decisão surpreendeu as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, que contavam com esse recurso e se preparavam para o término do programa apenas no início do ano de 2026. Desse modo, o PTR na Região 5, assim como nas outras regiões do Paraopeba, está em fase de finalização e diante desse contexto, as demandas individuais, familiares e coletivas da Região 5 diminuíram consideravelmente.

Em relação à **atividade 18 – apoio técnico e/ou familiar no Anexo 1.2**, neste trimestre foram produzidos e encaminhados alguns ofícios sobre demandas individuais e familiares à Fundação Getúlio Vargas (FGV) e/ou Instituições de Justiça, que questionavam sobre morosidade nas análises de cadastros, pendência e problemas documentais, indeferimento de cadastros e inconsistências no pagamento de parcela do PTR. Os documentos são os seguintes: Ofício [55/25-IG](#), respondido por meio do documento FGV ACB – CE No 75/2025 em 25 de setembro; Ofício 56/25-IG, respondido por meio do documento FGV ACB – CE No 72/2025; Ofício [57/25-IG](#) respondido por meio do documento FGV ACB – CE No 76/2025 em 2 de setembro e Ofício [59/25-IG](#) respondido por meio do documento FGV ACB – CE No 74/2025, em primeiro de setembro. Alguns desses ofícios não podem ser compartilhados em atenção à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) – LGPD.

Em relação à **atividade 19 – apoio técnico às comunidades e comissões no Anexo 1.2**, foram encaminhados ofícios coletivos à FGV e às IJs e disponibilizado apoio para participação em ato do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). As principais ações serão descritas a seguir.

Em acompanhamento de demandas já registradas anteriormente, na data de 7 de agosto de 2025 a ATI encaminhou o Ofício nº [53/25-IG](#), cujo teor se refere à Comunicação Externa (CE) da FGV nº 14/2025, datada de 27 de fevereiro de 2025 e direcionada à Comissão de Pessoas Atingidas de Panorama, em Três Marias/MG. Nesse

documento, a Fundação Getúlio Vargas apresentou resposta à demanda de revisão da poligonal do Bairro Panorama, concluindo pela manutenção do polígono definido na Nota Técnica nº 03/2024, homologada pelas IJs em 31 de janeiro de 2024. Segundo a FGV, a decisão pela manutenção da poligonal baseou-se nos seguintes elementos: a poligonal já havia sido previamente analisada, a partir da comparação de imagens de satélite de janeiro de 2019; não foram identificados fatos novos que justificassem a alteração do perímetro; a fundamentação da decisão considerou documentos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Três Marias e dados coletados em visita técnica, incluindo croquis e registros sobre o arruamento local. Diante disso, o Instituto Guaicuy solicitou formalmente o envio integral dos documentos e dados citados na CE nº 14/2025, que subsidiaram a análise e embasaram o parecer da FGV pela manutenção da poligonal, ressaltando aqueles que contenham dados sensíveis, em conformidade com a LGPD. O acesso às informações foi requerido com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), considerando a relevância e o interesse público no processo de reparação integral.

Na data de 27 de agosto de 2025, foi encaminhado o Ofício [nº 58/2025-IG](#), em referência à resposta oficial da FGV. No documento, foram identificadas lacunas e incongruências ainda não sanadas na definição da poligonal. Considerando a proximidade do encerramento do PTR, a ATI destacou a necessidade de resolução imediata dessas pendências, apontando tratar-se de questão de máxima urgência. Nesse contexto, foi solicitado que, em observância ao princípio da proteção integral às pessoas atingidas, seja adotada como solução mais adequada a validação da cartografia comunitária elaborada pela Comissão do Bairro Panorama, reconhecendo-a como referência legítima. De forma subsidiária, propôs-se o reconhecimento dos moradores que apresentem comprovação documental de residência no Bairro Panorama, garantindo, assim, seu acesso às medidas reparatórias.

No dia 25 de setembro, ATI prestou apoio para o [Ato](#) do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em frente ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em Belo Horizonte, com a participação de atingidos das cinco regiões. As pessoas atingidas reivindicaram, entre outros pleitos, a continuidade do PTR. O Instituto Guaicuy prestou apoio às pessoas atingidas das regiões 4 e 5. Na parte da manhã, ocorreu uma reunião entre lideranças regionais, representantes das ATIs, do MAB e a

juíza auxiliar da Presidência do TJMG, Marcela Maria Pereira Amaral Novais. Nesse encontro, foi solicitado que haja celeridade no julgamento do novo auxílio, que tramita há mais de seis meses e se encontra atualmente em segunda instância. Embora já tenham obtido uma decisão favorável em primeira instância, um impasse quanto à definição de competência para julgar o caso tem atrasado o processo. Destaca-se que os movimentos sociais e organizações, incluindo o Instituto Guaicuy, vêm lutando pela criação de um novo Auxílio Emergencial para as pessoas atingidas, enquanto a reparação definitiva não é efetivada. Esse direito encontra respaldo na Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).

5.6. REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O objetivo do eixo Reparação Socioambiental, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é promover a participação informada, a organização e o controle social a fim de incidir sobre a reparação socioambiental, considerando as especificidades étnico-raciais, de gênero, geracionais, culturais e sociais presentes no território. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de julho a setembro de 2025:

Quadro 7 – Execução das atividades do eixo Reparação Socioambiental

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
20	Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental	Realizar ciclos de formação para as lideranças das comissões sobre o conteúdo dos planos e os estudos relacionados à reparação socioambiental.	01/09/2023	31/12/2024	SIM
21	Acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental	Acompanhar as reuniões da auditoria (Aecom), além de reuniões externas entre comissões e outros atores, como Arcadis, ATIs e Compromitentes, para compartilhamento de informações e esclarecimento das pessoas atingidas.	01/07/2023	30/09/2025	SIM
22	Compartilhamento de dados primários socioambientais e de saúde	Organizar e divulgar para as comissões e outros grupos interessados, a partir de critérios preestabelecidos para o acesso, dados socioambientais e de saúde coletados pelo Instituto Guaicuy. A intenção é facilitar o controle social sobre a execução dos planos e estudos relacionados à reparação socioambiental produzidos pelo Instituto.	01/09/2023	30/09/2025	CONCLUÍDA

Fonte: Elaboração própria (2025)

Entre julho e setembro de 2025, a atividade **ID 20 – Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental** – permaneceu em andamento, não tendo sido concluída no prazo inicialmente previsto de dezembro de 2024. Conforme já informado no relatório anterior, a prorrogação da atividade se justifica pela continuidade das etapas do Anexo 2.1 e pelos desdobramentos do Anexo 2.2 que mantêm elevadas as demandas das pessoas atingidas por informações e formações qualificadas.

Neste trimestre, a ATI deu continuidade à atualização do mapeamento das demandas das comissões por formações, sendo os registros listados em uma planilha interna com temas surgidos em reuniões coletivas, reuniões com comissão, atendimento individual, dentre outros encontros com as pessoas atingidas.

Conforme relatado no trimestre anterior, foi encaminhado pela ATI e pessoas atingidas da Região 5 o [Ofício nº 20/IG](#), ao Comitê Pró-Brumadinho (CPB), solicitando esclarecimentos sobre alguns problemas relacionados à temática ambiental, que são: a frequência de monitoramento das estações do programa de monitoramento especial localizadas no reservatório de Três Marias, as condições de qualidade das águas nas estações de monitoramento do rio São Francisco associadas à presença de mau cheiro no trecho à jusante da UHE Três Marias e, por fim, a liberação de macrófitas para jusante do reservatório da UHE Retiro Baixo em decorrência da operação da usina. Em resposta, por solicitação do CPB, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM emitiu uma nota técnica com esclarecimentos para as pessoas atingidas. Tal iniciativa demonstra o interesse e o exercício do controle social das comunidades afetadas pela questão socioambiental em temas relevantes como a gestão e o monitoramento da qualidade das águas pelo IGAM no rio Paraopeba, Represa de Três Marias e calha do rio São Francisco. A ATI publicou uma [matéria](#) sobre o assunto.

Em agosto, a Comissão Paraíso dos Cisnes enviou um [Ofício](#) solicitando esclarecimentos da Prefeitura Municipal de Felixlândia, da Procuradoria Municipal de Felixlândia e da Secretaria Municipal de Saúde de Felixlândia sobre o inquérito civil nº 02.16.0209.0033329/2023-35, que tramita na 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Curvelo. O inquérito foi instaurado após preocupações levantadas por instituições de justiça que acompanham o processo de reparação no qual foram relatadas inseguranças quanto à potabilidade da água de poços no Condomínio Lago dos Cisnes e da água da

represa de Três Marias usada pelos moradores de Paraíso. A ATI promoveu uma reunião com a comissão, para esclarecer os resultados e inconformidades apresentadas em um relatório emitido após uma visita técnica realizada pela Superintendência Regional de Saúde de Sete Lagoas à área. A comissão reiterou a necessidade de que o poder público cumpra sua obrigação e garanta acesso à água potável e segurança hídrica das comunidades Lago dos Cisnes e Paraíso. Em decorrência, por meio do [Ofício N° 205/2025](#), a prefeitura solicitou uma reunião conjunta com os principais atores envolvidos: COPASA, Município de Felixlândia, Associação do Lago dos Cisnes e Ministério Público, a fim de construir, em diálogo, soluções administrativas viáveis e eficazes para a melhoria do abastecimento local. No dia 25 de setembro a ATI reuniu-se novamente com representantes da comissão a fim de fazer um alinhamento a respeito do assunto.

Outra demanda em curso na Região 5 surgiu durante uma das formações socioambientais realizadas para a Comissão de Atingidos do Ribeirão do Bagre, em dezembro de 2024, e que culminou no envio de ofícios da comissão endereçados à COPASA e à CEMIG– [Ofício 05/2025](#), [Ofício s/n](#) e [Ofício nº 04/2025](#)– solicitando esclarecimentos sobre a operação das estações de tratamento da água e do esgoto, laudos relativos a qualidade da água tratada, bem como das águas do ribeirão do Bagre, em Felixlândia, rede de monitoramento, características do efluentes, entre outras. A COPASA respondeu por meio dos ofícios [nº 053/2024](#) e [nº 924/2025](#). Entretanto a comissão informou que não se sente suficientemente esclarecida; ademais, foram registrados episódios de extravasamento de efluentes da estação de tratamento de esgoto que atingiram o ribeirão do Bagre e, assim, a comissão seguirá demandando um posicionamento por parte da empresa. Esse assunto foi pauta de outra reunião realizada entre a comissão e a ATI no dia 24 de setembro.

Em relação à **atividade 21 – acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental**, a participação nas reuniões mensais da AECOM tem se mantido com regularidade, conforme os trimestres anteriores. Atualmente, a AECOM mantém um portal para acesso aos documentos produzidos pela auditoria e, talvez por isso, tem-se presenciado um esvaziamento considerável do conteúdo tratado durante essas reuniões que, em tese, constituem um dos únicos canais onde era possível o acompanhamento pelas ATIs dos debates entre comprometentes, Vale e auditoria.

Entretanto, atualmente esses diálogos públicos entre os atores não acontecem mais e a reunião se resume a um repasse sucinto das ações que estão sendo implementadas pela Vale no eixo da Reparação Socioambiental. Assim, o acompanhamento das reuniões tem gerado menor volume de elementos e informações – em comparação com os trimestres anteriores – para publicação de materiais de divulgação sobre temas relevantes da reparação socioambiental, como por exemplo, a dragagem do Rio Paraopeba, ou mesmo outras informações sobre os estudos de risco.

No tocante a Reparação Socioambiental (Anexo 2.1) no que se refere ao trecho do Rio Paraopeba e Represa de Três Marias que abrange a Região 5, os avanços são de modo geral pouquíssimos, já que a dragagem do rio principal avança de forma insatisfatória e seria essa a etapa básica da recuperação ambiental. Em vista desse cenário, foi produzida uma nota técnica da AECOM por solicitação das Instituições de Justiça, [publicada no site da ATI](#), que faz uma avaliação do atraso do Anexo 2.1. Os avanços são, portanto, inexpressivos em termos práticos.

5.7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O objetivo do eixo Estrutura Organizacional é garantir a execução financeira e finalística para o alcance dos resultados, assegurando a saúde institucional e segurança jurídica da ATI, buscando proporcionar um ambiente salutar para as/os trabalhadoras/es envolvidas/os, assim como a transparência para as pessoas atingidas e para a comunidade em geral. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de julho a setembro de 2025:

Quadro 8 – Execução das atividades do eixo Estrutura Organizacional

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
23	Departamento pessoal e recursos humanos	Realizar recrutamento, seleção, contratação, integração, formação, capacitação e desenvolvimento de profissionais, gestão de saúde no trabalho e atividades departamento de pessoal	01/07/2023	31/12/2025	SIM
24	Gestão financeira e de prestação de contas	Realizar pagamentos e gestão de tesouraria, prestação de contas e controladoria, administração de reembolsos e de contratos	01/07/2023	31/12/2025	SIM
25	Assessoria jurídica administrativa	Realizar assessoria jurídica relativa a questões administrativas do Projeto Paraopeba e a impactos indiretos dele ao Instituto	01/07/2023	31/12/2025	SIM
26	Acompanhamento e monitoramento das atividades finalísticas	Acompanhar atividades finalísticas, assim como monitorar atividades realizadas com as pessoas atingidas, visando à prestação de contas da execução finalística do Plano de Trabalho do Projeto Paraopeba	01/07/2023	30/11/2025	SIM
27	Gestão da tecnologias da informação	Gerenciar as tecnologias da informação (TI), aliando as iniciativas tecnológicas com os objetivos estratégicos do Projeto Paraopeba. Realizar planejamento, implementação, monitoramento e manutenção de sistemas, redes, hardwares, softwares e recursos humanos ligados à área de TI	01/07/2023	30/11/2025	SIM
28	Gestão de projeto	Gerir o Projeto Paraopeba garantindo o cumprimento do Termo de Compromisso e do Plano de Trabalho, planejar e realizar orientações organizacionais, garantir segurança institucional e relacionamento institucional	01/07/2023	31/12/2025	SIM

Fonte: Elaboração própria (2025)

As atividades do eixo de Estrutura Organizacional são entendidas como aquelas que fornecem as bases jurídica, de sustentação financeira, de recursos humanos, de suporte tecnológico, de prestação de contas e de gestão para o projeto da ATI. A apresentação de sua execução neste relatório tem por objetivo promover a transparência quanto à alocação de recursos, além de possibilitar uma melhor compreensão da complexidade envolvida na viabilização das atividades finalísticas.

É importante destacar que este é um eixo transversal, voltado a garantir as condições necessárias para a execução financeira e técnica do projeto, com vistas ao alcance dos resultados esperados. Todas as ações descritas foram executadas conforme previsto no Plano de Trabalho.

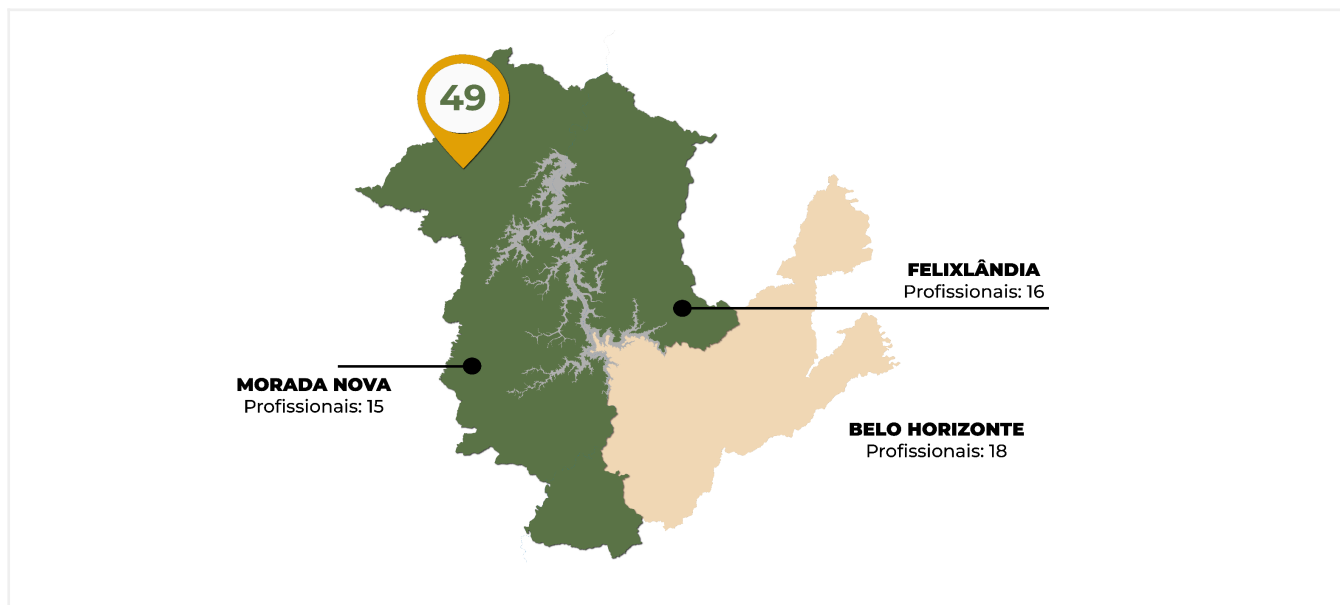
Conforme estabelecido no referido plano, a prestação de contas apresentada neste relatório tem como foco principal as atividades finalísticas. Dessa forma, a execução detalhada das ações do eixo de Estrutura Organizacional – por se tratarem de atividades-meio e processuais, desenvolvidas de forma contínua ao longo do projeto – não será descrita individualmente. Considera-se, assim, que este capítulo evidencia de forma consolidada a execução do eixo. Na sequência, são apresentados os resultados referentes à estrutura organizacional e à abordagem financeira no **período de julho a setembro de 2025**.

No que se refere à área de Recursos Humanos e Departamento Pessoal, cabe esclarecer que suas atribuições englobam o recrutamento, seleção, contratação, integração, formação, capacitação e desenvolvimento de profissionais, estagiárias/os e jovens aprendizes, além da gestão da saúde no trabalho. Tais ações são conduzidas por meio de planejamento, execução e organização de dados, com o objetivo de formar uma equipe técnica capacitada e em condições adequadas de saúde e trabalho, assegurando o suporte necessário à assessoria técnica prestada às pessoas atingidas.

Em 30 de setembro de 2025, o Instituto Guaicuy contava com 49 profissionais atuando na Região 5, sendo 46 contratados sob o regime da CLT, 01 jovem aprendiz e 02 estagiárias/os. A maior parte dessa equipe foi incorporada à instituição por meio de processos seletivos públicos, conforme editais divulgados no portal de transparência. A listagem analítica da força de trabalho na Região 5, atualizada para a data mencionada,

está disponível no [arquivo linkado](#). A seguir, apresentamos a distribuição do quadro de trabalhadoras/es por localidade e por equipe:

Figura 1 – Profissionais Ativas/os – Região 5 (em 30/09/2025)



Fonte: Elaboração própria (2025).

Figura 2 – Profissionais por equipe – Região 5 (em 30/09/2025)



Fonte: Elaboração própria (2025).

No trimestre foram realizados oito desligamentos e o valor total despendido com verbas rescisórias no período foi de R\$61.721,24 (sessenta e um mil, setecentos e vinte e um reais e vinte e quatro centavos), conforme figura abaixo.

Figura 3 – Rescisões realizadas no trimestre – Região 5



Fonte: Elaboração própria (2025).

Considerando as necessidades de reposição, no período foi admitido 1 estagiária e 1 jovem aprendiz por meio do edital de processo seletivo público. A contratação está listada no quadro a seguir:

Quadro 9 – Admissões realizadas no trimestre – Região 5

ID	ADMISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	UNIDADE ORGANIZACIONAL
501	08/09/2025	Estagiária/o	ASSESSORIA DE PROJETOS SOCIOECONÔMICOS
65593	14/08/2025	Jovem Aprendiz	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Fonte: Elaboração própria (2025)

A contratação de profissionais e estagiárias/os via CLT e lei do estágio garantem o direito a férias anuais de forma remunerada. O valor total despendido com férias no trimestre foi de R\$88.004,08 (oitenta e oito mil, quatro reais e oito centavos).

Figura 4 – Custeio de férias – Região 5



Fonte: Elaboração própria (2025).

Os detalhamentos de valores auferidos relacionados à folha de pagamento de salário das/os profissionais, encargos previstos por lei; profissionais desligadas/os no trimestre e trabalhadoras/es que gozaram de férias no período podem ser conferidos por meio dos arquivos [Julho/2025](#), [Agosto/2025](#) e [Setembro/2025](#).

A gestão financeira e de prestação de contas objetiva realizar pagamentos e gestão de tesouraria, prestação de contas e controladoria, administração de reembolsos e de contratos. Para tal, são realizadas ações de planejamento, execução e organização

de dados, direcionadas ao bom uso do recurso financeiro disponibilizado para a promoção da assessoria técnica e sua prestação de contas.

O primeiro repasse de recursos relativo ao Termo de Compromisso pactuado em julho de 2023 foi realizado em 04/08/2023 e o depósito de novos valores foi previsto para acontecer conforme o cronograma apresentado no plano de trabalho entregue, que pode ser verificado na figura a seguir.

Figura 5 – Cronograma de repasse de recursos

SEMESTRE	1 2º/2023	2 1º/2024	3 2º/2024	4 1º/2025	5 2º/2025
REPASSE (R\$)	10.773.462,90	9.225.000,00	4.686.772,00	3.221.847,00	3.349.215,37
PREVISÃO DE DEPÓSITO	Recebido	Recebido	Recebido	Recebido	Recebido

Fonte: Elaboração própria (2025).

Apresentam-se neste relatório informações dos contratos firmados, bem como os gastos relacionados às obrigações tributárias e outras despesas desembolsadas, conforme extratos bancários, diante das competências de julho, agosto e setembro de 2025.

Tabela 4 – Movimentação financeira Região 5: julho/25 a setembro/25

SALDO INICIAL em (01/07/2024)	Incorporação 30%	Rendimento Líquido de Aplicações	Venda Imobilizado	Depósito Judicial	Empréstimo entre contas	Executado	SALDO DISPONÍVEL EM 01/10/2025	
R\$ 2.546.785,86	R\$ 1.090.701,13	R\$ 177.949,24	R\$ 1.800,00	R\$ 3.349.215,37	250.000	(R\$2.428.441,51)	Saldo em Conta	R\$ 2.419.882,76
							Fundo Rescisório	R\$ 2.472.671,67
							Fundo Reserva	R\$ 95.455,66
							Total	R\$ 4.988.010,09

Fonte: Elaboração própria (2025).

O presente relatório apresenta a execução das atividades realizadas no período de **julho a setembro**, durante o qual foram desembolsados aproximadamente R\$ 2.4 milhões, correspondendo a 68,14% do orçamento atualizado para o 2º semestre de 2025.

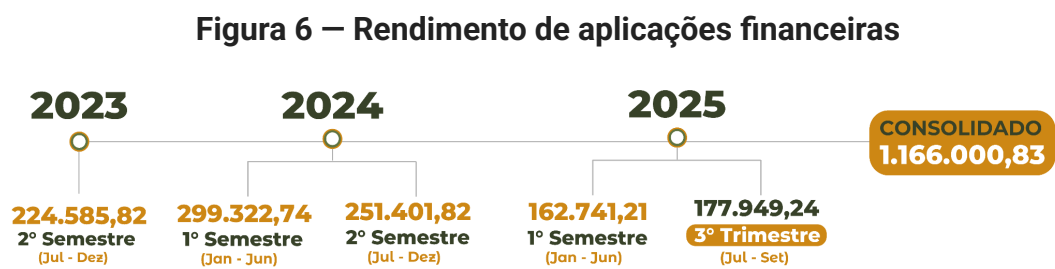
Em 01 de outubro de 2025, o saldo disponível em conta corrente era de **R\$2.419.882,76** (dois milhões, quatrocentos e dezenove mil, oitocentos e oitenta e dois

mil e setenta e seis centavos), valor imediatamente acessível para as despesas operacionais. Além deste, conforme estabelecido no Plano de Trabalho, o restante do saldo refere-se ao **fundo rescisório** que totaliza **R\$2.472.671,67** (dois milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta e sete centavos), valor reservado para cobrir eventuais despesas relacionadas à desmobilização futura.

Adicionalmente, o montante de **R\$95.455,66** (noventa e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) compõem o **fundo de reserva**, destinado à cobertura de possíveis custos indiretos, despesas imprevistas e extraordinárias, contingências e eventuais indenizações a terceiros, conforme previsto no Termo de Compromisso.

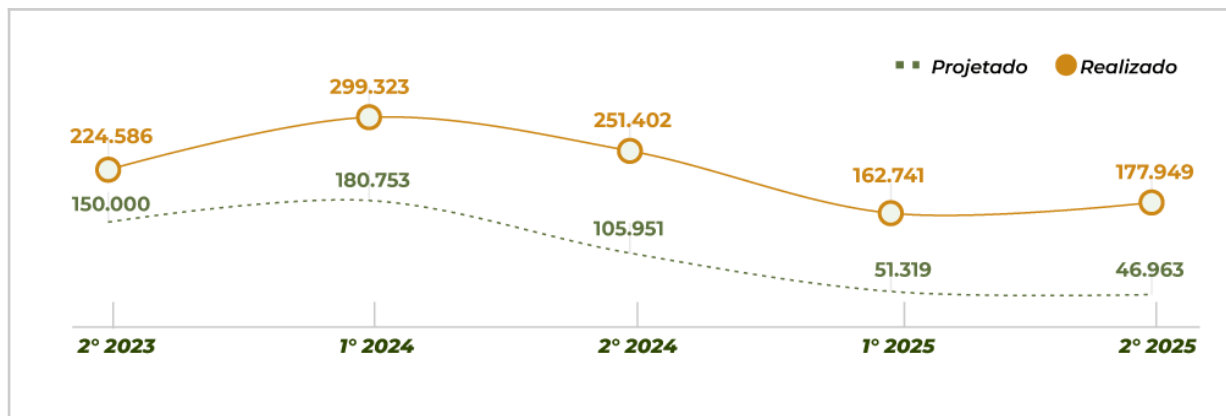
Esses valores refletem a política de gestão financeira responsável da instituição, que mantém reservas específicas para garantir o cumprimento de obrigações trabalhistas e institucionais.

Ainda de acordo com o Termo de Compromisso, os recursos disponibilizados pelas Instituições de Justiça ao Instituto Guaicuy, para a execução do Plano de Trabalho, deverão ser mantidos em aplicações financeiras conservadoras, com remuneração e liquidez imediata. Assim, apresentamos na Figura 6 o detalhamento dos rendimentos líquidos das aplicações (já descontados os valores de IR e IOF):



Fonte: Elaboração própria (2025).

Figura 7 – Rendimento de aplicações financeiras - Previsto x Realizado



Fonte: Elaboração própria (2025).

O rendimento das aplicações superou o valor inicialmente previsto em função de fatores macroeconômicos e de gestão ativa dos recursos. O aumento da taxa Selic ao longo do período elevou a rentabilidade das aplicações vinculadas a indicadores de juros, refletindo diretamente em maiores ganhos financeiros. Além disso, houve acompanhamento mensal das contas, permitindo a avaliação constante do desempenho das aplicações e a tomada de decisões estratégicas quanto à manutenção ou substituição dos investimentos, de forma a assegurar o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e a maximização dos rendimentos.

Ainda de acordo com o termo de compromisso, todo rendimento obtido por meio dessas aplicações poderá ser integralmente revertido à execução das atividades previstas no referido Plano de Trabalho.

A seguir, apresentamos o detalhamento execução financeira do trimestre por rubrica:

Tabela 5 – Execução Financeira Região 5 por Rubrica

	07/2025	08/2025	09/2025	TOTAL
ALIMENTAÇÃO	R\$ 7.409,08	R\$ 9.027,02	R\$ 4.782,69	R\$ 21.218,79
ESPAÇOS PARTICIPATIVOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MATERIAL PERMANENTE / INVESTIMENTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 6.682,10	R\$ 7.839,97	-R\$ 1.327,00	R\$ 13.195,07
SERVIÇOS	R\$ 49.329,37	R\$ 55.594,50	R\$ 51.347,13	R\$ 156.271,00
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 290.076,69	R\$ 282.590,17	R\$ 222.283,47	R\$ 794.950,33
TRANSPORTE	R\$ 107.253,55	R\$ 12.168,43	R\$ 92.367,17	R\$ 211.789,15
VIAGENS	R\$ 3.719,50	R\$ 2.832,00	R\$ 3.654,47	R\$ 10.205,97
PROVENTOS LÍQUIDO	R\$ 340.018,84	R\$ 392.048,38	R\$ 311.674,30	R\$ 1.043.741,52
BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - EMPREGADO E PATRONAL	R\$ 73.814,33	R\$ 57.442,13	R\$ 38.800,29	R\$ 170.056,75
COFINS SOBRE RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 1.920,78	R\$ 2.334,81	R\$ 2.730,34	R\$ 6.985,93
OUTROS	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 27,00
CONSOLIDADO	R\$ 880.233,24	R\$ 821.886,41	R\$ 726.321,86	R\$ 2.428.441,51

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os custos relacionados à folha de pagamento e aos benefícios representaram 82,72% da execução total do trimestre. Os custos com serviços e contratações representaram 6,44% e os custos com transporte e alimentação, 10,02%. Os demais custos representam 0,83% do total.

Em seguida, apresentamos o detalhamento da execução financeira por semestre e por rubrica em relação ao orçado:

Tabela 6 – Orçado x Realizado por Rubrica – Região 5

	ORÇADO					REALIZADO					
	2º2023	1º2024	2º2024	1º2025	2º2025	2º2023	1º2024	2º2024	1º2025	2º2025	%
ALIMENTAÇÃO	R\$ 104.972	R\$ 109.171	R\$ 128.775	R\$ 113.538	R\$ 18.603	R\$ 59.162	R\$ 51.734	R\$ 123.089	R\$ 114.079	R\$ 21.219	77,7%
ESPAÇOS PARTICIPATIVOS	R\$ 7.080	R\$ 7.363	R\$ 20.563	R\$ 7.658	R\$ 0	R\$ 6.280	R\$ 200	R\$ 9.250	R\$ 6.148	R\$ 0	51,3%
MATERIAL PERMANENTE / INVESTIMENTO	R\$ 62.434	R\$ 49.300	R\$ 4.004	R\$ 7.538	R\$ 0	R\$ 420	R\$ 42.203	R\$ 20.928	R\$ 1.515	R\$ 0	52,8%
MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 47.284	R\$ 23.421	R\$ 30.621	R\$ 20.209	R\$ 428	R\$ 7.752	R\$ 21.667	R\$ 29.524	R\$ 10.288	R\$ 13.195	67,6%
SERVIÇOS	R\$ 508.761	R\$ 525.395	R\$ 485.267	R\$ 515.764	R\$ 429.996	R\$ 361.523	R\$ 404.324	R\$ 361.859	R\$ 443.038	R\$ 156.271	70,1%
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 2.934.952	R\$ 2.077.242	R\$ 1.881.466	R\$ 2.643.093	R\$ 1.138.029	R\$ 2.790.122	R\$ 2.375.317	R\$ 2.443.422	R\$ 1.911.706	R\$ 794.950	96,6%
TRANSPORTE	R\$ 460.696	R\$ 477.065	R\$ 489.160	R\$ 377.429	R\$ 149.080	R\$ 360.159	R\$ 316.055	R\$ 461.778	R\$ 431.453	R\$ 211.789	91,2%
VIAGENS	R\$ 154.200	R\$ 160.368	R\$ 177.300	R\$ 83.391	R\$ 10.464	R\$ 40.840	R\$ 40.730	R\$ 88.060	R\$ 60.581	R\$ 10.206	41,0%
PROVENTOS LÍQUIDO	R\$ 3.849.895	R\$ 2.738.270	R\$ 2.470.037	R\$ 3.475.523	R\$ 1.592.071	R\$ 4.319.357	R\$ 3.171.367	R\$ 3.241.084	R\$ 2.548.439	R\$ 1.043.742	101,4%
BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	R\$ 566.035	R\$ 402.086	R\$ 360.198	R\$ 523.498	R\$ 225.000	R\$ 560.070	R\$ 488.591	R\$ 421.245	R\$ 400.736	R\$ 170.057	98,3%
COFINS SOBRE RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA ³	R\$ 60.000	n/a	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 63.264	R\$ 19.557	R\$ 13.736	R\$ 12.722	R\$ 6.986	n/a
OUTROS	R\$ 900	R\$ 13.752	R\$ 13.752	R\$ 13.827	R\$ 0	R\$ 97	R\$ 3.817	R\$ 1.675	R\$ 2.869	R\$ 27	20,1%
FUNDO DE RESERVA ¹	R\$ 30.000	R\$ 20.000	R\$ 20.000	R\$ 15.000		R\$ 0	R\$ 0	R\$ 71.195	R\$ 15.000	R\$ 0	n/a
PROVISIONAMENTO RESCISÃO ²	R\$ 1.662.977	R\$ 1.662.977				R\$ 1.781.669	R\$ 780.425	R\$ 159.185	-R\$ 659.167	R\$ 0	n/a
CONSOLIDADO	R\$ 10.450.186	R\$ 8.266.410	R\$ 6.081.144	R\$ 7.796.467	R\$ 3.563.673	R\$ 10.350.715	R\$ 7.715.986	R\$ 7.446.032	R\$ 5.299.409	R\$ 2.428.442	91,9%

Fonte: Elaboração própria (2025).

No período, houveram pagamentos de impostos referentes aos serviços como de terceiros, INSS, FGTS, PIS, etc., sendo despendido o valor de R\$ 804.576,45 (oitocentos e quatro mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e cinco centavos). O detalhamento mensal poderá ser acessado por meio do link: impostos de [Julho/2025](#), [Agosto/2025](#) e [Setembro/2025](#).

As informações elencadas na Tabela 7 apresentam a movimentação da conta corrente inicial, detalhamento das despesas ocorridas no período, pagamento de salários, encargos, rescisões contratuais, férias e impostos (serviços de terceiros e demais impostos).

Tabela 7 – Extrato de movimentação em conta corrente – Região 5

MÊS	MOVIMENTAÇÃO - R5				SALDO
	ENTRADA	SAÍDA	MOV. DO MÊS	RENDIMENTOS	
Saldo em 01/07/2023					R\$ 1.215.396,49
julho 2023	R\$ 287.243,70	-R\$ 1.619.603,07	-R\$ 1.332.359,37	-R\$ 71,58	R\$ 62.965,54
	R\$ 180.000,00	Transferência entre regiões 28/07/2023			
agosto 2023	R\$ 313.485,97	-R\$ 1.994.872,24	-R\$ 1.501.386,27	R\$ 28.920,31	R\$ 9.183.962,48
	Transferência entre regiões – 07/08/2023		-R\$ 180.000,00		
	R\$ 10.773.462,90	Resgate Depósito Judicial – 04/08/2023			
setembro 2023	R\$ 585.715,59	-R\$ 1.873.508,76	-R\$ 1.287.793,17	R\$ 80.334,94	R\$ 7.976.504,25
outubro 2023	R\$ 331.373,54	-R\$ 1.657.347,16	-R\$ 1.325.973,62	R\$ 62.126,77	R\$ 6.712.657,40
novembro 2023	R\$ 171.210,27	-R\$ 1.818.943,51	-R\$ 1.647.733,24	R\$ 17.704,20	R\$ 5.082.628,36
dezembro 2023	R\$ 663.009,64	-R\$ 2.136.810,35	-R\$ 1.473.800,71	R\$ 35.571,18	R\$ 3.644.398,83
janeiro 2024	R\$ 433.594,69	-R\$ 1.606.962,86	-R\$ 1.173.368,17	R\$ 25.134,65	R\$ 2.496.165,31
fevereiro 2024	R\$ 352.463,95	-R\$ 1.472.400,39	-R\$ 1.119.936,44	R\$ 70.860,31	R\$ 10.672.089,18
	R\$ 9.225.000,00	Resgate Depósito Judicial – 05/02/2024			
março 2024	R\$ 359.460,38	-R\$ 1.638.613,24	-R\$ 1.279.152,86	R\$ 76.191,49	R\$ 9.469.127,81
abril 2024	R\$ 389.986,41	-R\$ 1.474.046,80	-R\$ 1.084.060,39	R\$ 68.308,12	R\$ 8.453.375,54
maio 2024	R\$ 372.610,12	-R\$ 1.558.837,94	-R\$ 1.186.227,82	R\$ 9.403,39	R\$ 7.276.551,11
junho 2024	R\$ 405.317,51	-R\$ 1.498.012,76	-R\$ 1.092.815,10	R\$ 49.424,78	R\$ 6.233.280,64
julho 2024	R\$ 380.419,29	-R\$ 1.608.129,67	-R\$ 1.227.710,38	R\$ 44.334,14	R\$ 5.049.904,40
agosto 2024	R\$ 378.420,61	-R\$ 1.466.354,46	-R\$ 1.087.933,85	R\$ 58.774,27	R\$ 8.707.516,76
	R\$ 4.686.771,94	Resgate Depósito Judicial – 09/08/2024			
setembro 2024	R\$ 350.779,67	-R\$ 1.525.952,98	-R\$ 1.175.173,31	R\$ 56.152,62	R\$ 7.588.496,07
outubro 2024	R\$ 363.933,32	-R\$ 1.580.519,89	-R\$ 1.216.586,57	R\$ 57.802,46	R\$ 6.429.711,96
novembro 2024	R\$ 349.696,83	-R\$ 1.423.912,38	-R\$ 1.074.215,55	R\$ 1.984,42	R\$ 5.357.480,83
dezembro 2024	R\$ 530.124,99	-R\$ 1.964.157,02	-R\$ 1.434.032,03	R\$ 32.353,91	R\$ 3.955.802,71
janeiro 2025	R\$ 420.590,57	-R\$ 1.451.366,42	-R\$ 1.030.775,85	R\$ 30.380,69	R\$ 2.955.940,88
	R\$ 533,33	Venda Imobilizado			
fevereiro 2025	R\$ 345.700,76	-R\$ 1.319.783,40	-R\$ 974.082,64	R\$ 25.490,68	R\$ 5.229.195,92

	R\$ 3.221.847,00	Resgate Depósito Judicial – 26/02/2025			
março 2025	R\$ 328.684,06	-R\$ 1.230.832,79	-R\$ 902.148,73	R\$ 41.795,84	R\$ 4.369.159,70
	R\$ 316,67	Venda Imobilizado			
abril 2025	R\$ 285.362,57	-R\$ 1.248.987,33	-R\$ 963.624,76	R\$ 37.935,23	R\$ 3.563.470,17
	R\$ 120.000,00	Venda Imobilizado			
maio 2025	R\$ 272.652,14	-R\$ 1.245.314,34	-R\$ 972.662,20	R\$ 2.080,74	R\$ 2.592.888,71
junho 2025	R\$ 1.279.120,83	Incorporação Reserva 30%		R\$ 25.058,03	R\$ 2.546.785,86
	R\$ 259.235,14	-R\$ 1.609.516,85	-R\$ 1.100.281,71		
	Empréstimo entre regiões – 27/06/2025		-R\$ 250.000,00		
julho 2025	R\$ 340.304,89	-R\$ 1.220.538,13	-R\$ 880.233,24	R\$ 56.660,23	R\$ 6.414.929,35
	R\$ 3.349.215,37	Resgate Depósito Judicial – 15/07/2025			
	R\$ 1.090.701,13	Incorporação Reserva 30%			
	R\$ 1.800,00	Venda Imobilizado			
	R\$ 250.000,00	Empréstimo entre regiões – 21/07/2025			
agosto 2025	R\$ 442.936,29	-R\$ 1.264.822,70	-R\$ 821.886,41	R\$ 62.787,15	R\$ 5.655.830,09
setembro 2025	R\$ 417.498,91	-R\$ 1.143.820,77	-R\$ 726.321,86	R\$ 58.501,86	R\$ 4.988.010,09
	R\$ 4.509.066,84	Resgate Depósito Judicial - Projeto 1.1			
	Depósito Judicial - Projeto 1.1 R4		-R\$ 1.514.310,25		
	Depósito Judicial - Projeto 1.1 R5		-R\$ 2.994.756,59		
TOTAL ACUMULADO	R\$ 50.035.044,31	-R\$ 46.163.035,05	-R\$ 31.092.276,25	R\$ 1.116.000,83	

Fonte: Elaboração própria (2025).

Até o mês de setembro de 2025, a **Região 5** apresentou um movimento financeiro total de **R\$31.092.276,25** (trinta e um milhões, noventa e dois mil, duzentos e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

O **saldo remanescente**, considerando os rendimentos das aplicações financeiras e o saldo em conta na data de **1º de outubro de 2025**, é de **R\$4.988.010,09** (quatro milhões, novecentos e oitenta e oito mil, dez reais e nove centavos).

É importante destacar que, desse valor, **R\$2.472.671,67** (dois milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta e sete centavos) estão **reservados para o fundo rescisório**, conforme previsto no Plano de Trabalho. Além disso, **R\$95.455,66** (noventa e cinco mil, quatrocentas e cinquenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) correspondem ao **fundo de reserva**, destinado à cobertura de eventuais despesas imprevistas, custos indiretos e contingências.

O detalhamento da execução orçamentária, despesas, valores, tipos de pagamento e extrato bancário, ocorrida no trimestre, pode ser visualizado por meio dos

seguintes documentos: [Julho/2025](#), [Agosto/2025](#) e [Setembro/2025](#).

Foram apresentadas, neste relatório, as informações referentes aos dispêndios realizados no trimestre na Região 5. A prestação de contas financeiras constitui uma das obrigações previstas no Termo de Compromisso celebrado entre o Instituto Guaicuy e as Instituições de Justiça, tendo como principal finalidade subsidiar a análise da auditoria contábil-financeira, com vistas à comprovação da correta aplicação dos recursos, em conformidade com o Plano de Trabalho.

Todos os documentos comprobatórios relacionados aos gastos efetuados no período – incluindo contratos, notas fiscais, relatórios, processos de aquisição de bens e serviços, entre outros – foram devidamente organizados e disponibilizados para análise da auditoria externa, assegurando a transparência e a rastreabilidade das despesas realizadas.

5.7.1 Revisão do Orçamento do Plano de Trabalho

Durante o período analisado, foi registrado um aumento no valor total do orçamento do Projeto, decorrente dos rendimentos obtidos com as aplicações financeiras dos recursos repassados pelas Instituições de Justiça.

Conforme estabelecido no Termo de Compromisso, os valores são mantidos em aplicações de perfil conservador, com liquidez imediata e remuneração compatível com o mercado. Em razão dos sucessivos aumentos da Selic pelo Banco Central, os rendimentos auferidos superaram as estimativas inicialmente previstas, resultando em um acréscimo significativo no orçamento disponível para a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho.

Esse desempenho positivo das aplicações contribui para o fortalecimento da capacidade financeira do Projeto, possibilitando a ampliação do escopo de ações, a cobertura de eventuais imprevistos e o reforço das reservas estratégicas, sempre em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos.

Parte dos recursos foi proveniente da venda de equipamentos adquiridos originalmente com recursos do próprio projeto. Conforme previsto no Termo de

Compromisso firmado em 17 de julho de 2023, tais bens poderiam ser revertidos ao projeto por meio de alienação legalmente prevista, desde que os valores arrecadados fossem integralmente aplicados na execução do objeto pactuado.

Além dos rendimentos, outros fatores também impactaram diretamente o valor total do orçamento do projeto. Entre eles, repasses realizados a maior em função dos rendimentos financeiros, recursos obtidos com a venda de equipamentos e a utilização da reserva técnica dos 30%.

Ademais, conforme ofício 05/2025, enviado às Instituições de Justiça, o Instituto Guaicuy incorporou ao orçamento do plano de trabalho os recursos acumulados referentes à reserva dos 30%, utilizando-os sem previsão de recomposição futura⁴. O saldo acumulado com rendimentos bancários referente a região 5 era de **R\$2.303.512,00** (dois milhões, trezentos e três mil, quinhentos e doze reais).

Assim, o montante total incorporado ao plano de trabalho é de **R\$3.646.570,27** (três milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quinhentos e setenta reais e vinte e sete centavos), conforme demonstrativo a seguir.

Tabela 8 – Valores incorporados ao Orçamento do Plano de Trabalho – Região 5

	2º2023	1º2024	2º2024	1º2025	2º2025	TOTAL
Repasse com Rendimentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 74.272,00	R\$ 146.847,00	R\$ 274.215,37	R\$ 495.334,37
Rendimento das Aplicações acima do orçado	R\$ 209.585,82	R\$ 118.569,74	R\$ 145.486,82	R\$ 111.422,00	R\$ 130.985,24	R\$ 716.049,62
Venda Equipamentos				R\$ 129.874,28	R\$ 1.800,00	R\$ 131.674,28
Reserva 30%				R\$ 2.303.512,00		R\$ 2.303.512,00
Total a acrescentar no orçamento	R\$ 209.585,82	R\$ 118.569,74	R\$ 219.758,82	R\$ 2.691.655,28	R\$ 407.000,61	R\$ 3.646.570,27

Fonte: Elaboração própria (2025).

Dessa forma, apresentamos a seguir o valor total do orçamento atualizado, bem como a distribuição do orçamento por rubricas, já considerando os ajustes mencionados.

⁴ Conforme [ofício](#) enviado às IJ's em 30 de janeiro de 2025: (...) utilizará o recurso previamente provisionado, equivalente a 30% do repasse financeiro recebido em dezembro de 2022 (...) esse recurso será utilizado de forma definitiva, sem previsão de recomposição futura. (...).

Tabela 9 – Orçamento Total Revisado – Região 5

	PTR	Valor Atualizado
Saldo Conta 01/07/2023	R\$ 1.215.396	R\$ 1.215.396
Entrada Recursos pelas IJs	R\$ 30.760.963	R\$ 31.256.297
Projeção Rendimento	R\$ 534.950	R\$ 1.116.001
Venda Imobilizado	R\$ 0	R\$ 131.674
Orçamento Total Projeto	R\$ 32.511.309	R\$ 33.719.368
<i>Reposição do Fundo Rescisório</i>	<i>R\$ 3.325.953</i>	<i>R\$ 3.325.953</i>
<i>Fundo de Reserva</i>	<i>R\$ 182.266</i>	<i>R\$ 95.456</i>
Orçamento para Custeio e RH	R\$ 29.003.090	R\$ 30.297.960

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tabela 10 – Orçamento por Rubricas Revisado – Região 5

Região 5						
	2º2023	1º2024	2º2024	1º2025	2º2025	TOTAL
ALIMENTAÇÃO	R\$ 104.972	R\$ 109.171	R\$ 128.775	R\$ 113.538	R\$ 18.603	R\$ 475.059
ESPAÇOS PARTICIPATIVOS	R\$ 7.080	R\$ 7.363	R\$ 20.563	R\$ 7.658	R\$ 0	R\$ 42.664
MATERIAL PERMANENTE / INVESTIMENTO	R\$ 62.434	R\$ 49.300	R\$ 4.004	R\$ 7.538	R\$ 0	R\$ 123.276
MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 47.284	R\$ 23.421	R\$ 30.621	R\$ 20.209	R\$ 428	R\$ 121.964
SERVIÇOS	R\$ 508.761	R\$ 525.395	R\$ 485.267	R\$ 515.764	R\$ 429.996	R\$ 2.465.183
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 2.934.952	R\$ 2.077.242	R\$ 1.851.861	R\$ 2.580.962	R\$ 1.028.725	R\$ 10.473.741
TRANSPORTE	R\$ 460.696	R\$ 477.065	R\$ 489.160	R\$ 377.429	R\$ 149.080	R\$ 1.953.430
VIAGENS	R\$ 154.200	R\$ 160.368	R\$ 177.300	R\$ 83.391	R\$ 10.464	R\$ 585.724
PROVENTOS LÍQUIDO	R\$ 3.849.895	R\$ 2.738.270	R\$ 2.431.130	R\$ 3.393.871	R\$ 1.351.160	R\$ 13.764.327
BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	R\$ 566.035	R\$ 402.086	R\$ 354.438	R\$ 511.410	R\$ 203.735	R\$ 2.037.703
COFINS SOBRE RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 60.000	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 60.000
OUTROS	R\$ 900	R\$ 13.752	R\$ 13.752	R\$ 13.827	R\$ 0	R\$ 42.231
FUNDO DE RESERVA	R\$ 30.000	R\$ 20.000	R\$ 20.000	R\$ 15.000	R\$ 97.266	R\$ 182.266
PROVISIONAMENTO RESCISÃO	R\$ 1.662.977	R\$ 1.662.977				R\$ 3.325.953
CONSOLIDADO	R\$ 10.450.186	R\$ 8.266.410	R\$ 6.006.872	R\$ 7.640.596	R\$ 3.289.457	R\$ 35.653.521

Fonte: Elaboração própria (2025).

5.7.2 Venda de Equipamentos

Conforme previsto no Termo de Compromisso firmado em 17 de julho de 2023, o

Instituto Guaicuy conduziu um processo de venda de bens patrimoniais adquiridos para execução das atividades da Assessoria Técnica Independente nas Regiões 4 e 5. A iniciativa seguiu integralmente os critérios estabelecidos pela CAMF por meio do Ofício nº 24/2023 e sua Nota Complementar, incluindo a obrigatoriedade de oferecer os bens às demais ATIs antes de qualquer outra forma de destinação. Diante da ausência de interesse das instituições consultadas, foi lançado o Instrumento Convocatório para Venda Direta de Bens Particulares nº 001/2024, com ampla divulgação, critérios objetivos e prioridade para pessoas atingidas. Nesse processo⁵, foram vendidos dois tablets Samsung 4G Galaxy TAB A T295 ao trabalhador de matrícula 214, por R\$533,33 cada, conforme valor médio de mercado.

Em 2025, com o encerramento da vigência do instrumento convocatório, o Instituto Guaicuy deu continuidade à venda de outros itens a pessoas físicas e jurídicas previamente interessadas. A avaliação das propostas seguiu os mesmos princípios, admitindo valores entre o preço médio de mercado e o valor contábil, sempre com deliberação interna. Foram vendidos: um fogão Atlas 4 bocas (R\$ 316,67) para o trabalhador de matrícula 384; quatro vans Fiat Ducato Maxicargo customizadas para uma empresa Hag Vans Utilitários Ltda, no valor total de R\$ 500.000,00 – parte em dinheiro e parte em permuta por outra van de passageiros com capacidade para 16 pessoas; e um Fiat Siena 2021 para o trabalhador de matrícula 205, por R\$ 51.010,00.

Adicionalmente, no período abarcado por este relatório, ocorreram vendas de novos equipamentos, sendo: 2 notebooks Lenovo S145 Ci5 8GB 1TB 15" (R\$ 600,00 cada) adquiridos pelo trabalhador de matrícula 205; 1 notebook Dell Latitude 14 3410 (R\$ 905,00) pelo trabalhador de matrícula 208; 1 notebook Lenovo S145 Ci5 8GB 1TB 15" (R\$ 600,00) pelo trabalhador de matrícula 131; 1 notebook Lenovo S145 Ci5 8GB 1TB 15" (R\$ 593,00), 1 refrigerador Electrolux 240L branco (R\$ 812,00) e 1 fogão Atlas 4 bocas (R\$ 317,00) pelo trabalhador de matrícula 248; 2 notebooks Dell Latitude 14 3410 (R\$ 900,00 cada) pelo trabalhador de matrícula 465; 1 notebook Dell Latitude 14 3410 (R\$ 911,00) pelo trabalhador de matrícula 136; 1 celular Samsung Galaxy A31 – SM-A013M (R\$ 400,00) pelo trabalhador de matrícula 165; e 2 notebooks Dell Latitude 14 3410 (R\$ 900,00 cada) pelo trabalhador de matrícula 205.

⁵ O resultado final do Instrumento Convocatório para Venda Direta foi publicado no [site do Guaicuy](#) em 12/02/2025

O processo observou os princípios de legalidade, economicidade e transparência, com toda documentação comprobatória arquivada e disponível para consulta.

5.7.3 Auditoria Externa

O processo da prestação de contas junto a EY tem o propósito de avaliar e certificar periodicamente a consistência quanto à aplicação dos recursos transferidos, além de comprovar a execução do objetivo pactuado pelas partes, de modo a garantir **transparência e responsabilidade** na administração dos recursos financeiros e das ações desenvolvidas no âmbito do Projeto Paraopeba.

Todas as informações e documentações referentes aos dispêndios mensais realizados até janeiro de 2025 foram devidamente disponibilizadas à auditoria.

Foram concluídas as análises da auditoria e protocoladas nos autos do processo as cartas de representação referente aos dispêndios incorridos no período compreendido entre agosto de 2019 a janeiro de 2024. Na tabela a seguir é apresentado o histórico dos resultados das análises consolidadas pela EY, obtidos a partir dos relatórios de asseguarção dos meses supracitados:

Tabela 11 – Histórico de Análise dos Dispêndios (Regiões 4 e 5)

Ano	Dispêndios Assegurados		Dispêndios Não Assegurados		Total
	Valor	(%)	Valor	(%)	
Ago/2019 - Mai/2020	R\$ 561.595,11	85,20%	R\$ 97.275,82	14,80%	R\$ 658.870,93
Jun/2020 - Dez/2020	R\$ 8.731.558,10	99,70%	R\$ 25.279,16	0,30%	R\$ 8.756.837,26
2021	R\$ 32.710.225,63	99,70%	R\$ 89.343,90	0,30%	R\$ 32.799.569,53
2022	R\$ 34.886.467,96	99,90%	R\$ 30.591,74	0,10%	R\$ 34.917.059,70
2023	R\$ 27.671.863,97	99,83%	R\$ 48.075,39	0,17%	R\$ 27.719.939,36
2024 (janeiro)	R\$ 2.039.415,19	100,00%	R\$ 7,37	0,00%	R\$ 2.039.422,56
Total	R\$ 106.601.125,96	99,73%	R\$ 290.573,38	0,27%	R\$ 106.891.699,34

Fonte: Elaboração própria (2025).

A variação do percentual de 85,2% de asseguarção no ciclo de estruturação do projeto contra 99,9% nos anos subsequentes, indica o amadurecimento institucional, resultante das adequações e estruturações organizacionais realizadas ao longo do tempo, além da ampliação e aperfeiçoamento das políticas, normas, processos internos e de gestão da instituição.

Em resposta ao Ofício nº 05/2025 recebido da Ernst & Young (EY) em 27 de março, o Instituto Guaicuy encaminhou manifestação formal através do [ofício 21/2025](#) no dia 29 de abril de 2025 apresentando justificativas detalhadas sobre os valores não assegurados no período de agosto de 2019 a janeiro de 2024, no âmbito do Projeto ATI Paraopeba. O documento buscou contextualizar os desafios enfrentados na ausência inicial de diretrizes formais, a complexidade da governança do processo e a falta de tempestividade na emissão de relatórios pela auditoria, aspectos que contribuíram para inconsistências pontuais nas prestações de contas.

Do total de R\$107.053.991,33 executados no período, R\$290.568,88 (0,27%) não foram assegurados inicialmente. No entanto, após a devolução de R\$ 37.739,86 e o envio de justificativas com documentação comprobatória referente a R\$ 229.355,53 (90,71% do saldo ajustado), o Instituto defende que o valor efetivamente não justificado seria de apenas R\$ 23.473,49, o que representa 0,022% do total executado. Ressaltando sua atuação em boa-fé, o Instituto reafirma seu compromisso com a transparência, a legalidade e a correta aplicação dos recursos públicos, destacando que eventuais falhas decorreram de limitações operacionais, ausência de taxa administrativa e lacunas regulatórias no início do projeto.

Ainda empenhado na redução do montante não assegurado, o Instituto vem buscando sanar as inconsistências identificadas pela auditoria externa, agregando esforços para restituir parte dos valores às contas do projeto Paraopeba. A Tabela a seguir apresenta os valores recuperados até o primeiro trimestre de 2024.

Tabela 12 – Valores Não Assegurados Recuperados (Regiões 4 e 5)

Ano	Não assegurado	Valores Reembolsados	Total real não assegurado
Ago/2019 - Mai/2020	R\$ 97.275,82	R\$ 0,00	R\$ 97.275,82
Jun/2020 - Dez/2020	R\$ 25.279,16	R\$ 710,35	R\$ 24.568,81
2021	R\$ 89.343,90	R\$ 14.759,47	R\$ 74.584,43
2022	R\$ 30.591,74	R\$ 12.079,30	R\$ 18.512,44
2023	R\$ 48.075,39	R\$ 10.188,14	R\$ 37.887,25
2024	R\$ 7,37	R\$ 2,60	R\$ 4,77
Total	R\$ 290.573,38	R\$ 37.739,86	R\$ 252.833,52

Fonte: Elaboração própria (2025).

É importante mencionar a economia orçamentária alcançada a partir dos

esforços empregados para o resgate dos valores. Além de amenizar os impactos da não asseguração, esse empenho contribui para o maior fortalecimento da governança, colabora para a confiabilidade na gestão, bem como para o aperfeiçoamento dos controles internos e metodológicos.

6. MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS DO PLANO DE TRABALHO

O presente relatório marca a finalização da execução do Plano de Trabalho nº 06, formalmente aprovado pelas IJs em dezembro de 2023, cuja execução foi prevista para um período de 30 meses, com início em julho de 2023. Nesse desenho, parte das atividades finalísticas foi programada para ser finalizada até setembro de 2025, reservando-se o último trimestre (outubro a dezembro de 2025) para o encerramento administrativo do projeto. Todavia, devido aos diversos atrasos no andamento dos Anexos do Acordo Judicial – sempre descritos nos Relatórios Trimestrais entregues – o período de 30 meses não foi suficiente para que o trabalho de assessoramento técnico às pessoas atingidas cumprisse todas as etapas necessárias. Diante deste contexto, encontra-se em negociação a continuidade do trabalho da ATI – conforme detalhado no capítulo de [3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRIMESTRE](#) – e foi definido pelas IJs e CAMF que este Plano de Trabalho teve sua execução finalizada no dia 30 de setembro de 2025.

Assim, este capítulo dedica-se a apresentar os resultados alcançados ao longo de 27 meses de atuação da ATI Paraopeba através de um panorama consolidado dos números do projeto, dos resultados finais de cada objetivo específico, com os principais avanços e desafios enfrentados, os produtos entregues e, por fim, a aferição final dos indicadores de cada eixo.

6.1 RESULTADOS CONSOLIDADOS

Ao longo dos últimos 27 meses de atuação a ATI Paraopeba realizou um trabalho intenso junto às comunidades da Região 5 para promover a participação informada e apoiar as pessoas atingidas na estruturação da organização social no processo de reparação. Para isso, a equipe lançou mão da metodologia de atuação territorial do Instituto Guaicuy, que organiza os espaços participativos com pessoas atingidas em categorias divididas em escala individual/familiar e coletiva.

As **atividades individuais e familiares (atendimentos)** realizadas ao longo da execução deste Plano de Trabalho fortaleceram os vínculos entre a equipe e as pessoas atingidas, proporcionaram momentos acolhedores e possibilitaram discussões mais

aprofundadas, além da solução de dúvidas e encaminhamentos a respeito do processo de reparação. Com o foco na organização social e no protagonismo das pessoas atingidas, as **atividades coletivas** se mostraram a principal ferramenta de participação da ATI, realizadas sempre com metodologias participativas e inclusivas, que privilegiaram o diálogo e a convivência.

Entre julho de 2023 e setembro de 2025, na Região 5, foram realizadas um total de **7.918** atividades e atendimentos, envolvendo **24.052** participações de pessoas atingidas identificadas, sendo **1.056** atividades coletivas e **6.862** atendimentos individuais e/ou familiares. Em relação às comunidades, ao longo da execução deste Plano de Trabalho, foram realizadas atividades que contaram com a participação de pessoas atingidas de **90** comunidades da Região 5. Além disso, ao todo, um total de **6.581** indivíduos atingidos participaram das atividades promovidas pela ATI.

Tabela 13 – Total geral de atividades, participações, comunidades e indivíduos atendidos no período de julho/2023 a setembro/2025 - Região 5

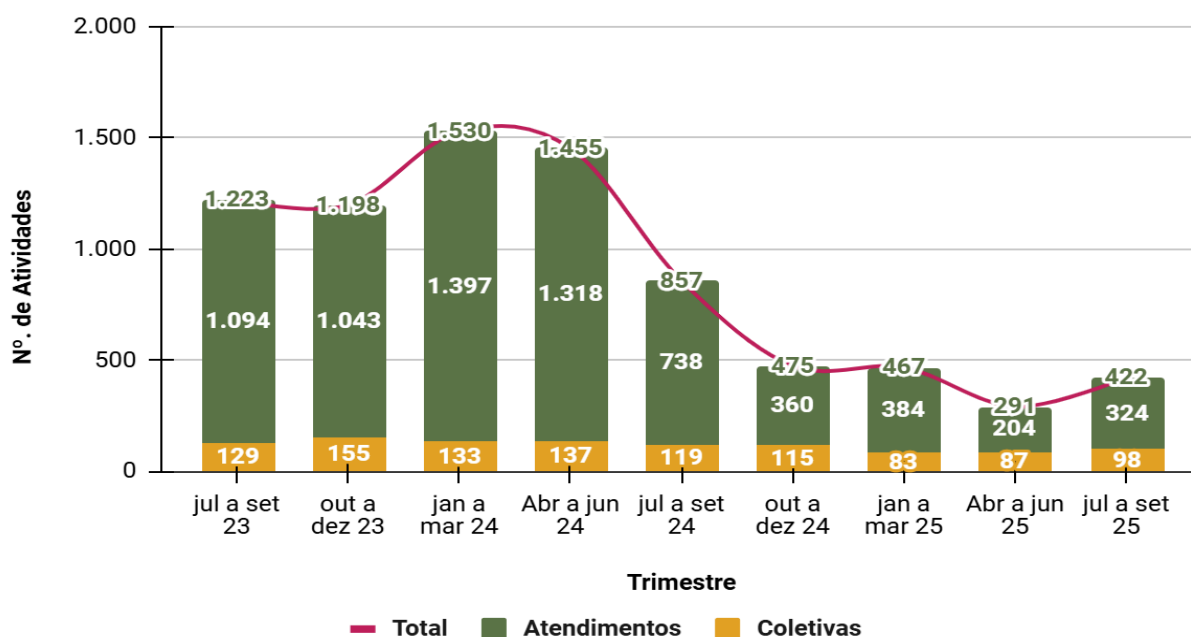
Trimestre	Total Geral
Total de atividades	7.918
Atividades coletivas	1.056
Individuais e familiares	6.862
Total de Participação	24.052
Atividades coletivas	14.681
Individuais e familiares	9.371
Total de Indivíduos atendidos⁶	6.581
Atividades coletivas	4.034
Atendimentos individuais e familiares	3.740
Total de comunidades atendidas	90
Atividades coletivas	89
Atendimentos individuais e familiares	88

Fonte: Elaboração própria (2025)

⁶ O cálculo corresponde ao número de IDs únicos de indivíduos participantes em cada tipo de atividade. Ao final, o **total de indivíduos atendidos** considera apenas os IDs únicos que aparecem tanto nas atividades coletivas quanto nos atendimentos individuais e familiares.

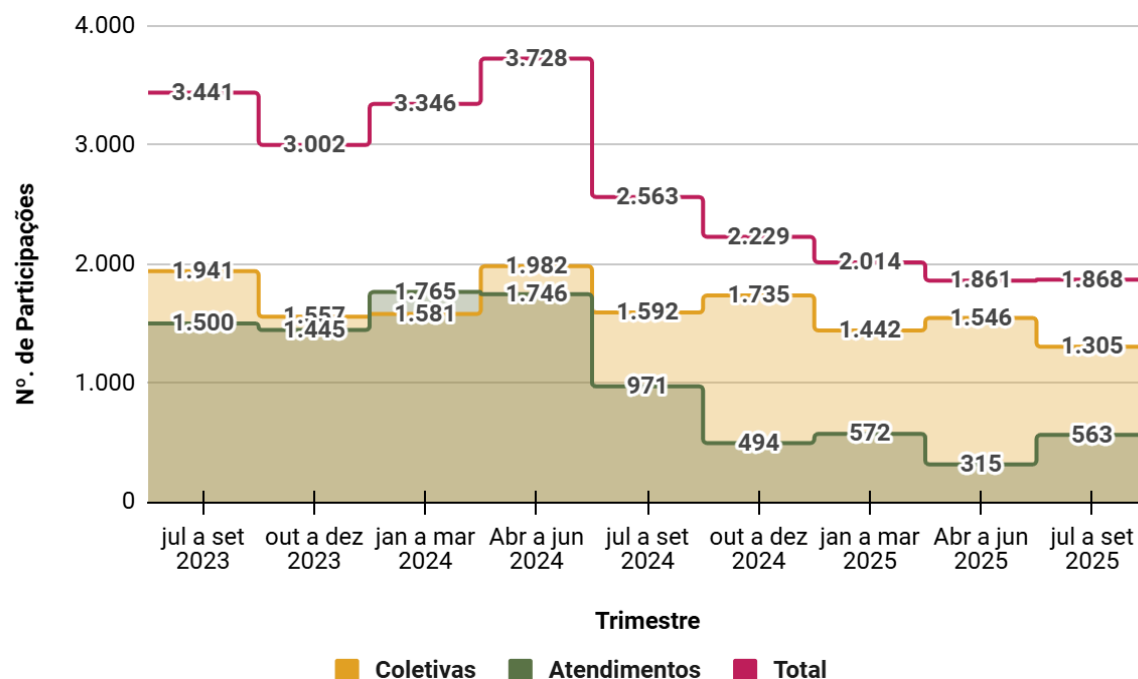
Os gráficos a seguir apresentam o volume de atividades realizadas e participações registradas na Região 5 entre julho de 2023 e setembro de 2025. A análise dos gráficos demonstra que houve oscilações, e estas refletem diretamente o contexto operacional e o comportamento das demandas territoriais ao longo da execução do Plano de Trabalho.

Gráfico 3 – Total de atividades realizadas por trimestre (Julho/2023 a Setembro/2025).



Fonte: Elaboração própria (2025)

Gráfico 4 – Total de participações por trimestre (Julho/2023 a Setembro/2025).



Fonte: Elaboração própria (2025)

Os gráficos demonstram que os primeiros trimestres (julho/2023 a junho/2024) foram marcados por um elevado número de atendimentos e participações, reflexo da alta demanda pelo Programa de Transferência de Renda (PTR) na Região 5, que, diferentemente das demais regiões, passou a ter acesso ao benefício em momento posterior. O início dos cadastros pela FGV gerou muitas dúvidas, solicitações e dificuldades com a documentação necessária, exigindo da ATI uma atuação intensiva de orientação técnica às famílias. Além disso, o fato de a FGV não manter um escritório em Morada Nova de Minas fez com que, durante boa parte do período, o escritório do Instituto Guaicuy funcionasse como o principal ponto de atendimento às pessoas atingidas, concentrando as demandas que, posteriormente, foram sendo absorvidas por outras atividades.

A queda gradual nos atendimentos observada a partir do trimestre julho-setembro/2024 decorre da estabilização do acesso ao PTR – reduzindo o número de demandas diretas – e da necessidade de reorganizar a equipe para atender outras frentes do Plano de Trabalho. Com o avanço da execução do Plano de Trabalho e a necessidade de equilibrar as agendas, foi necessário reduzir os plantões para

atendimento individual e priorizar as atividades coletivas. No entanto, fica evidente que o PTR para a Região 5 não era um atendimento residual e sim uma expectativa na qual as pessoas atingidas tinham em relação às atividades da ATI.

Em relação às atividades coletivas, o gráfico evidencia uma diminuição no número total de atividades realizadas, ainda que o número de participações nessas atividades tenha se mantido estável ao longo do tempo. Esse comportamento está diretamente ligado à mudança na metodologia da atuação territorial, que passou a privilegiar encontros voltados às comissões de pessoas atingidas, em vez de reuniões comunitárias pulverizadas. Como cada comissão reúne representantes de diversas comunidades, o número de atividades diminui, mas a abrangência da participação se mantém – indicando o amadurecimento da organização social e o fortalecimento das instâncias representativas da Região 5.

A tabela a seguir apresenta o total de atividades e participações registradas por objetivo específico ao longo dos últimos 27 meses⁷, permitindo observar a distribuição das ações da ATI entre os diferentes eixos de atuação. Destaca-se o expressivo número de atividades e participações no eixo de Organização Social e Comunicação, que reflete o fortalecimento do Sistema de Participação e o avanço da organização social das pessoas atingidas na Região 5. Outro ponto de destaque é o alto volume de atendimentos vinculados ao Anexo 1.2 (Programa de Transferência de Renda), resultado da intensa demanda das famílias por informações, orientações e apoio técnico no acesso ao benefício. Também merece atenção o Anexo 1.1, que, apesar dos atrasos da Entidade Gestora, manteve-se como uma das principais pautas de interesse das comunidades, evidenciado pelo elevado número de participações nas atividades – demonstrando a centralidade desse eixo no processo de reparação e na atuação da ATI. Esse resultado demonstra que a ATI cumpriu de maneira exitosa o que foi exigido no Termo de Compromisso assinado em 2023: atendimento prioritário à participação informada e ao Anexo 1.1.

⁷ Destaca-se que, conforme mencionado em todos os Relatórios Trimestrais entregues, uma única atividade com pessoas atingidas (atendimento e/ou coletiva) pode estar vinculada a mais de um objetivo específico e/ou atividade do Plano de Trabalho.

Tabela 14 – Total de Atividades e Participações, por Objetivo Específico do Plano de Trabalho no período de Julho/2023 a Setembro/2025.

Objetivos específicos	Atividades Coletivas		Atendimentos		Total	
	Nº Atividades	Nº Participações	Nº Atendimentos	Nº Participações	Nº Atividades	Nº Participações
Anexo 1.1	394	5.761	1.109	1.870	1.503	7.631
Anexo 1.3	50	551	250	418	300	969
Organização Social e Comunicação	716	8.881	2.438	3.718	3.154	12.599
Reconhecimento das pessoas atingidas	27	199	140	237	167	436
Anexo 1.2	165	2.814	3.050	3.756	3.215	6.570
Reparação Socioambiental	59	879	115	186	174	1.065

Fonte: Elaboração própria (2025).

6.2 RESULTADOS ALCANÇADOS POR EIXO DO PLANO DE TRABALHO

A seguir serão apresentados os resultados do trabalho realizado ao longo dos últimos 27 meses em cada um dos objetivos específicos pactuados, a saber: Anexo 1.1, Anexo 1.3, Organização Social e Comunicação, Reconhecimento das Pessoas Atingidas, Anexo 1.2, Reparação Socioambiental e Estrutura Organizacional.

Cada eixo apresentará uma breve discussão dos resultados alcançados, apontando os avanços e as dificuldades enfrentadas para a realização do trabalho planejado, bem como os produtos entregues ao longo da execução do Plano de Trabalho e os respectivos dados relativos às atividades realizadas com pessoas atingidas. Por fim, serão apresentados os resultados finais dos indicadores de cada eixo.

6.2.1 ANEXO 1.1

O Anexo 1.1 do Acordo Judicial trata dos Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas e das Linhas de Crédito e Microcrédito, com o objetivo de abranger iniciativas voltadas à geração de trabalho e renda, ao acesso à cultura, esporte e lazer, à melhoria da qualidade de vida e à saúde, como forma de reparar os danos sofridos após o rompimento da barragem da Vale. É o único eixo do Acordo que prevê a participação ativa das pessoas atingidas em todas as etapas, o que faz dele o mais aguardado pela população, por representar uma concreta esperança de reparação, e, ao mesmo tempo, o que atribui maior responsabilidade às Assessorias Técnicas Independentes. Cabe às ATIs apoiar as comunidades em todas as etapas, como na organização da governança do Anexo, na definição das iniciativas prioritárias e no monitoramento da sua execução. No entanto, como a gestão do Anexo 1.1 não está sob responsabilidade das ATIs, mas sim da Entidade Gestora, das Instituições de Justiça e do juiz, eventuais atrasos ou impasses entre esses atores repercutem diretamente no ritmo e na abrangência do trabalho da ATI.

A [homologação da EG](#) se deu em agosto de 2023 e, no mês seguinte, a entidade apresentou sua [Petição de Aceite](#). Contudo, em dezembro de 2023, diante da alteração da proposta financeira da EG, as Instituições de Justiça suspenderam sua escolha através do [Comunicado Nº 12](#). Após meses de negociação, apenas em março de 2024, foi firmado o [Termo de Colaboração Técnica Nº 01/2024](#) entre a EG e as IJs, permitindo o início do processo participativo de elaboração da Proposta Definitiva para gestão dos recursos do Anexo 1.1. Portanto, a expectativa para o começo das atividades da EG estava previsto para setembro de 2023, mas seu trabalho só se iniciou em março de 2024, ou seja, com 6 meses de atraso. Assim, entre março e maio de 2024, foram realizados diversos espaços participativos nas regiões atingidas – com o apoio das ATIs –, que culminaram no Encontro Inter-regional, em julho de 2024, que aprovou resoluções para a Proposta Definitiva.

A análise da Proposta pelas IJs se estendeu de julho a outubro de 2024, com sucessivas prorrogações, até sua aprovação em escopo e orçamento, homologada pelo juiz em outubro. Após esse período, novas discussões ganharam as atenções dos atores envolvidos nesse processo, com destaque para o Termo de Compromisso que seria

celebrado entre IJs e EG. Em abril de 2025, esse Termo foi substituído pela [Deliberação das Instituições de Justiça](#), na qual foi determinado o início imediato da execução do Anexo 1.1, homologado pelo juiz em 27 de abril e [aceito pela EG](#) em maio.

Tal deliberação também apresentou direcionamentos sobre a atuação das ATIs no âmbito do Anexo 1.1, fixando um teto de recurso e condicionando sua continuidade à assinatura de um Termo Aditivo – já que se aproximava o fim do recurso e do cronograma dos Planos de Trabalho aprovados em 2023. Assim, desde abril de 2025, o Guaicuy tem atuado para viabilizar a continuidade das atividades, participando de negociações com as IJs, CAMF, ATIs e juiz sobre o Termo Aditivo e realizando a elaboração e revisão dos novos Planos de Trabalho. Todavia, a homologação do Termo Aditivo ainda não foi formalmente concluída e, até a elaboração do presente relatório, não houve uma definição sobre a continuidade do trabalho das ATIs.

Apesar dos diversos impasses externos que retardaram o andamento do Anexo 1.1, a ATI dedicou os últimos 27 meses a manter as comunidades mobilizadas e bem informadas, exercendo um papel decisivo para consolidar a participação da Região 5 na execução desse Anexo. Destacam-se as principais realizações no período:

- **Realização de espaços participativos** como o [“Dois Dedos de Prosa”](#), que mobilizaram, esclareceram dúvidas e mantiveram as comunidades atualizadas sobre o andamento do Anexo 1.1. *Entre julho de 2023 e setembro de 2025 ocorreram 17 edições dos “Dois Dedos de Prosa”, que contaram com 868 participações;*
- **Produção de relatórios, notas técnicas e materiais de apoio** que subsidiaram decisões das Instituições de Justiça e da Entidade Gestora;
- **Produção de materiais informativos**, incluindo uma série de vídeos com entrevistas com pessoas atingidas, **com o objetivo de manter a população atualizada e provocar discussões sobre os projetos do Anexo 1.1;**
- **Realização, sistematização e devolutiva do diagnóstico de danos coletivos** às comunidades, fortalecendo a legitimidade da sua participação;
- **Apoio às pessoas atingidas na elaboração de cartas coletivas** direcionadas à EG e às IJs, com dúvidas e reivindicações a respeito da governança do Anexo

1.1, do apoio às comissões e propostas para as câmaras temáticas e de demandas;

- **Apoio às comissões e comunidades na realização de diálogos e atividades** para identificar necessidades locais e potencialidades que podem ser traduzidas em projetos comunitários;
- **Apoio técnico, logístico e metodológico às pessoas atingidas**, assegurando sua participação qualificada **em todas as atividades promovidas pela Entidade Gestora**, com a realização de encontros preparatórios que potencializaram o aproveitamento e a efetividade de sua atuação nesses espaços;
- **Apoio técnico e metodológico para a estruturação da governança do Anexo 1.1**, principalmente a partir da **composição dos 10 Conselhos Locais** (sendo dois setores) que representam as comissões e comunidades da Região 5 e **do Conselho Regional 5**, assegurando representatividade e diversidade;
- **Realização de processos formativos** com as conselheiras e conselheiros locais e regionais, com destaque para os conteúdos de governança e regimentos internos;

Tais realizações, e as demais ações da ATI no âmbito do Anexo 1.1, viabilizaram o desenvolvimento de produtos pactuados no Plano de Trabalho, que serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 10 – Produtos entregues referente às atividades do eixo Anexo 1.1

ID	Atividade	Produtos entregues			
		2º semestre/2023	1º semestre/2024	2º semestre/2024	1º semestre/2025
1	Elaboração do Plano de Trabalho do Anexo 1.1.	Documento com o planejamento do acompanhamento da ATI da construção da Governança do Plano de Recuperação Socioeconômica PROD_ID1_R5.pdf	Documento com as propostas regionais para a governança do Anexo 1.1	Documento com as propostas regionais para a governança do Anexo 1.1 PROD_ID 1_R5.pdf	Não se aplica
2	Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1.	Compilado de planejamento e execução da governança do Anexo 1.1 PROD_ID2_Compilado_R5	Compilado de planejamento e execução da governança do Anexo 1.1, respeitando o estágio de seu desenvolvimento, de responsabilidade da EG PROD_ID2_Compilado e listagem_R5.pdf	Compilado de planejamento e execução da governança do Anexo 1.1 PROD_ID 2_R5.pdf	Compilado de planejamento e execução da governança do Anexo 1.1 ID 2_Prod_R5.pdf
3	Apoio técnico na governança do Anexo 1.1.	Compilado das ações de apoio técnico da ATI nos espaços de governança no semestre PROD_ID3_Compilado_R5	Compilado das ações de apoio técnico da ATI nos espaços de governança no semestre PROD_ID3_Compilado_R5.pdf	Compilado das ações de apoio técnico da ATI nos espaços de governança no semestre PROD_ID 3_R5.pdf	Compilado das ações de apoio técnico da ATI nos espaços de governança no semestre ID 3_Prod_R5.pdf
4	Formação sobre o Anexo 1.1.	Plano de formação sobre o Anexo 1.1 PROD_ID4_Plano_R5	Relatório de execução do semestre anterior PROD_ID4_Relatório_R5.pdf	Formação sobre o Anexo 1.1 Relatório de execução do 2º semestre de 2024 PROD_ID 4_R5.pdf	Formação sobre o Anexo 1.1 Relatório de execução do 1º semestre de 2025 ID 4_Prod_R5.pdf
5	Proposição de projetos Anexo 1.1	Não se aplica	Não se aplica	Relatório semestral dos processos participativos realizados para elaboração de projetos PROD_ID 5_R5.pdf	Relatório semestral dos processos participativos realizados para elaboração de projeto ID 5_Prod_R5.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao longo da execução do Plano de Trabalho, foram realizadas um total de **1.503** atividades e atendimentos com pessoas atingidas relacionadas ao objetivo específico do Anexo 1.1 na Região 5, sendo **394** atividades coletivas e **1.109** atendimentos (atividades em escala individual ou familiar). Nesse período, as atividades sobre o Anexo 1.1 contaram com **7.631** participações, sendo **5.761** nas atividades coletivas e **1.870** nas individuais. A tabela a seguir apresenta as informações de atividades coletivas por atividade do Plano de Trabalho do eixo Anexo 1.1.

Tabela 15 – Total de Atividades e Participações, por Atividade do Plano de Trabalho no período de Julho/2023 a Setembro/2025.

ID	Anexo 1.1	Atividades Coletivas	
		Atividades	Participações
Total		394	5.761
1	Elaboração do Plano de Trabalho do Anexo 1.1.	94	1.287
2	Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1.	217	3.033
3	Apoio técnico na governança do Anexo 1.1.	127	1.814
4	Formação sobre o Anexo 1.1.	75	1.291
5	Proposição de projetos Anexo 1.1	31	679

Fonte: Elaboração própria (2025).

AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO

Em relação à mensuração dos resultados finais, os indicadores previstos para o eixo estão relacionados ao apoio da ATI à elaboração de projetos comunitários e à definição de regras para o crédito e microcrédito, conforme objetivos das atividades IDs 5 e 6 do Plano de Trabalho. Porém, o atraso para o início da atuação da EG comprometeu o andamento do objetivo específico, que não chegou a alcançar a etapa de elaboração desses projetos nem de definição das regras de acesso ao crédito.

Ao analisar o contexto, verifica-se que alguns riscos já mapeados na elaboração do Plano de Trabalho – em especial aqueles relacionados a fatores externos à ATI, como: *i) Atrasos ou não execução da atividade pela entidade gestora do Anexo; ii) Não resolução de entraves jurídicos dos Compromitentes em relação aos operadores do Anexo* – materializaram-se e impactaram diretamente o alcance dos resultados esperados.

Nesse sentido, os indicadores inicialmente definidos para o Anexo 1.1 não puderam ser aferidos, pois buscavam medir resultados de etapas que sequer foram iniciadas em razão dos atrasos mencionados, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 11 – Indicadores do objetivo específico Anexo 1.1

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Apoio comunitário na elaboração de projetos	(Número de Instâncias Locais com pelo menos um projeto comunitário propostos e enviados com apoio da ATI / número de Instâncias Locais atendidas pelo Guaicuy) x 100	(Não foi possível mensurar devido ao atraso no cronograma da atividade)	Não se aplica
Apoio comunitário na definição de regras para o crédito e microcrédito	(Número de critérios acatados pela entidade gestora) / número de sugestões realizadas pelas pessoas atingidas, em todas as etapas) x 100	(Não foi possível mensurar devido ao atraso no cronograma da atividade)	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria (2025).

Em síntese, embora os resultados finais do Anexo 1.1 não puderam ser plenamente aferidos pelos indicadores originalmente pactuados, a atuação da ATI na Região 5 garantiu que as comunidades permanecessem mobilizadas, informadas e aptas a exercer seu protagonismo no processo de reparação. As ações desenvolvidas possibilitaram a participação organizada das pessoas atingidas nas instâncias decisórias, conferindo legitimidade à governança do Anexo e fortalecendo o caráter participativo previsto no Acordo Judicial. A articulação comunitária e a sistematização dos danos coletivos foram fundamentais para subsidiar a elegibilidade das comunidades e a definição de projetos prioritários, enquanto a produção de diagnósticos, relatórios e formações reforçou a autonomia das comissões e sua capacidade de interlocução com a Entidade Gestora e as Instituições de Justiça. Dessa forma, ainda que alguns dos produtos tenham sido concluídos parcialmente, **a meta central do Plano de Trabalho foi efetivamente alcançada: assegurar a participação informada e qualificada das pessoas atingidas na gestão democrática do Anexo 1.1.**

6.2.2 ANEXO 1.3

O Anexo 1.3 do Acordo Judicial estabeleceu que os municípios atingidos pelo rompimento da barragem da Vale receberiam recursos destinados ao fortalecimento dos serviços públicos. Desde a assinatura do Acordo, as definições sobre a destinação, execução e o monitoramento desses valores têm sido objeto de debates, mas, em grande parte, sem a participação das comunidades atingidas. Em linhas gerais o diálogo e as definições sobre a utilização dos recursos ficam restritas às prefeituras e aos compromitentes.

Nesse contexto, a atuação da ATI teve como objetivo central assegurar que as pessoas atingidas tivessem acesso às informações sobre os projetos escolhidos, as alterações de obrigação de fazer da Vale em obrigação de pagar, com a execução de alguns projetos pelas próprias prefeituras. Desde o início dos trabalhos, até os dias atuais, a ATI trabalha para fomentar que as pessoas atingidas criem mecanismos de acompanhamento e fiscalização, exercendo assim o controle social previsto no Acordo.

Importante observar que há duas linhas de atuação em relação ao Anexo 1.3: uma direcionada ao acompanhamento global das iniciativas, sejam elas do Pacote de Respostas Rápidas, da Consulta Popular (convertidos ou não) ou de Projetos Regionais, em todos os municípios onde o Guaicuy atua; outra, com acompanhamento específico e qualificado da iniciativa direcionada aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).

Dessa forma, o andamento da atuação da ATI no eixo Anexo 1.3 em relação ao acompanhamento global das iniciativas esteve diretamente condicionado à atualização das informações pela FGV enquanto auditora do Anexo, assim como a transparência das gestões municipais e abertura de estabelecer diálogo com as pessoas atingidas. Já em relação à iniciativa direcionada aos PCTs, a atuação da ATI está condicionada ao andamento das etapas estabelecidas pelos Compromitentes junto aos PCTs e à execução da Vale. Essas limitações representaram grandes desafios enfrentados pela ATI ao longo dos 27 meses de execução do Plano de Trabalho.

Nesse contexto, a atuação da ATI foi orientada por três grandes atividades que buscaram a promoção de espaços participativos voltados à criação de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais, visando ao

fortalecimento do controle social sobre os projetos do Anexo 1.3 (ID 7); o assessoramento técnico aos PCTs para a produção de documentos, encaminhamento de demandas e elaboração de protocolos (ID 8); e o acompanhamento dos PCTs em reuniões externas relacionadas ao Anexo, de acordo com a sua demanda, assegurando a manifestação das comunidades e o envio de posicionamentos aos compromitentes sempre que necessário (ID 9).

Ao longo desse período, a ATI também trabalhou para construir pontes de diálogo com as prefeituras municipais dos oito municípios atingidos da Região 5, com o objetivo de ampliar o acesso às informações e criar condições para que as comunidades atingidas pudessem exercer algum nível de controle social. Nesse sentido, foram realizados espaços participativos com as comissões e comunidades para debater estratégias de acompanhamento dos projetos, bem como para discutir os limites impostos pela escassez de informações.

Apesar das dificuldades, a atuação da ATI na Região 5 gerou resultados importantes:

- **Descentralização dos cursos profissionalizantes do Anexo 1.3**, conquistada por meio de carta enviada pelas comissões de São Gonçalo do Abaeté à prefeitura municipal, com apoio metodológico e técnico do Instituto Guaicuy. Os cursos passaram a ser ofertados presencialmente em Beira Rio, beneficiando diretamente as comunidades locais e ampliando o acesso à qualificação profissional;
- **Fortalecimento da participação política e do controle social** com a realização de audiência pública em São José do Buriti (maio/2025), convocada pela Câmara Municipal de Felixlândia, para debater a pavimentação da AMG 930. As comissões, assessoradas pela ATI, entregaram carta conjunta reivindicando transparência financeira, definição de prazos e divulgação das informações sobre a execução da obra;
- **Produção e publicação do [Painel de Acompanhamento dos Projetos do Anexo 1.3](#)**, que reuniu e sistematizou as informações atualizadas sobre valores previstos e executados, tipos de projetos e cronogramas de execução

nas Regiões 4 e 5. A iniciativa buscou enfrentar a dificuldade de acesso a dados oficiais, oferecendo às comunidades uma ferramenta de consulta pública para subsidiar o controle social;

- **Elaboração e distribuição do [Manual do Anexo 1.3](#)**, instrumento pedagógico que reuniu conceitos, explicações e orientações sobre esse eixo do Acordo. O material foi construído para facilitar a compreensão das iniciativas em andamento e ampliar a participação informada das comunidades, sendo acompanhado pela produção de materiais de comunicação, como vídeos, podcasts e matérias de divulgação;
- **Apoio técnico às pessoas atingidas na participação de audiências públicas e reuniões** com as prefeituras sobre os projetos do Anexo 1.3, com destaque ao município de Paineiras que, após articulações, passou a participar de algumas reuniões da Comissão, aproximando as pessoas atingidas e a gestão municipal em torno dos projetos do Anexo 1.3;
- **Apoio técnico às comunidades atingidas na inscrição e no acompanhamento das etapas do projeto de regularização fundiária de terras devolutas**, previsto no Anexo 1.3, e na participação das audiências públicas sobre o assunto. Em 2024, foram definidos os lotes selecionados para a fase de levantamento georreferenciado: **172 lotes na Região 5**, representando um marco no acesso a direitos fundiários pelas comunidades atingidas.

Tais realizações, e as demais ações da ATI no âmbito do Anexo 1.3, viabilizaram o desenvolvimento de produtos pactuados no Plano de Trabalho, que serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 12 – Produtos entregues referentes às atividades do eixo Anexo 1.3

ID	Atividade	Produtos entregues			
		2º semestre/2023	1º semestre/2024	2º semestre/2024	1º semestre/2025
7	Espaços participativos para o Anexo 1.3	Não se aplica	Relatório semestral dos processos participativos para a construção de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais	Relatório semestral dos processos participativos para a construção de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais	Relatório semestral dos processos participativos para a construção de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais
			PROD_ID7_Relatório_R5.pdf	PROD_ID 7_R5.pdf	ID 7_Prod_R5.pdf
8	Apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3	Compilado dos relatórios e documentos enviados ao Comitê de Compromitentes construídos no semestre com as comunidades a cada etapa dos projetos, conforme determinação dos compromitentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
		PROD_ID8_Compilado_R5			
9	Acompanhamento de PCTs em de reuniões externas sobre o Anexo 1.3	Compilado com o registro das reuniões externas realizadas no semestre com a participação das comunidades e acompanhamento da ATI	Não se aplica	Compilado com o registro das reuniões externas realizadas no semestre com a participação das comunidades e acompanhamento da ATI	Compilado com o registro das reuniões externas realizadas no semestre com a participação das comunidades e acompanhamento da ATI
		PROD_ID9_Compilado_R5		PROD_ID 9_R5.pdf	ID 9_Prod_R5.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao longo da execução do Plano de Trabalho, foram realizadas um total de **300** atividades com pessoas atingidas relacionadas ao objetivo específico do Anexo 1.3 na Região 5, sendo **50** atividades coletivas e **250** atendimentos (atividades em escala individual ou familiar). Nesse período, as atividades sobre o Anexo 1.3 contaram com **969** participações, sendo **551** nas atividades coletivas e **418** nas individuais. A tabela a seguir apresenta as informações de atividades coletivas por atividade do Plano de Trabalho do eixo Anexo 1.3.

Tabela 16 – Total de Atividades e Participações, por Atividade do Plano de Trabalho no período de Julho/2023 a Setembro/2025.

ID	Anexo 1.3	Atividades Coletivas	
		Atividades	Participações
	Total	50	551
7	Espaços participativos para o Anexo 1.3.	42	458
8	Apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3	5	67
9	Acompanhamento de PCTs em de reuniões externas sobre o Anexo 1.3	3	26

Fonte: Elaboração própria (2025).

AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO

Em relação à mensuração dos resultados finais, o indicador “apoio na constituição de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais” visa informar como se deu o apoio da ATI à formação dos conselhos, comitês ou órgãos de acompanhamento municipais dos projetos do Anexo 1.3. Durante o segundo semestre de 2023 e primeiro semestre de 2024, a equipe do Instituto Guaicuy iniciou os contatos com as prefeituras para dar início aos diálogos. Após a realização de algumas reuniões com as prefeituras da Região 5, não foi possível conciliar as agendas para viabilizar uma segunda rodada de reuniões para debater a criação de espaços participativos municipais. No segundo semestre de 2024 ocorreram as eleições municipais, o que causou um impacto nas agendas dos gestores municipais e comprometeu a articulação de reuniões com as autoridades dos municípios da Região 5. Em seguida, o período entre janeiro e março de 2025 foi marcado pela troca de legislatura e organização das novas Prefeituras. O Instituto Guaicuy fez contato com as

prefeituras municipais para apresentar o papel da Assessoria Técnica Independente e como é realizado o acompanhamento das questões relacionadas ao Anexo 1.3. Mesmo assim, as ações entre as pessoas atingidas e os poderes públicos da Região 5 não avançaram para formação de comitês e conselhos de acompanhamento das obras do Anexo 1.3 nos municípios.

Em geral existe uma grande dificuldade por parte das pessoas atingidas de acompanhar o andamento dos projetos e de localizar informações confiáveis e atualizadas pela diversidade de fontes, já que cada gestão municipal apresenta uma postura diferente referente aos projetos do Anexo 1.3. Desse modo, a ATI trabalhou, ao longo do período relativo ao Plano de Trabalho do Acordo, na atualização das informações e repasse às pessoas atingidas, atuando para promover a participação informada. Uma das primeiras iniciativas foi a criação da Frente de Trabalho do Anexo 1.3, que integrou profissionais da ATI para coordenar, sistematizar e apresentar os questionamentos das pessoas atingidas acerca dos andamentos e orçamentos das obras, bem como o encaminhar documentos e ofícios aos órgãos responsáveis, como Compromitentes e Prefeituras. Outra iniciativa da ATI foi a elaboração de um Plano de Comunicação do Anexo 1.3, cujo foco principal foi a temática do controle social e o acompanhamento do andamento dos projetos relacionados ao Anexo 1.3. O Plano de Comunicação envolveu ações como: envios de *cards* nos grupos de *WhatsApp* das Comissões de Pessoas Atingidas, com texto e áudios informativos do andamento dos projetos em destaque de cada município; elaboração do *clipping* mensal, que traz um compilado de notícias divulgadas em sites oficiais e redes de notícias externas à ATI sobre atualizações em relação aos projetos do Anexo 1.3, por meio do monitoramento de redes sociais e sites; e o Painel do Anexo 1.3, que registra mensalmente o progresso de cada projeto, nas regiões 4 e 5.

Além disso, a ATI ofereceu suporte, sempre que solicitado, às pessoas e comissões da Região 5, para elaboração de cartas e ofícios direcionados às prefeituras e aos Compromitentes, com pedidos de esclarecimentos, solicitações de informações e reclamações e realizou atividades formativas, sempre levantando a necessidade do diálogo entre prefeituras e comunidades para o acompanhamento das obras e projetos do Anexo 1.3.

Ao analisar o contexto, verifica-se que alguns riscos já mapeados na elaboração do Plano de Trabalho – em especial aqueles relacionados a fatores externos à ATI, como: i) *Problemas nos territórios que inviabilizam a execução das atividades*; ii) *Ausência ou pouco diálogo com o poder público por ser ano eleitoral*; iii) *Inviabilidade de execução por negativa de diálogo pelas prefeituras*; iv) *Ausência ou pouca disponibilidade de agenda do poder público* – materializaram-se e impactaram diretamente o alcance dos resultados esperados.

Dessa forma, a ATI realizou o acompanhamento deste Anexo com o objetivo de consolidar a participação informada e o controle social por parte das pessoas atingidas da Região 5. Porém, as negativas dos poderes públicos, a ausência de fluxos claros e respostas precisas sobre a atuação dos atores envolvidos no processo, juntamente com a generalidade das informações divulgadas sobre cada etapa dos projetos de políticas públicas, em especial os projetos convertidos, tem sido um grande obstáculo à concretização desses objetivos.

Quadro 13 – Indicadores do objetivo específico Anexo 1.3

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Apoio na constituição de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais	(Número de conselhos formados/número de municípios atendidos pelo Guaicuy) x 100	Não foi possível mensurar	PROD_ID7_Relatório_R5.pdf PROD_ID 7_R5.pdf ID 7_Prod_R5.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025).

O objetivo específico Anexo 1.3 também se propôs a mensurar o trabalho da ATI no acompanhamento de todas as etapas do Anexo 1.3 estabelecidas pelos Compromitentes junto à Povos e Comunidades Tradicionais. De acordo com as informações disponíveis no site do Comitê Pró-Brumadinho, as etapas da consulta de projetos para Povos e Comunidades Tradicionais⁸ que ocorreram dentro do cronograma do Plano de Trabalho da ATI foram as Etapas 4, 5, 6, 7 e 8. A participação das ATIs foi

⁸ As 8 etapas da consulta para Povos e Comunidades Tradicionais definidas pelos compromitentes estão disponíveis no [site do Comitê Pró Brumadinho](#).

definida pelos Compromitentes nas Etapas 4 (Comunidades elaboram documentos orientativos sobre as iniciativas), Etapa 6 (Devolutiva do conteúdo dos projetos às comunidades, para ajustes e validação) e Etapa 8 (Em caso de parecer favorável, comprometentes autorizam início da execução da iniciativa). Desse modo, o indicador foi medido com base nessas três etapas. As evidências para cada uma delas são:

- Etapa 4: os documentos orientativos que foram elaborados junto ao Povo Kaxixó, que compõe o produto da atividade ID 8 entregue no segundo semestre de 2023, além do ofício dos Compromitentes 320/2023 – que formaliza a etapa e a demanda.
- Etapa 6: as evidências do acompanhamento da reunião devolutiva do projeto realizada pela Vale com o Povo Kaxixó, que compõe o produto da atividade ID 9 entregue no primeiro semestre de 2025; e a ata dessa reunião disponibilizada pela Vale.
- Etapa 8: a ata da reunião realizada pelo Instituto Guaicuy com o Povo Kaxixó para apresentação da proposta do Termo de Compromisso a ser assinado pela comunidade para o início das obras do poço artesiano, apresentada no Relatório do terceiro trimestre de 2025.

Para a comprovação do número de comunidades de Povos e Comunidades Tradicionais reconhecidas pelos Compromitentes, indica-se a consulta ao ofício citado, que traz, como anexo, a listagem dos projetos do Anexo 1.3 de Povos e Comunidades Tradicionais por município. Será possível observar que, nas áreas atendidas pela ATI Instituto Guaicuy, listam-se a Comunidade Quilombola Saco Barreiro (Região 4) e o Povo Indígena Kaxixó (Regiões 4 e 5)⁹.

⁹ Quando o Plano de Trabalho de 2023 foi elaborado e aprovado, o povo Kaxixó era assessorado pela ATI da Região 5, porém, a partir do último trimestre de 2024 esse grupo PCTs está sendo assessorado também pela ATI da Região 4. Essa demanda partiu do próprio grupo PCT e se justifica pelo fato de parte do Povo Kaxixó se localizar na Aldeia Fundinho, no município de Pompéu. Desse modo, o indicador referente ao Acompanhamento de PCTs em todas as etapas dos projetos do Anexo 1.3 também fará parte do escopo do Relatório da Região 4.

Quadro 14 – Indicadores do objetivo específico Anexo 1.3

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Acompanhamento de PCTs em todas as etapas	(Número de relatórios ou documentos construídos com as comunidades determinados pelos Compromitentes a cada etapa dos projetos / número de comunidades de PCTs x número etapas definidas pelos Compromitentes) x 100	$(3 / 1 \times 3) = 100\%$	Ofício Compromitentes 320_2023_Doc. orientativo_Consulta PCTs.pdf Etapa 4: 8 DOCUMENTO ORIENTATIVO_Kaxixós_12.09.2023.pdf Etapa 6: ID 9 Prod_R5.pdf 9 ATA DEVOLUTIVA VALE KAXIXO 2025 0220.pdf Etapa 8: 8 Ata Kaxixos_18.09.2025.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025).

A meta desse objetivo específico, de acordo com o Plano de Trabalho, era de 50% de conselhos criados para contribuir no controle social do Anexo 1.3 do Acordo Judicial, o que não foi alcançado para a Região 5. No entanto, a meta do indicador acompanhamento de PCTs em todas as etapas foi alcançada. De maneira geral, tendo como referência as ações executadas, os resultados das atividades, a meta alcançada em relação ao atendimento dos PCT's, a dificuldade de execução já mapeada nos riscos, **podemos considerar que o objetivo específico da ATI em relação ao Anexo 1.3, promover a participação informada e o controle social no Anexo 1.3/1.4, garantindo a consulta prévia, livre e informada em respeito aos PCTs, foi efetivamente alcançada.**

6.2.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO

O eixo Organização Social e Comunicação teve como objetivo central, ao longo dos últimos 27 meses, promover a participação informada e mobilizar as comunidades atingidas para a consolidação de instâncias de organização social capazes de incidir diretamente no processo de reparação, de forma transversal a todos os Anexos do Acordo Judicial. O Plano de Trabalho definiu como prioridade a constituição e o fortalecimento das Comissões de Pessoas Atingidas (instâncias locais) e das Instâncias Regionais, com atenção especial aos Povos e Comunidades Tradicionais, além do desenvolvimento de estratégias de comunicação que garantissem o acesso a informações seguras e a construção da memória do processo de reparação.

Nesse percurso, para fortalecer a autonomia das pessoas atingidas no processo de reparação, a ATI promoveu espaços participativos para a criação e o consolidação das instâncias locais e regionais, apoiou os Povos e Comunidades Tradicionais na compreensão e defesa de seus direitos específicos, apoiou e viabilizou a participação das pessoas atingidas em eventos externos voltados ao processo de reparação e realizou atividades regulares de mobilização social, pautadas na escuta ativa, no diálogo direto e no fortalecimento de vínculos. Também produziu e distribuiu materiais de comunicação em diferentes formatos, assegurando que informações qualificadas chegassem às comunidades e contribuíssem para ampliar sua capacidade de acompanhamento e intervenção no processo.

O desenvolvimento desse eixo, contudo, esteve condicionado ao contexto dinâmico da reparação, que exigiu ajustes constantes na condução das atividades. As demandas das pessoas atingidas e as orientações das Instituições de Justiça variaram ao longo do tempo, exigindo da ATI flexibilidade para redirecionar seus passos. Um exemplo emblemático foi o andamento – e em alguns momentos a paralisação – do Anexo 1.1, que repercutiu diretamente no ritmo de trabalho dos territórios e demandou a readequação das ações planejadas.

Assim, desde julho de 2023, com o apoio da ATI, a organização social das comunidades atingidas na Região 5 teve importantes avanços e conquistas, como as que serão descritas a seguir:

- **Consolidação das Instâncias Locais:** foram constituídas **28 Comissões e coletividades**, que representam 85 comunidades da Região 5. *Entre julho de 2023 e setembro de 2025, foram realizadas 567 reuniões de comissão, que contaram com 4.785 participações;*
- Fortalecimento organizacional das Comissões: **apoio na construção e aprovação dos Regimentos Internos das comissões**, documentos que definem combinados e regras de funcionamento de cada instância local. **Dentre as 28 comissões formadas na Região 5, todas possuem um Regimento Interno aprovado e em vigor;**
- **Consolidação da Instância Regional 5 (IR5)**, composta por **96 representantes** das instâncias locais – entre titulares e suplentes; e apoio na organização da IR5, como a escrita e aprovação do Regimento Interno e definições das funções dos participantes (mediação, secretariado, relatoria e comunicação externa);
- **Organização dos PCTs:** **apoio técnico na elaboração e validação dos Protocolos de Consulta dos Ribeirinhos do Rio São Francisco e do Povo Cigano Calon**, dois dos PCTs assessorados pela ATI na Região 5;
- **Realização de 4 Encontros Regionais de Comissões**, que contaram com **311 participações**, eventos que reúnem representantes das comissões para discutir e deliberar sobre assuntos de impacto regional:
 - **2º Encontro Regional de Comissões:** construção do Planejamento Estratégico da comissões para o Anexo 1.1, a partir dos temas Simulação da conversa com a Entidade Gestora - Cáritas; Potencialidades e Danos; Mapeando Atores; Construindo o planejamento regional; PCTs; e Sistematização e Carta.
 - **3º Encontro Regional de Comissões:** construção de diretrizes para que as comissões definissem seus objetivos de atuação e discutissem caminhos para alcançá-los. Além da instituição da Instância Regional 5 e aprovação e aclamação do texto final do seu Regimento;

- **4º Encontro Regional de Comissões:** construção de canais de diálogo com atores externos, para discutir a melhoria da comunicação com as Instituições de Justiça (IJs) e Comitê Pró-Brumadinho (CPB);
- **5º Encontro Regional de Comissões:** validação do desenho da modulação dos Conselhos Locais da Governança do Anexo 1.1 e construção de uma visão de futuro junto às instâncias de participação a ser considerada na proposta de novo Plano de Trabalho para continuidade da atuação da ATI.
- **Produção de materiais formativos e orientadores** sobre a organização social, como a “Cartilha para Construção e Organização da Instância Regional” e a cartilha “Construindo o Regimento Interno da Instância Regional”;
- **Fortalecimento da autonomia das instâncias locais e regionais**, com apoio na elaboração de cartas e ofícios, articulação com movimentos sociais e prefeituras e acompanhamento das comissões em audiências públicas e manifestações.
- **Mobilização e suporte às comissões**, garantindo a convocação e presença dos representantes em reuniões por meio de diferentes canais de comunicação e fornecendo a infraestrutura necessária para sua realização.
- **Apoio técnico e administrativo às reuniões conduzidas pelas próprias comissões junto às suas comunidades**, com organização das pautas, registro de evidências, produção de relatórios e suporte secretarial para assegurar a efetividade das decisões e o controle social.
- **Disponibilização de suporte logístico – transporte, hospedagem e alimentação – para garantir a presença dos membros das comissões e instâncias regionais** em reuniões e eventos externos, viabilizando sua participação efetiva no processo de reparação;
- **Garantia da infraestrutura necessária para as atividades**, incluindo escolha e cessão de espaços (como a sede regional da ATI), fornecimento de

transporte, lanche, materiais impressos e equipamentos (flip chart, projetor, tela, computador);

- **Formação da juventude em comunicação popular**, com a realização de **sete oficinas** que resultaram no coletivo **Mídia Jovem pela Reparação**;
- **Produção de mais de 600 materiais de comunicação**, entre matérias, reportagens, documentários, vídeos-retratos, podcasts, materiais impressos, publicações em redes sociais e comunicados via WhatsApp. Esses produtos garantiram a circulação de informações estratégicas para as comunidades e o registro da luta por reparação. Um destaque foi a divulgação de documentários de fôlego, que retrataram a vida das comunidades atingidas e amplificaram denúncias, inclusive em projeções destinadas à sociedade civil e às autoridades.

Tais realizações, e as demais ações da ATI no âmbito do eixo de Organização Social e Comunicação, viabilizaram o desenvolvimento de produtos pactuados no Plano de Trabalho, que serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 15 – Produtos entregues referentes às atividades do eixo Organização Social e Comunicação

ID	Atividade	Produtos entregues			
		2º semestre/2023	1º semestre/2024	2º semestre/2024	1º semestre/2025
10	Organização das comissões	Cartilha de Orientação sobre Regimento Interno	Instância local - Organização Interna das Comissões; Instância regional - Organização Interna das Comissões	Elaboração das Instâncias Locais durante o 3o Encontro Regional de Comissões; Construção e Consolidação através do Regimento Interno	Organização, Execução e Planejamento
		PROD_ID10_Cartilha_R5	PROD_ID10_1_Compilado Local_R5.pdf PROD_ID10_2_Compilado Regional_R5.pdf	PROD_ID 10_Instância Local_R5.pdf PROD_ID 10 e 11_Instância Regional_R5.pdf	ID 10_Prod_R5.pdf
11	Organização dos PCTs	Cartilha de Orientação sobre Regimento Interno	Instância local - Construção e Organização do Regimento Interno; Instância regional - Construção e Organização do Regimento Interno	Construção e Consolidação através do Regimento Interno; IV Encontro do Observatório de Protocolos Comunitários - Apoio logístico e metodológico	Organização, Execução e Planejamento - PCTs
		PROD_ID11_Cartilha_R5	PROD_ID11_1_Compilado Local_R5 PROD_ID11_2_Compilado Regional_R5	PROD_ID 10 e 11_Instância Regional_R5.pdf PROD_ID 11_Seminário PCTs_R5.pdf	ID 11_Prod_R5.pdf
12	Apoio na participação em eventos externos	Relatório Síntese do Acompanhamento das Pessoas Atingidas em Atividades Externas PROD_ID12_Relatório_R5	Relatório Síntese do Acompanhamento das Pessoas Atingidas em Atividades Externas PROD_ID12_R5.pdf	Relatório Síntese do Acompanhamento das Pessoas Atingidas em Atividades Externas PROD_ID 12_R5.pdf	Relatório Síntese do Acompanhamento das Pessoas Atingidas em Atividades Externas ID 12_Prod_R5.pdf
13	Comunicação	Não se aplica	Plano de Comunicação da ATI Paraopeba PROD_ID13_Plano de comunicação_2024.pdf PROD_ID13_PI	Monitoramento do Plano de Comunicação PROD_ID 13_R4 e R5.pdf	Monitoramento do Plano de Comunicação ID 13_Prod_R4 e R5.pdf

ID	Atividade	Produtos entregues			
		2º semestre/2023	1º semestre/2024	2º semestre/2024	1º semestre/2025
			ano_R5.pdf		
14	Mobilização social	Extratos das atividades de mobilização realizadas com as pessoas atingidas no semestre	Extratos das atividades de mobilização realizadas com as pessoas atingidas no semestre, vinculadas aos eixos do Plano de Trabalho	Extratos das atividades de mobilização realizadas com as pessoas atingidas no semestre, vinculadas aos eixos do Plano de Trabalho	Extratos das atividades de mobilização realizadas com as pessoas atingidas no semestre, vinculadas aos eixos do Plano de Trabalho
		PROD_ID14_Extrato_R5	PROD_ID14_Extrato_01_2024_R5.pdf	PROD_ID14_Extrato_R5.pdf	ID 14_Prod_R5.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao longo da execução do Plano de Trabalho, foram realizadas um total de **3.154** atividades e atendimentos com pessoas atingidas relacionadas ao objetivo específico de Organização Social e Comunicação na Região 5, sendo **716** atividades coletivas e **2.438** atendimentos (atividades em escala individual ou familiar). Nesse período, as atividades sobre Organização Social e Comunicação contaram com **12.599** participações, sendo **8.881** nas atividades coletivas e **3.718** nas individuais. A tabela a seguir apresenta as informações de atividades coletivas por atividade do Plano de Trabalho do eixo Organização Social e Comunicação.

Tabela 17 – Total de Atividades e Participações, por Atividade do Plano de Trabalho no período de Julho/2023 a Setembro/2025.

ID	Organização Social e Comunicação	Atividades Coletivas	
		Atividades	Participações
Total		716	8.881
10	Organização das comissões	511	6.469
11	Organização dos PCTs	88	1.426
12	Apoio na participação em eventos externos	44	618
13	Comunicação	42	440
14	Mobilização social	208	2.803

Fonte: Elaboração própria (2025).

AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO

Os indicadores previstos para o eixo Organização Social estão relacionados à consolidação das Instâncias de Participação Local e Regional e serão aferidos por meio dos produtos gerados pelas atividades com ID 10 (organização das comissões) e 11 (organização dos PCTs). As etapas e produtos necessários para a aferição intermediária do indicador “Abrangência das Instâncias Regionais”, foram concluídos no segundo semestre de 2024, desse modo, apresentam-se um dos Produtos das atividades ID 10 e 11 referentes ao período e o Regimento Interno da Instância Regional (IR5). Esses produtos comprovam a realização das etapas do processo de consolidação da IR5 como representativa das comunidades, comissões e PCTs da Região 5.

Quadro 16 – Indicadores do objetivo específico Organização Social

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Abrangência das Instâncias Regionais	(Número de Instâncias Regionais estabelecidas/número de regionais atendidas) x 100	$(1 / 1) \times 100 = 100\%$	PROD_ID 10 e 11_Instância Regional R5.pdf ID 10_Prod R5.pdf ID 11_Prod R5.pdf Regimento_IR5.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025)

Já o indicador “Apoio Estratégico às Instâncias Locais” não pode ser mensurado conforme o planejamento realizado no Plano de Trabalho. Durante o ano de 2024, algumas atividades do Plano sofreram impactos no cronograma devido à mobilização da ATI para atender às demandas do Anexo 1.1 naquele momento, conforme foi discutido em vários relatórios trimestrais ao longo daquele ano. Entretanto, a atividade permaneceu em execução e, ao fim do 1º semestre de 2024 foi apresentado um compilado de informações que descrevem os processos de apoio da ATI à organização interna das Instâncias Locais da Região 5, como produto das atividades IDs 10 e 11.

Considerando, assim, a continuidade do trabalho da ATI junto às Instâncias Locais, teve início no segundo semestre de 2024 o trabalho relacionado à discussão e construção de suas diretrizes de planejamento estratégico. Um dos momentos centrais desse processo foi o 3º Encontro de Comissões da R5, que ocorreu nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2024, na cidade de Curvelo/MG. Os representantes das comissões e PCTs presentes no encontro se dividiram em quatro grupos de trabalho para tratar das seguintes categorias de temas que fariam parte de seus planejamentos estratégicos: 1. Diálogo com Atores Externos; 2. Comunicação Comunitária; 3. Participação Ativa e, 4. Diálogo com Atores Externos. Os produtos das atividades ID 10 e 11 do segundo semestre de 2024 descrevem como ocorreu essa construção e seus encaminhamentos.

As circunstâncias e dinâmicas do território indicaram que a construção dos planejamentos estratégicos das comissões/instâncias locais deveria se dar de forma

integrada com a consolidação da Instância Regional (IR), que por sua vez passou a se configurar como eixo estruturante do processo de planejamento coletivo. A IR, nesse contexto, tornou-se o espaço central de articulação e planejamento, permitindo que as comissões construíssem conjuntamente estratégias e prioridades.

Desse modo, os produtos das atividades IDs 10 e 11 do primeiro semestre de 2025 “Instância Regional 5: Organização, Execução e Planejamento” refletiram a readequação da estratégia inicialmente prevista no Plano de Trabalho, que indicava a entrega dos “Planejamentos estratégicos das instâncias locais”. Outro elemento importante foi a expectativa de saída da ATI do território, prevista para setembro de 2025. Essa alteração impactou diretamente o foco das ações do semestre, reforçando a necessidade de aprofundar a estruturação da IR como uma instância capaz de sustentar e qualificar a atuação das comissões no médio e longo prazo.

Por fim, vale destacar que a priorização da IR não representou uma ruptura com os planejamentos locais, mas sim uma via de fortalecimento mútuo. As comissões contribuíram com a consolidação da IR entendendo que esse processo fazia parte de seus próprios planejamentos estratégicos. A IR, uma vez constituída, passou também a operar como um espaço de retroalimentação, apoio e qualificação para o planejamento interno das instâncias locais, gerando um ciclo de fortalecimento coletivo entre os níveis local e regional.

Depreende-se, desse processo, que a opção pela não elaboração dos Planejamentos Estratégicos das comissões passa pela forma como as próprias comissões e pessoas atingidas decidiram conduzir sua organização social. No caso da concretização dos resultados planejados para essa atividade, observou-se a materialização do risco mapeado no Plano de Trabalho, que diz respeito à possibilidade de *Proposição das pessoas atingidas por outro instrumento de planejamento*, o que se consolidou como uma mudança de estratégia, e não num instrumento. Por isso, não foi possível realizar a aferição desse indicador da Organização Social conforme planejado no Plano de Trabalho.

De todo modo, apresentam-se a seguir os produtos das atividades IDs 10 e 11, que descrevem o percurso da ATI junto às comissões no apoio ao planejamento coletivo, tanto internamente – com a criação dos Regimentos Internos e organização da

comissão, quanto externamente – com a orientação, discussão e sistematização de diretrizes para o seu planejamento estratégico, e, por fim, no fortalecimento da Instância Regional. Os resultados e produtos apresentados evidenciam os avanços obtidos e comprovam a execução das atividades IDs 10 e 11.

Quadro 17 – Indicadores do objetivo específico Organização Social

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Apoio estratégico às Instâncias Locais	(Número de planos estratégicos formulados pelas Instâncias Locais/número de Instâncias Locais atendidas pelo Guaicuy) x 100	(Não foi possível mensurar devido ao contexto do processo de organização das Instâncias Locais)	PROD_ID 10_Instância Local_R5.pdf
			PROD_ID 11_Instância Local PCTs_R5.pdf
			ID 10_Prod_R5.pdf
			ID 11_Prod_R5.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025)

Para o objetivo específico da Organização social, foram estabelecidas duas metas no Plano de Trabalho: “100% do indicador de Abrangência das Instâncias Regionais”, o que foi alcançado e “80% do indicador de Apoio Estratégico às Instâncias Locais”, que não pôde ser mensurado, conforme informado. **Importante destacar que pelos resultados alcançados e narrados anteriormente, evidencia que o objetivo de promover a participação informada de forma a mobilizar as pessoas e comunidades atingidas para a estruturação da organização social que incida sobre o processo de reparação, foi alcançado de maneira satisfatória.**

6.2.4 RECONHECIMENTO DAS PESSOAS ATINGIDAS

O eixo de Reconhecimento das Pessoas Atingidas teve como objetivo viabilizar o reconhecimento e o autorreconhecimento de pessoas, coletivos e comunidades atingidas, em especial dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), assegurando seu acesso ao processo de reparação previsto no Acordo Judicial. Na Região 5, o Instituto Guaicuy desenvolveu um trabalho contínuo de escuta, formação e assessoramento, orientado para o fortalecimento da identidade coletiva das comunidades e para a ampliação do entendimento sobre os direitos reparatórios.

As primeiras ações desse eixo foram iniciadas em Planos de Trabalho anteriores, em um contexto desafiador, marcado pela pandemia e por limitações logísticas no alcance territorial. Entre 2023 e 2025, essas ações foram aprofundadas, consolidando a presença da ATI nos territórios e fortalecendo os vínculos com as comunidades. O trabalho consistiu tanto em apoiar comunidades já assessoradas quanto em acompanhar o processo de inclusão de novas localidades, promovendo a reflexão sobre o conceito de “atingido” e sobre os danos decorrentes do rompimento da barragem.

Nesse período, importantes conquistas foram alcançadas. Uma delas foi o reconhecimento e a inclusão de novas comunidades no Programa de Transferência de Renda (PTR), assegurando que famílias até então excluídas pudessem ter acesso a esse direito. O caso da comunidade de Ribeirão do Bagre, em Felixlândia, é um importante exemplo: após acompanhamento técnico e mobilização comunitária, ela passou a integrar oficialmente o programa, consolidando uma vitória significativa para seus moradores.

Em 2023, o Instituto Guaicuy iniciou também o assessoramento aos Povos de Terreiro de Morada Nova de Minas, organizados na Comissão Guiados pelo Axé, que, em 2024, formalizaram sua carta de autorreconhecimento junto às Instituições de Justiça. Esse documento representou um marco simbólico e político para os povos de matriz africana da região, fortalecendo a legitimidade de suas demandas e o reconhecimento de seus direitos coletivos.

Outro avanço relevante ocorreu com a atualização, em fevereiro de 2024, da listagem de poligonais reconhecidas pela FGV, o que possibilitou a inclusão de diversas comunidades no PTR e incentivou o movimento de autorreconhecimento em outras localidades, como Panorama, Ribeirão do Boi e Satélite, no município de Três Marias. Nessas comunidades, a atuação da ATI tem sido essencial para a construção da organização local e o acesso às medidas de reparação.

Esses resultados revelam que o processo de reconhecimento vai além da dimensão territorial: trata-se de um exercício político e pedagógico de reflexão sobre os danos vividos e sobre o pertencimento coletivo. A partir do diálogo promovido pela ATI, muitas comunidades passaram a compreender que “atingido” é todo aquele que sofreu os impactos diretos ou indiretos do rompimento, superando visões restritas e fortalecendo o entendimento sobre seus próprios direitos.

O trabalho de assessoramento desenvolvido pela ATI também contribuiu para que as comunidades tivessem condições de questionar decisões técnicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em relação às poligonais do PTR. Essa atuação resultou em revisões importantes, como nos casos de Beira Rio (São Gonçalo do Abaeté) e Poções-Atoleiro (Paineiras), que conquistaram o acesso ao benefício após processos de incidência apoiados tecnicamente pelo Instituto.

Assim, **o eixo de Reconhecimento das Pessoas Atingidas na Região 5 cumpriu seus objetivos previstos no Plano de Trabalho, consolidando avanços no acesso a direitos, no fortalecimento das identidades coletivas e na ampliação da organização social sobre o processo de reparação.** Ainda que novos desafios se apresentem com o avanço dos demais eixos, especialmente o Anexo 1.1, a atuação da ATI permanece essencial para garantir que o processo de reconhecimento continue sendo plural, participativo e construído a partir das próprias comunidades atingidas.

As ações da ATI no âmbito do Reconhecimento das Pessoas Atingidas, viabilizaram o desenvolvimento de produtos pactuados no Plano de Trabalho, que serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 18 – Produtos entregues referentes às atividades do eixo Reconhecimento

ID	Atividade	Produtos entregues			
		2º semestre/2023	1º semestre/2024	2º semestre/2024	1º semestre/2025
17	Mapeamento de comunidades não reconhecidas	Listagem e Localização de Comunidades auto identificadas como atingidas	Mapeamento de Comunidades não Reconhecidas	Mapeamento de comunidades não reconhecidas	Não se aplica
		PROD_ID17_Listagem_R5	PROD_ID17_R5.pdf	PROD_ID 17_R5.pdf	

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao longo da execução do Plano de Trabalho, foram realizadas um total de **167** atividades com pessoas atingidas relacionadas ao objetivo específico de Reconhecimento na Região 5, sendo **27** atividades coletivas e **140** atendimentos (atividades em escala individual ou familiar). Nesse período, as atividades sobre Reconhecimento contaram com **436** participações, sendo **199** nas atividades coletivas e **237** nas individuais. A tabela a seguir apresenta os dados de atividades coletivas.

Tabela 18 – Total de Atividades e Participações, por Atividade do Plano de Trabalho no período de Julho/2023 a Setembro/2025.

ID	Reconhecimento das pessoas atingidas	Atividades Coletivas	
		Atividades	Participações
17	Mapeamento de comunidades não reconhecidas	27	199

Fonte: Elaboração própria (2025).

AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO

O indicador previsto para o eixo Reconhecimento procura mensurar o trabalho da ATI no apoio à autoidentificação de comunidades/coletividades atingidas, por meio do apoio técnico e institucional para o reconhecimento enquanto atingidas no processo de reparação.

No período compreendido entre abril e junho de 2024, ocorreu o reconhecimento de quatro novas comunidades na Região 5: Ribeirão do Bagre, no município de Felixlândia; Panorama e Parque das Gemas, no município de Três Marias; e Galheiros, no município de Paineiras. O processo de autoidentificação de parte dessas comunidades adveio da divulgação das novas poligonais, que incluem comunidades da Região 5 no Programa de Transferência de Renda – PTR. O Instituto Guaicuy divulgou amplamente essas inclusões, o que desencadeou a procura por assessoramento por parte de representantes das comunidades.

No segundo semestre de 2024, os Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMAs) de Morada Nova de Minas avançaram no processo de autorreconhecimento, iniciado em 2023 com a formação da Comissão Guiados pelo Axé. Com apoio da ATI, foi construída uma carta de autorreconhecimento,

enviada em 21 de agosto de 2024 a diversos atores do processo de reparação, incluindo órgãos de justiça, a entidade gestora do Anexo 1.1 (Cáritas), a FGV, a prefeitura de Morada Nova de Minas.

Desse modo, a ATI apoiou o processo de reconhecimento de cinco comunidades/ coletividades na Região 5 durante a execução do Plano de Trabalho. Os produtos das atividades ID 17 do primeiro e do segundo semestre de 2024 apresentam a descrição dos processos mencionados acima.

Quadro 19 – Indicador do objetivo específico Reconhecimento

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Apoio à novas comunidades/ coletividades	(Documentos enviados às IJs pela ATI com o pleito de inclusão / Comunidades ou coletividades que se autoidentificam como atingidas e não estão contempladas em alguma medida de reparação do Acordo Judicial) x 100	(5 / 5) x 100 = 100%	PROD_ID17_R5.pdf PROD_ID 17_R5.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025).

6.2.5 ANEXO 1.2

O Anexo 1.2 do Acordo Judicial estabeleceu o Programa de Transferência de Renda (PTR) como medida reparatória emergencial para garantir condições mínimas de subsistência às famílias atingidas. O eixo Anexo 1.2 tem como objetivo acompanhar o processo de implementação do PTR, assegurando o acesso das famílias atingidas às informações, orientações e apoio técnico às comunidades. Na Região 5, a atuação da Assessoria Técnica Independente (ATI) foi decisiva para garantir que pessoas e famílias até então excluídas do programa pudessem compreender seus direitos e acessar o benefício.

Embora o Plano de Trabalho previsse um apoio de caráter residual, na prática o eixo assumiu papel importante no cotidiano das atividades da ATI. **Entre 2023 e 2025, cerca de 44% dos atendimentos realizados na Região 5 estiveram relacionados ao Anexo 1.2, evidenciando o volume de demandas e a complexidade dos problemas enfrentados pelas comunidades.** Grande parte das famílias ainda apresentava dúvidas quanto às poligonais, aos critérios de elegibilidade, à documentação necessária, ao status cadastral e às respostas da Fundação Getulio Vargas (FGV), gestora do programa.

Para enfrentar esses desafios, a ATI estruturou um trabalho contínuo de orientação técnica, escuta qualificada e mediação institucional. As equipes realizaram atividades presenciais e remotas, tanto individuais quanto coletivas, a fim de esclarecer dúvidas, analisar casos específicos e elaborar encaminhamentos às Instituições de Justiça e à FGV. Também foram produzidas notas técnicas e ofícios para subsidiar pedidos de revisão e corrigir inconsistências identificadas nas delimitações territoriais das poligonais e nas negativas de acesso ao benefício.

O assessoramento técnico ocorreu em diferentes níveis. No plano individual e familiar, a ATI ofereceu análise documental, orientação sobre comprovação de residência e encaminhamento de casos de exclusão indevida, com base no Termo de Referência da entidade gestora. No plano coletivo, apoiou comissões e comunidades na construção de documentos e manifestações formais, organizando reuniões, ofícios e

cartas, e atuando como mediadora em encontros com o poder público e instituições envolvidas no processo de reparação.

O período entre julho de 2023 e setembro de 2025 foi marcado por importantes conquistas. Um dos principais avanços foi o **reconhecimento integral dos limites da Comunidade de Poções (Paineiras) e da Comunidade Beira Rio (Três Marias)**. No primeiro caso, as delimitações cartográficas iniciais apresentadas pela FGV divergiam da realidade local; no segundo, a comunidade sequer havia sido incluída no PTR. Após a apresentação, pela ATI, de elementos técnicos comprobatórios da elegibilidade das famílias, e mediante mobilização comunitária e diálogo com as Instituições de Justiça, ambas as situações foram revistas e corrigidas, garantindo o acesso das comunidades ao benefício.

Esses resultados evidenciam o papel essencial da ATI no fortalecimento da participação informada e no controle social do Programa de Transferência de Renda. O acompanhamento técnico e metodológico possibilitou às comunidades compreenderem o funcionamento do PTR, identificarem erros e agirem coletivamente para corrigi-los – transformando informações em instrumentos de reivindicação de direitos.

Além de assegurar o acesso direto ao benefício, a atuação da ATI contribuiu para consolidar uma cultura de transparência e protagonismo comunitário, estimulando as pessoas atingidas a compreenderem o alcance das medidas reparatórias e a participarem das decisões que as afetam. O trabalho desenvolvido também produziu insumos técnicos relevantes para as Instituições de Justiça, reforçando a qualidade e a legitimidade do processo de reparação.

Alguns dos principais resultados do trabalho desempenhado nos últimos 27 meses serão apresentados a seguir:

- **Realização de 3.050 atendimentos individuais e familiares** (presenciais e remotos) na Região 5, com escuta qualificada, análise documental e orientação técnica, encaminhando casos de erro ou negativa para revisão pela FGV;

- **Realização de 165 atividades coletivas**, na Região 5, para esclarecer dúvidas sobre critérios de inclusão, documentação necessária, cadastros, respostas da gestora e negativas de acesso;
- **Elaboração de notas técnicas e ofícios** fundamentando demandas coletivas, com base no Termo de Referência do programa, que foram enviados às Instituições de Justiça e à FGV;
- **Reconhecimento integral Comunidade de Poções (Paineiras) e inclusão da Comunidade Beira Rio (Três Marias) no Programa de Transferência de Renda**, após apresentação de estudos técnicos e mobilização comunitária conduzida pela ATI;
- **Apoio técnico às comissões e comunidades na elaboração de cartas, documentos e manifestações**, fortalecendo sua capacidade de reivindicação e de controle social sobre a implementação do PTR;
- **Participação e mediação em reuniões institucionais com a FGV e Instituições de Justiça**, assegurando que as demandas apresentadas pelas comunidades fossem debatidas em instâncias formais de decisão;
- **Ampliação do acesso à informação e dos canais de interlocução das pessoas atingidas**, com divulgação de materiais explicativos, esclarecimento de dúvidas sobre o PTR e acompanhamento dos processos junto aos campos volantes da FGV.

Tais realizações, e as demais ações da ATI no âmbito do eixo do Anexo 1.2, viabilizaram o desenvolvimento de produtos pactuados no Plano de Trabalho, que serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 20 – Produtos entregues referentes às atividades do eixo Anexo 1.2

ID	Atividade	Produtos entregues			
		2º semestre/2023	1º semestre/2024	2º semestre/2024	1º semestre/2025
18	Apoio técnico individual e/ou familiar no Anexo 1.2	Apoio Técnico Individual e/ou Familiar	Programa de Transferência de Renda - Consolidado de ofícios e documentos enviados	Programa de Transferência de Renda - Consolidado de ofícios e documentos enviados	Atendimentos Anexo 1.2; Consolidado de ofícios e documentos enviados
		PROD_ID18_Planilha_R5	PROD_ID18_Compilado_R5.pdf	PROD_ID18_Compilado_R5.pdf	PROD_ID 18_R5.pdf
19	Apoio técnico às comunidades e comissões no Anexo 1.2	Apoio Técnico às Comunidades e Comissões	Programa de Transferência de Renda - Consolidado de ofícios e documentos enviados	Programa de Transferência de Renda - Consolidado de ofícios e documentos enviados	Consolidado de ofícios e documentos enviados
		PROD_ID19_Consolidado_R5	PROD_ID19_Compilado_R5.pdf	PROD_ID19_Compilado_R5.pdf	PROD_ID 19_R5.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao longo da execução do Plano de Trabalho, foram realizadas um total de **3.215** atividades com pessoas atingidas relacionadas ao objetivo específico Anexo 1.2 na Região 5, sendo **165** atividades coletivas e **3.050** atendimentos (atividades em escala individual ou familiar). Nesse período, as atividades sobre o Anexo 1.2 contaram com **6.750** participações, sendo **2.814** nas atividades coletivas e **3.756** nas individuais. A tabela a seguir apresenta as informações de atividades coletivas por atividade do Plano de Trabalho do eixo Anexo 1.2.

Tabela 19 – Total de Atividades e Participações, por Atividade do Plano de Trabalho no período de Julho/2023 a Setembro/2025.

ID	Anexo 1.2	Atividades Coletivas	
		Atividades	Participações
Total		165	2.814
18	Apoio técnico individual e/ou familiar no Anexo 1.2	10	142
19	Apoio técnico às comunidades e comissões no Anexo 1.2	159	2761

Fonte: Elaboração própria (2025).

AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO

O indicador previsto para o eixo Anexo 1.2 procura mensurar o trabalho da ATI quanto às formalizações realizadas às instituições competentes e à busca por respostas a serem devolvidas às pessoas atingidas sobre o Programa de Transferência de Renda – PTR.

O conhecimento das demandas que são formalizadas pela ATI ocorre de diversas formas, entre as tantas atividades realizadas junto às pessoas atingidas. Ao longo dos trabalhos, realiza-se o registro dos atendimentos, das demandas e dos documentos produzidos por ou com o assessoramento da ATI. Desse modo, as evidências que comprovam o indicador são os documentos que materializam esse acompanhamento: as planilhas dos produtos das atividades IDs 18 e 19, registrados semestralmente entre julho de 2023 e junho de 2025 e os documentos que formalizam as demandas identificadas (cartas, ofícios, e-mails, notas técnicas, entre outros). Registra-se que, em atenção à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), alguns ofícios enviados e respostas

recebidas não serão compartilhados por conter dados pessoais dos indivíduos atingidos. Assim, as informações do produto 18, especificamente, se referem a um consolidado com os comprovantes de envio, bem como das respostas dos documentos relativos a demandas individuais e/ou familiares.

Ademais, alguns desses documentos são originados de solicitações, questionamentos e demandas recolhidas de modo coletivo, podendo representar pleitos semelhantes originados de diversos indivíduos, comunidades ou comissões espalhadas no território atingido. Ocasionalmente, os documentos de formalização dessas demandas representam toda a região. Desse modo, o número de comunidades que solicitam respostas às IJs ou FGV, bem como o número de comunidades atingidas que reportam problemas de acesso ao PTR à ATI, está sendo considerado como o número total de comunidades que são elegíveis ao PTR na Região 5.

Quadro 21 – Indicador do objetivo específico Anexo 1.2

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Busca por respostas sobre o PTR	(Número de comunidades que solicitam respostas à FGV ou IJs / número de comunidades atingidas que reportam ao Guaicuy problemas de acesso ao PTR) x 100	(84 / 84) x 100 = 100%	PROD_ID18_Planilha_R5
			PROD_ID19_Consolidado_R5
			PROD_ID18_Compilado_R5.pdf
			PROD_ID19_Compilado_R5.pdf
			PROD_ID 18_R5.pdf
			PROD_ID 19_R5.pdf
			ID 18_Prod_R5.pdf
			ID 19_Prod_R5.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025).

A meta desse objetivo específico, de acordo com o Plano de Trabalho, era de 80% do indicador “busca por respostas sobre o PTR”. Desse modo, verifica-se o atingimento da meta estabelecida para a Região 5.

6.2.6 REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O eixo Reparação Socioambiental tem como objetivo promover a participação informada, a organização comunitária e o controle social sobre as ações de reparação ambiental e de saúde previstas no Acordo Judicial, assegurando que as pessoas atingidas compreendam, acompanhem e busquem formas de incidir sobre o processo. Nesse contexto, a atuação da ATI concentrou-se em três frentes principais: a **formação de lideranças** sobre o conteúdo dos planos e estudos relacionados à reparação socioambiental; o **acompanhamento de reuniões externas e audiências** realizadas por instituições responsáveis pelos estudos e auditorias; e o **compartilhamento de dados socioambientais e de saúde** produzidos pelo próprio Instituto Guaicuy, como forma de fomentar transparência e facilitar o controle social.

Entre julho de 2023 e setembro de 2025, o eixo alcançou os objetivos e metas previstos no Plano de Trabalho, consolidando-se como um espaço de diálogo técnico e político entre as comunidades atingidas e os diversos atores institucionais envolvidos na reparação ambiental da Bacia do Paraopeba. Nesse período, a ATI realizou atividades formativas voltadas às lideranças das comissões, aprofundando o entendimento sobre a reparação socioambiental. Essas ações buscaram traduzir os conteúdos técnicos dos planos e estudos para uma linguagem acessível, permitindo que as pessoas atingidas compreendessem seu significado e pudessem acompanhar criticamente sua execução.

A ATI também manteve presença contínua nas reuniões e audiências públicas promovidas por instituições externas – como EPA, Aecom, Arcadis e Instituições de Justiça – garantindo que as informações discutidas nesses espaços fossem repassadas às comunidades e convertidas em materiais informativos e notas de esclarecimento. Essa mediação contribuiu para reduzir a assimetria de informações entre os diferentes atores do processo e reforçou o papel da população atingida como sujeito ativo da reparação.

Outro destaque importante foi o esforço contínuo de sistematização, organização e divulgação dos dados primários socioambientais e de saúde produzidos pelo Instituto Guaicuy desde o início do trabalho como ATI nas Regiões 4 e 5. O banco de dados foi disponibilizado de forma aberta, assegurando o livre acesso às informações

(resguardados os dados sensíveis) por pessoas atingidas, órgãos públicos, pesquisadores, estudantes, organizações da sociedade civil e instituições de justiça. Essa abertura não apenas ampliou a transparência e o controle social, mas também incentivou o uso das informações produzidas pela ATI para fins de pesquisa, formulação de políticas públicas e acompanhamento técnico dos processos de reparação.

O encerramento desse ciclo de trabalho foi marcado pela realização de um evento público e pelo lançamento de um e-book, que reuniu os principais dados, análises e reflexões construídas ao longo do período. Esses produtos sintetizaram o esforço do Instituto Guaicuy em transformar o conhecimento acumulado em instrumento de fortalecimento social, de ampliação da transparência e de valorização do protagonismo das pessoas atingidas no acompanhamento da reparação socioambiental.

Ao longo dos últimos 27 meses, destacam-se os principais feitos da ATI em relação ao eixo de Reparação Socioambiental:

- **Realização de dois ciclos formativos para lideranças das Regiões 4 e 5** – a partir das demandas mapeadas – abordando temas como o PRSABP, os ERSHRE, o Plano de Manejo de Rejeitos, o Anexo 2.2 (saneamento básico) e as relações entre os anexos socioeconômicos e ambientais. Os ciclos de formação envolveram comissões, Povos e Comunidades Tradicionais e jovens e crianças da Ciranda da Reparação;
- **Produção e divulgação de materiais de formação popular e comunicação socioambiental**, incluindo vídeos, textos, boletins, manuais, tutoriais e notas técnicas em linguagem acessível, além da publicação do material impresso *Travessia*, que se tornou referência informativa sobre o andamento do PRSABP e dos ERSHRE;
- **Acompanhamento técnico e político contínuo das reuniões e audiências** realizadas por Aecom, Arcadis, Compromitentes, órgãos públicos e Instituições de Justiça, com presença ativa da ATI em espaços de discussão sobre os estudos ambientais, a dragagem do Paraopeba, os planos de saneamento e as outorgas de água. As informações debatidas foram

sistematizadas em boletins, relatórios e ofícios, fortalecendo a interlocução das comunidades com os órgãos responsáveis;

- **Apoio direto às comissões e coletivos locais** em temas como o monitoramento hídrico, a qualidade da água e riscos ambientais, com análise de boletins do IGAM, elaboração de ofícios técnicos e encaminhamento de reivindicações às autoridades competentes. A atuação da ATI resultou em manifestações técnicas junto ao Ministério Público e ao Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública, assegurando que as demandas das pessoas atingidas fossem formalmente registradas e consideradas;
- **Disponibilização e ampliação do [acesso público à base de dados socioambientais e de saúde](#)** produzida pelo Instituto Guaicuy, com documentos anonimizados e acessíveis a pessoas atingidas, pesquisadores, instituições públicas e sociedade civil;
- **Lançamento do e-book “[Após a lama, o rio](#)”**, que reúne análises técnicas, depoimentos e dados do diagnóstico socioambiental do Baixo Paraopeba, Três Marias e comunidades do São Francisco. O material foi reconhecido como instrumento de democratização do conhecimento e de mobilização social em torno da reparação ambiental;
- **Realização de evento público e ações de divulgação** para apresentação da base de dados e do e-book, além da publicação de matérias, entrevistas e participações em programas de rádio e mídia especializada, fortalecendo o engajamento social e a visibilidade das questões socioambientais da Bacia do Paraopeba.

Tais realizações, e as demais ações da ATI no âmbito da Reparação Socioambiental, viabilizaram o desenvolvimento de produtos pactuados no Plano de Trabalho, que serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 22 – Produtos entregues referentes às atividades do eixo Reparação Socioambiental

ID	Atividade	Produtos entregues			
		2º semestre/2023	1º semestre/2024	2º semestre/2024	1º semestre/2025
20	Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental	Consolidado de solicitações de formações sobre a reparação socioambiental por comissão no semestre; Plano de formação	Consolidado de solicitações de formações sobre a reparação socioambiental; Relatório das formações executadas no semestre	Consolidado de solicitações de formações sobre a reparação socioambiental; Relatório das formações executadas no semestre	Consolidado de solicitações de formações sobre a reparação socioambiental; Relatório das formações executadas no semestre
		PROD_ID20_Consolidado_R5 PROD_ID20_Plano_R5	PROD_ID 20_Consolidado_R5.pdf ; PROD_ID 20_Relatório_R5.pdf	PROD_ID 20_R5_Consolidado.pdf ; PROD_ID 20_R5_Relatório.pdf	ID 20_Prod_R5.pdf
21	Acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental	Manual de Acesso à Informação Socioambiental e Consolidado de Materiais Elaborados no Semestre Relacionados ao Tema	Consolidado de reivindicações e documentos elaborados no semestre relacionados ao tema.	Consolidado de reivindicações e documentos elaborados no semestre relacionados ao tema.	Consolidado de reivindicações e documentos elaborados no semestre relacionados ao tema.
		PROD_ID21_Manual_R5	PROD_ID 21_Consolidado_R5.pdf ; PROD_ID21_Manual_R5	PROD_ID 21_R5.pdf	ID 21_Prod_R5.pdf
22	Compartilhamento de dados primários socioambientais e de saúde	Plano de realização do evento de lançamento da base de dados	Materiais de comprovação da realização do evento de lançamento da base de dados; Listagem atualizada de instituições e/ou pessoas que solicitaram acesso aos dados	Listagem atualizada de instituições e/ou pessoas que solicitaram acesso aos dados	Não se aplica
		PROD_ID22_Plano_R5	PROD_ID22_Evento e Listagem_R5	PROD_ID 22_R4 e R5.pdf	

Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao longo da execução do Plano de Trabalho, foram realizadas um total de **174** atividades com pessoas atingidas relacionadas ao objetivo específico Reparação Socioambiental na Região 5, sendo **59** atividades coletivas e **115** atendimentos (atividades em escala individual ou familiar). Nesse período, as atividades sobre a Reparação Socioambiental contaram com **1.065** participações, sendo **879** nas atividades coletivas e **186** nas individuais. A tabela a seguir apresenta as informações de atividades coletivas por atividade do Plano de Trabalho do eixo Reparação socioambiental.

Tabela 20 – Total de Atividades e Participações, por Atividade do Plano de Trabalho no período de Julho/2023 a Setembro/2025.

ID	Reparação Socioambiental	Atividades Coletivas	
		Atividades	Participações
Total		59	879
20	Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental	35	544
21	Acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental	20	314
22	Compartilhamento de dados primários socioambientais e de saúde	5	75

Fonte: Elaboração própria (2025).

AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS INDICADORES DO EIXO

O indicador “apoio no controle social da Reparação Socioambiental” procura mensurar o trabalho da ATI na formação de lideranças sobre a Reparação Socioambiental com o objetivo de favorecer a inclusão de reivindicações, possibilitando a obtenção de respostas concretas, e a busca pela inclusão da Região 5 no Plano. Partindo-se de um mapeamento inicial realizado no segundo semestre de 2023, foram traçadas as diretrizes pedagógicas gerais para atuação da ATI junto às comissões, que foram apresentadas no Plano Político Pedagógico preparado para ser desenvolvido em dois ciclos na Região 5 durante o ano de 2024.

As formações foram realizadas no segundo semestre de 2024. Durante a realização do Ciclo 1, as demandas por outros temas foram registradas e assim, novos assuntos e subtemas relacionados à Reparação Socioambiental e Estudos de Risco foram integrados ao levantamento anterior e subsidiaram as formações do Ciclo 2.

O indicador “apoio no controle social da reparação socioambiental” está relacionado aos produtos da atividade ID 20, o “Consolidado de solicitações de formação sobre reparação socioambiental” e o “Relatório das Formações executadas no semestre”, relativos ao segundo semestre de 2024 e anexados no quadro a seguir. Neles é possível observar que o Instituto Guaicuy recebeu solicitações por formação de 26 comissões da Região 5. As formações, por sua vez, atingiram representantes de 25 comissões. Ressalta-se que, no relatório das formações realizadas, foi contabilizada a comunidade de origem das lideranças presentes na formação. O número de comissões, desse modo, foi estabelecido com base na contagem das comissões representadas pelas lideranças presentes.

Quadro 23 – Indicador do objetivo específico Reparação Socioambiental

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR	LINK DAS COMPROVAÇÕES
Apoio no controle social da reparação socioambiental	(Número de formações em comissões realizadas / número de demandas por formação por comissão) x 100	$(25/26) \times 100 = 96,15\%$	PROD_ID 20_R5_Consolidado.pdf PROD_ID 20_R5_Relatório.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025).

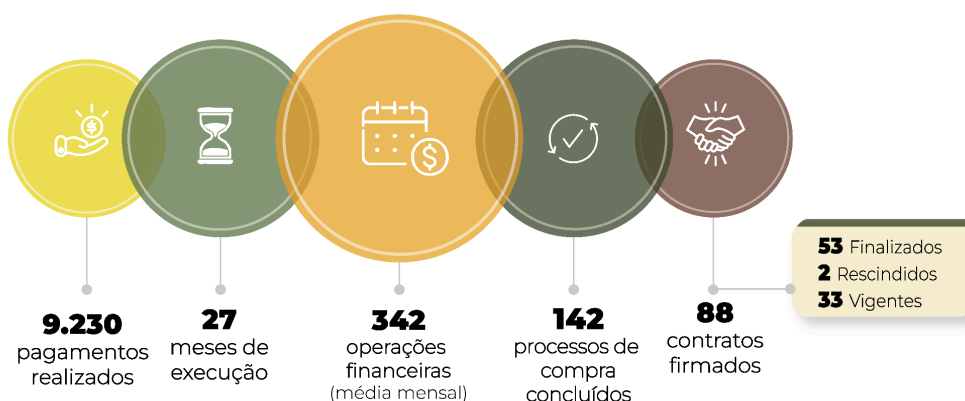
A meta desse objetivo específico, de acordo com o Plano de Trabalho, era de 80% do indicador “Apoio no controle social da reparação socioambiental”. Desse modo, verifica-se o atingimento da meta estabelecida para a Região 5.

6.2.7 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Instituto Guaicuy passou por profunda reestruturação regimental, organizacional e metodológica no decorrer de 2023, estendendo-se para 2024, em razão da redistribuição de recursos imposta pelo Termo de Compromisso de 2023. Nesse contexto, as atividades administrativas e de gestão foram fundamentais para sustentar a execução finalística ao longo dos 27 meses do projeto, elas desempenharam papel essencial para garantir a integridade, a transparência e a eficiência na aplicação dos recursos, assegurando que cada etapa fosse conduzida com responsabilidade técnica e institucional. A instituição manteve a diretriz de gestão responsável de recursos, buscando a maximização dos resultados, a redução de desperdícios e a eficiência na execução, conforme previsto no Termo de Compromisso.

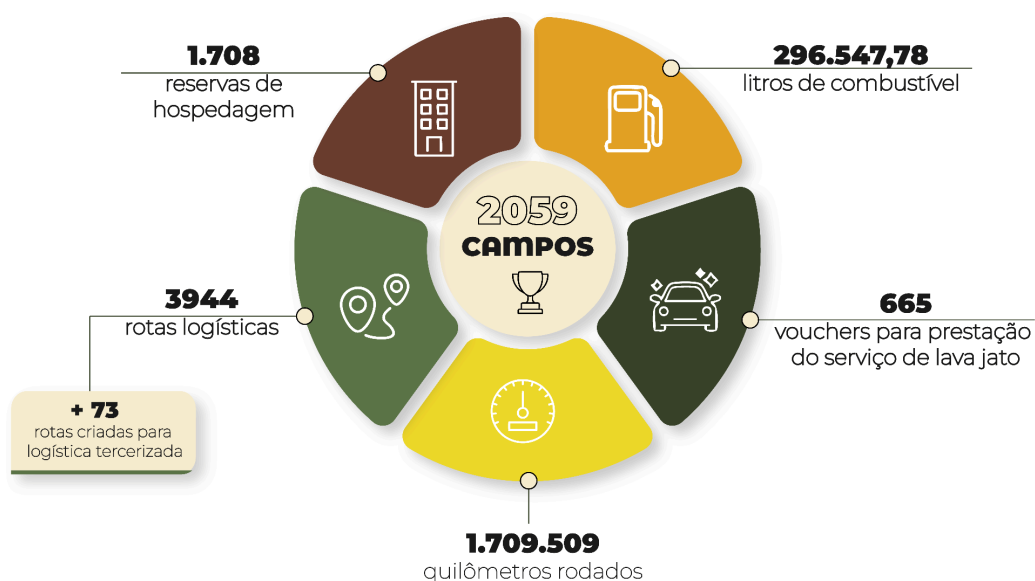
No âmbito **financeiro**, o período foi marcado por uma gestão rigorosa e contínua do teto orçamentário, especialmente diante dos desafios impostos pelos atrasos na liberação de parcelas e pela indefinição e falta de repactuação do plano de trabalho. O acompanhamento mensal das contas e a revisão sistemática das rubricas permitiram ao Instituto Guaicuy otimizar o uso dos recursos disponíveis, assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e manter a regularidade dos pagamentos. Destaca-se, ainda, a realização de ajustes estratégicos na alocação de despesas e a reavaliação constante das aplicações financeiras, buscando sempre a melhor rentabilidade.

Figura 8 – Síntese da Execução Financeira (jul/2023 a set/2025)



A gestão financeira manteve-se orientada pelos princípios de economicidade, legalidade e transparência, contando com controles internos consolidados, fluxos de conferência documental e suporte técnico contínuo à execução orçamentária dos eixos finalísticos. Mesmo em contexto de instabilidade institucional, foi possível preservar a credibilidade do Instituto e garantir que todos os processos de prestação de contas fossem conduzidos de forma clara e rastreável, em consonância com as diretrizes do Termo de Compromisso e das Instituições de Justiça.

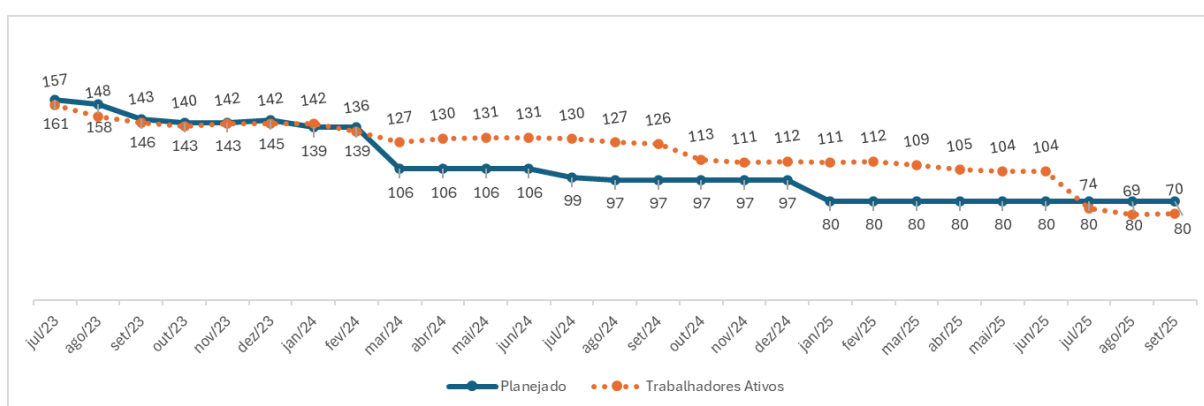
Seguindo o escopo de planejamento das equipes da área finalística, diversas atividades foram desenvolvidas em apoio às pessoas atingidas, demandando constante **suporte logístico**. A atuação estratégica da área de Logística foi fundamental para assegurar o bom andamento das ações, integrando planejamento, transporte e infraestrutura de apoio. O Instituto Guaicuy garantiu essa estrutura por meio de sua frota terceirizada e, quando necessário, da contratação de vans adicionais para atender picos de demanda.



Esse trabalho articulado permitiu otimizar recursos, assegurar o cumprimento das agendas de campo e viabilizar a execução das atividades planejadas, contribuindo diretamente para a efetividade das entregas e para o fortalecimento da atuação institucional junto às comunidades atingidas.

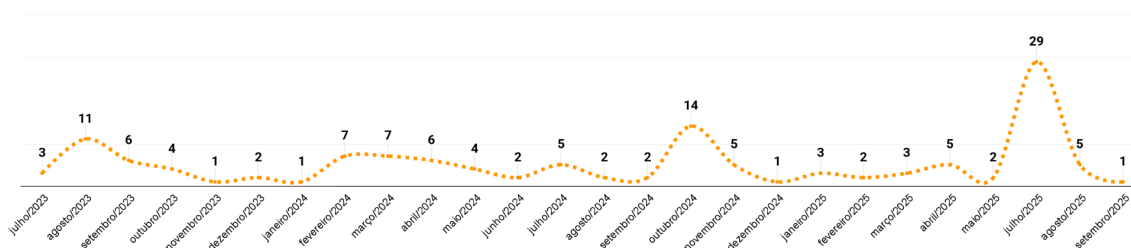
No que se refere aos **Recursos Humanos**, o desafio esteve em equilibrar a gestão de pessoas com as incertezas orçamentárias que marcaram os últimos semestres do projeto. As decisões relacionadas à desmobilização de pessoal foram pautadas pelo cuidado, pela comunicação transparente e pela observância integral dos direitos trabalhistas. A área de RH atuou para assegurar que a redução gradativa da equipe ocorresse de forma organizada, minimizando impactos e preservando o compromisso institucional com a dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras.

Figura 9: Curva de Desmobilização R4 e R5- Planejado x Realizado



Fonte: Elaboração própria (2025).

Figura 10: Desligamentos/Transferências Realizadas R4 e R5



Fonte: Elaboração própria (2025).

A Instituição buscou encontrar soluções para **mitigar os riscos de não-atendimento** mínimo adequado às pessoas atingidas suavizando a curva de desmobilização, **mantendo o atendimento com a qualidade** mínima necessária. Para

isso, foi necessário um conjunto de ações coordenadas, iniciadas a partir de janeiro de 2024, que demandaram uma gestão minuciosa de caixa mês a mês que otimizou os recursos financeiros disponíveis além do inicialmente previsto no Plano de Trabalho 06, sendo elas:

- **Adotar a desmobilização natural**, caracterizada pela diminuição gradual do quadro de trabalhadores em razão de desligamentos espontâneos, sem reposição imediata das vagas. Essa estratégia resultou em economia de recursos, uma vez que não houve necessidade de utilização do fundo rescisório destes, contribuindo para a otimização orçamentária e a manutenção do equilíbrio financeiro do projeto.
- Realizar **gestão ativa das aplicações financeiras**, visando melhores rendimentos: O rendimento das aplicações superou o valor inicialmente previsto em função de fatores macroeconômicos e de gestão ativa dos recursos. O aumento da taxa Selic ao longo do período elevou a rentabilidade das aplicações vinculadas a indicadores de juros, refletindo diretamente em maiores ganhos financeiros. Além disso, houve acompanhamento mensal das contas, permitindo a avaliação constante do desempenho das aplicações e a tomada de decisões estratégicas quanto à manutenção ou substituição dos investimentos, de forma a assegurar o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e a maximização dos rendimentos.
- **Reverter patrimônio inativo**, por meio da venda de bens e sua destinação ao Plano de Trabalho 06, conforme definido no Termo de Compromisso de 2023 cláusula 3 item 3.10, regulada pela CAMF por meio do Ofício Resposta Diretoria LATACI n.24/2023 e a Nota Complementar ao Ofício n.24, publicizada nos meios e detalhada para a Camf no dia 09/05/2025.
- **Utilização a partir de autorização judicial dos 30% anteriormente provisionados**: Decisão judicial de 24/11/2023 (ID 10122761713) que, em análise ao pedido das IJs de 13/11/2023 (ID 10110209205), ambos documentos juntados aos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 liberou o recurso dos 30% para uso no acordo judicial. Previamente comunicado 5 meses antes do uso no ofício 58/2024, reiterado no ofício 05/2025.

Importante reforçar que a tomada de decisão sobre a suavização da curva de desmobilização só foi possível mediante análise rigorosa do orçamento, escopo e tempo global. A instituição sempre esteve ciente da obrigação de cumprimento do Termo de Compromisso de 2023, com observância ao orçamento do Plano de

Trabalho 06. As decisões tomadas foram resultado de avaliações constantes e pautadas na boa-fé, na transparência e no compromisso institucional do Instituto Guaicuy com as pessoas atingidas.

Ao longo da execução, o Instituto Guaicuy manteve uma equipe técnica multidisciplinar e altamente qualificada, cuja atuação foi determinante para o alcance dos resultados finalísticos apresentados neste relatório. Foram promovidas capacitações internas, encontros de alinhamento e estratégias de acompanhamento individual e coletivo, reforçando a integração entre as equipes de campo e de gestão.

A experiência acumulada nesse processo constitui um importante legado institucional e evidencia o compromisso da ATI com a gestão ética, participativa e colaborativa. As áreas Financeira e de Recursos Humanos, ao garantirem o equilíbrio entre eficiência técnica e responsabilidade social, encerram este ciclo reafirmando o papel do Instituto Guaicuy como referência em gestão transparente e comprometida com as pessoas atingidas.

AFERIÇÃO DO RESULTADO FINAL DO INDICADOR DO EIXO

O indicador “Desempenho Finalístico-Financeiro do Projeto” foi calculado com base na razão entre o valor executado acumulado e o valor global orçado. Esse indicador tem como finalidade demonstrar a taxa de execução financeira em relação ao orçamento previsto no Plano de Trabalho, evidenciando o grau de aderência entre o planejamento e a execução.

Além disso, busca-se, por meio deste indicador, reforçar a responsabilidade do Instituto Guaicuy quanto à gestão eficiente e transparente dos recursos orçamentários, no âmbito da execução do projeto.

O acompanhamento sistemático desse indicador permite avaliar não apenas a eficiência da execução financeira, mas também o alinhamento entre os recursos aplicados e os resultados finalísticos alcançados. Dessa forma, o “Desempenho Finalístico-Financeiro do Projeto” funciona como uma ferramenta estratégica de monitoramento, contribuindo para a transparência, a

prestação de contas e a tomada de decisão ao longo da implementação do Plano de Trabalho.

A taxa de execução apurada reflete o esforço contínuo do Instituto Guaicuy em cumprir as metas pactuadas, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de forma responsável e em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e eficácia.

O valor **executado acumulado**, referente aos dispêndios realizados entre julho de 2023 e setembro de 2025, totaliza **R\$ 31.092.276,25** (Trinta e um milhões, noventa e dois mil, duzentos e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos), o que representa **94,95%** do orçamento total planejado para o Projeto.

Esse resultado indica que o orçamento previsto foi alocado de acordo com as necessidades operacionais e estratégicas do projeto, refletindo uma execução financeira alinhada aos parâmetros estabelecidos.

Tabela 13 – Indicadores do eixo Estrutura Organizacional

NOME DO INDICADOR	FORMA DE MENSURAÇÃO	INDICADOR ¹⁰	COMPROVAÇÕES
Desempenho finalístico-financeiro do projeto	(Valor total executado no período/valor global orçado) x 100	(R\$ 31.092.276,25/R\$ 32.746.926)*100= 94,95%	Relatórios de prestação de contas trimestrais.

Fonte: Elaboração própria (2025).

¹⁰ O valor total executado não contempla o fundo de reserva. Valor global orçado foi atualizado conforme item 5.7.1.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução do Plano de Trabalho nº 06 na Região 5 consolidou um ciclo de 27 meses de intensa atuação do Instituto Guaicuy como Assessoria Técnica Independente, marcado por avanços significativos na mobilização das comunidades, na ampliação da participação informada e na consolidação de instâncias locais e regionais de organização social e representação das pessoas atingidas. O conjunto das ações desenvolvidas consolidou um processo de assessoramento técnico pautado no diálogo, na escuta qualificada e na produção de conhecimento aplicado à reparação integral dos danos decorrentes do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.

O trabalho foi conduzido em um contexto de grandes desafios operacionais e institucionais, resultantes de fatores externos ao escopo da ATI – como a morosidade nas deliberações sobre os Anexos do Acordo Judicial, os sucessivos atrasos para o início do trabalho da Entidade Gestora do Anexo 1.1, as mudanças nas orientações das Instituições de Justiça, as dificuldades de diálogo com órgãos públicos e prefeituras municipais e atrasos nos repasses de recursos de acordo com o previsto no Termo de Compromisso. Ainda assim, a equipe manteve presença constante no território, garantindo o cumprimento das atividades planejadas, a continuidade do acompanhamento técnico e a manutenção dos vínculos estabelecidos com as comunidades atingidas. Esses desafios exigiram capacidade de adaptação, flexibilidade metodológica e replanejamento contínuo, mas não comprometeram a qualidade nem a integridade do trabalho desenvolvido.

Ao longo da execução, a ATI realizou um total de **7.918** atividades na Região 5, envolvendo **24.052** participações de pessoas atingidas, entre ações coletivas, atendimentos individuais e familiares. Essas atividades alcançaram **90** comunidades e beneficiaram diretamente **6.581** indivíduos identificados na Região 5, assegurando a presença territorial, o acompanhamento contínuo de todas as etapas do processo de reparação e demonstrando o alcance territorial e o impacto da atuação da ATI.

Os resultados alcançados demonstram a efetividade da metodologia territorial do Instituto Guaicuy e o impacto concreto de sua atuação. Entre os principais avanços,

destacam-se: o fortalecimento das Comissões de Pessoas Atingidas e da Instância Regional 5; a consolidação de espaços de governança no Anexo 1.1; a promoção de ações formativas e de comunicação popular; o reconhecimento e a inclusão de novas comunidades no Programa de Transferência de Renda (Anexo 1.2); a incidência técnica e política que resultou em revisões de poligonais e ampliação do acesso a direitos; o apoio técnico às comunidades e aos Povos e Comunidades Tradicionais na construção da sua organização social; o acompanhamento das ações de reparação socioambiental, com o compartilhamento público de dados, realização de ciclos formativos e lançamento do e-book *“Após a lama, o rio”*; e a produção de centenas de materiais de comunicação popular, que fortaleceram a circulação de informações e o registro da luta por reparação.

Além dos resultados qualitativos, destaca-se a entrega de todos os relatórios de prestação de contas previstos, que foram submetidos dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Compromisso, sem qualquer atraso. Todos os relatórios foram publicados no site do Instituto Guaicuy, reafirmando o compromisso permanente com a transparência, a responsabilidade pública e o controle social. O quadro a seguir apresenta todos os Relatórios Trimestrais entregues desde o início da execução do Plano de Trabalho.

Quadro 24 – Relatórios Trimestrais de Prestação de Contas entregues

Relatório	Período	Link
Relatório Trimestral 1	julho a setembro de 2023	Relatorio_trimestral_finalistico_região_5_jul_set_2023.pdf
Relatório Trimestral 2	outubro a dezembro de 2023	02_Relatorio_trimestral_finalistico_região_5_out_dez_2023.pdf
Relatório Trimestral 3	janeiro a março de 2024	03_Relatorio_trimestral_finalistico_região_5_jan_mar_2024.pdf
Relatório Trimestral 4	abril a junho de 2024	04_Relatorio_trimestral_finalistico_região_5_abr_jun_2024.pdf
Relatório Trimestral 5	julho a setembro de 2024	05_Relatorio_trimestral_finalistico_região_5_jul_set_2024.pdf
Relatório Trimestral 6	outubro a dezembro de 2024	06_Relatorio_trimestral_finalistico_região_4_out_dez_2024.pdf

Relatório Trimestral 7	janeiro a março de 2025	07_Relatorio_trimestral_finalistico_região_5_jan_mar_2025.pdf
Relatório Trimestral 8	abril a junho de 2025	08_Relatorio_trimestral_finalistico_região_5_abr_jun_2025.pdf
Relatório Trimestral 9	julho a setembro de 2025	este relatório

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Cabe registrar, entretanto, que o prazo de 30 meses determinado para a execução deste Plano de Trabalho não se mostrou suficiente para abarcar todas as etapas do processo de reparação integral dos danos, sobretudo em razão dos significativos atrasos na execução dos Anexos do Acordo Judicial, em especial o Anexo 1.1. Tais atrasos, decorrentes de negociações externas ao Guaicuy, impediram o início de fases essenciais às quais as pessoas atingidas têm direito de receber assessoramento técnico. Por essa razão, encontra-se em curso a negociação da continuidade do trabalho das ATIs, visando garantir o assessoramento e apoio técnico no âmbito do Anexo 1.1, bem como a participação informada das comunidades atingidas nos demais Anexos do Acordo.

Mesmo diante das indefinições e da necessidade de gerir o caixa diariamente, o Instituto Guaicuy adaptou-se, buscando soluções de viabilidade em seus planos de trabalho propostos no período, dialogando com as instituições responsáveis sobre a transição entre esses planos e priorizando a continuidade do atendimento às pessoas atingidas.

Por fim, ainda que persistam desafios no campo institucional e na consolidação de políticas reparatórias de longo prazo, o trabalho desenvolvido pelo Instituto Guaicuy na Região 5 reafirma o papel essencial das Assessorias Técnicas Independentes como um instrumento que qualifica e viabiliza a participação das pessoas atingidas nos processos de reparação pelos danos que sofreram, construindo pontes entre o conhecimento técnico e a realidade vivida pelas comunidades atingidas. O conjunto de resultados alcançados representa não apenas o cumprimento de metas, mas a construção de uma base sólida para que as pessoas atingidas sigam exercendo seu protagonismo e fortalecendo o processo de reparação como um direito coletivo, histórico e contínuo.